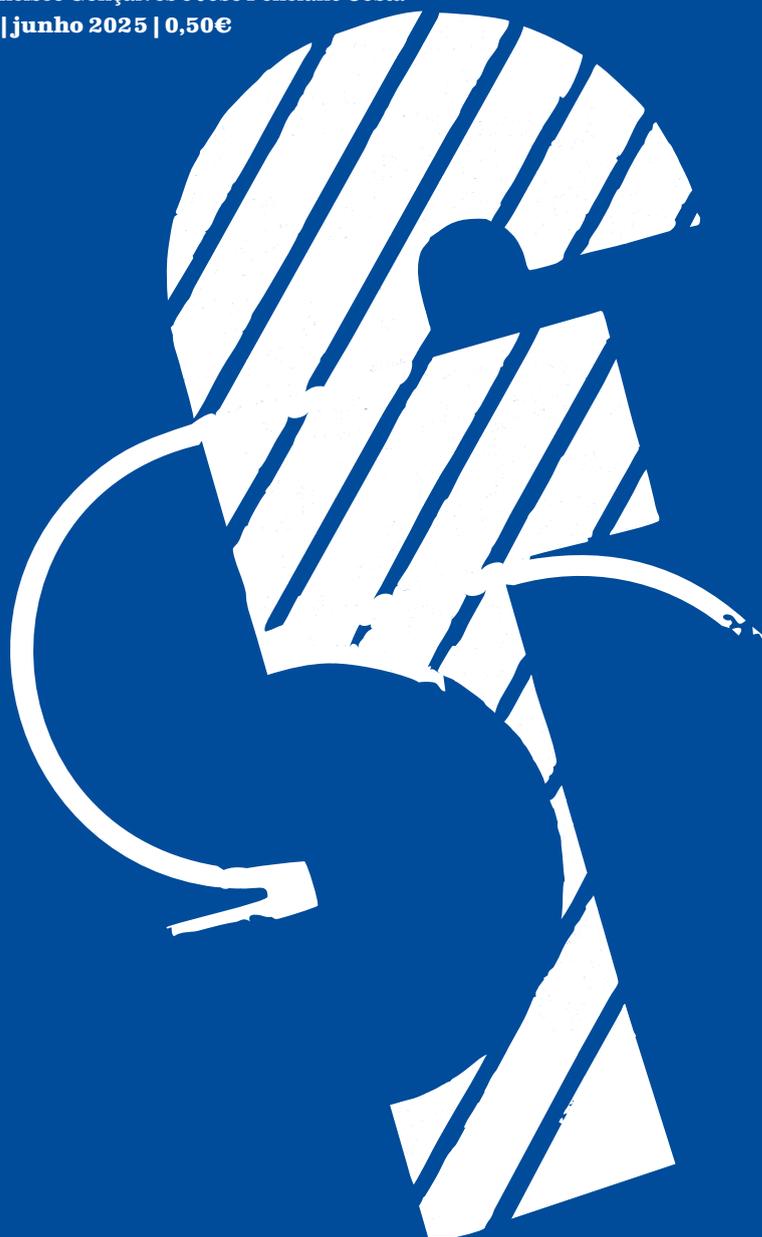


JF

15.º Congresso Nacional dos Professores

Por uma Profissão com futuro
e uma Educação Pública
de Qualidade

Jornal da FENPROF | Diretora: Anabela Sotaia
Subdiretores: Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa
Mensal | nº 320 | junho 2025 | 0,50€



FENPROF

Damos rosto ao Futuro

Posição da FENPROF sobre o resultado das eleições de 18 de maio *págs 4 e 5*

ABERTURA DO 15.º CONGRESSO

18. “A nossa luta é e será sempre por melhor escola!” Intervenção de abertura, por Mário Nogueira

INTERVENÇÕES

25. David Edwards, Secretário Geral da Internacional de Educação: “Sem docentes não há escola. E sem escola pública, não há democracia”

27. Rawan Sulaiman, Embaixadora da Palestina em Portugal: “Todas as vidas humanas têm o mesmo valor. As vidas palestinianas são tão valiosas como as outras”

40 e 41. Secretários-Gerais da FENPROF na sessão de encerramento E agora ao trabalho!

42. Tiago Oliveira, Secretário Geral da CGTP-IN: “A garantia do direito à educação é um elemento central para o desenvolvimento do país”

DOCUMENTOS

31. Programa de Ação 2025/2028: FENPROF continuará a dar Rosto ao Futuro!

32. Resolução sobre a Ação Reivindicativa – Valorização, Já! FENPROF preparada para continuar a agir em defesa da profissão e da escola pública

34. Moções aprovadas



José Feliciano Costa e Francisco Gonçalves são os novos Secretários-Gerais da FENPROF



sobe

Congresso da FENPROF

Congresso da FENPROF, um sinal de força: documentos programáticos aprovados por unanimidade; elevada participação dos delegados nas votações e nas intervenções; emoção e reconhecimento aos que saíram, especialmente ao Mário Nogueira; esperança no futuro e no coletivo de dirigentes, delegados, ativistas e de funcionários sindicais da FENPROF e dos seus sindicatos. •



desce

Revisão da Constituição

As intenções de revisão constitucional à direita: apesar de o primeiro-ministro afirmar que tal não é prioridade, consta do programa eleitoral da AD remeter o Estado ao papel de regulador. Chega e Iniciativa Liberal querem rever a Constituição, sendo a IL defensora de financiar as escolhas das famílias em vez de financiar as escolas. A escola pública e democrática periga! •

editorial

JOSÉ FELICIANO COSTA (Secretário-Geral da FENPROF)

É por esse caminho que iremos sempre

A FENPROF está preparada para os novos desafios desta atualidade cada vez mais complexa e para a luta pela defesa da profissão docente e da Escola Pública.

Esta foi a mensagem deixada pelas centenas de delegados presentes no 15.º Congresso Nacional dos Professores, que decorreu em Lisboa nos dias 16 e 17 de maio.

Mensagem sempre presente na discussão viva que, aliás, sempre caracteriza os Congressos da FENPROF. Um Congresso marcado pela riqueza e qualidade dos textos aprovados, que traçam claramente uma orientação de defesa da escola pública e da defesa de uma profissão docente social e profissionalmente valorizada. Mensagem também sempre presente nas saudações de estímulo e de confiança recebidas.

VALORIZAÇÃO JÁ foi a frase que durante estes dois dias percorreu sempre a sala do congresso. O Congresso elegeu os novos órgãos de direção da FENPROF, o seu Conselho de Jurisdição, o Conselho Nacional, do qual vinte e nove conselheiros integram o seu Secretariado Nacional, homens e mulheres, que darão o seu melhor, não frustrando certamente o legado que receberam na condução da maior e mais representativa organização sindical dos educadores, professores e investigadores portugueses.

Uma nota também ao anterior Secretário Geral, Mário Nogueira, que ao longo de 18 anos nesta função, deixou uma marca de combatividade e de dedicação a uma causa que é a da luta pela valorização da profissão docente e pela Educação, marca essa que perdurará.

O 15.º Congresso decorreu em vésperas de um ato eleitoral, as eleições para a

Assembleia da República, que ocorrem num quadro complexo e imprevisível, tanto no plano nacional como no plano internacional.

Eleições que decorrem da queda antecipada de um governo que nunca deu respostas aos reais problemas de quem vive do seu salário, com o aprofundamento do ataque aos serviços públicos, aos direitos sociais e uma distribuição cada vez menos equitativa da riqueza, aumentando os índices de pobreza.

Opções políticas que vão alimentando a frustração, o descontentamento, a desilusão, o desencanto e a exclusão social. Os resultados estão à vista, alimentados por um discurso que deixa de usar a razão para usar a percepção e/ou a emoção, que vai instilando ódio e medo, que, como se comprova, é muito eficaz.

Convirá sublinhar que os tempos que se aproximam são previsivelmente tempos complexos e difíceis para todos os docentes e investigadores e para todos os trabalhadores, o que vai exigir de todos a máxima atenção, a máxima mobilização, a unidade e uma reforçada militância para a resistência e para a ofensiva.

A FENPROF que sai do seu 15.º Congresso continuará a ser a mesma FENPROF solidária para com todos os povos. É importante realçar um dos momentos mais marcantes do Congresso, a intervenção da Embaixadora da Palestina, dando nota do genocídio que está a ser conduzido contra o povo palestiniano.

Uma FENPROF forte, coesa e organizada que, com os seus sindicatos, agirá sempre de forma combativa nas diversas frentes em que intervém, na Educação, na Administração Pública e com os trabalhadores em geral.

É por esse caminho que iremos sempre. •

“ Os tempos que se aproximam são previsivelmente tempos complexos e difíceis para todos os docentes e investigadores e para todos os trabalhadores, o que vai exigir de todos a máxima atenção, a máxima mobilização, a unidade e uma reforçada militância para a resistência e para a ofensiva. ”

04. EM FOCO

Posição da FENPROF sobre o resultado das Eleições Legislativas de 18 de maio

06. EM FOCO

IGEC dá razão à FENPROF

07. EM FOCO

Ao Plano + Aulas + Sucesso faltou... + **Professores**

08. DESTAQUE

Provas ModA, causas e consequências
FRANCISCO GONÇALVES

08. DESTAQUE

O mundo do trabalho e as condições de vida das mulheres trabalhadoras
CATARINA TEIXEIRA

10. IMPRESSÕES

Celebrar a liberdade nas portas abertas da prisão
MARTA CRUZ

11. DUAS PALAVRAS

Lutar pelo progresso
Combatendo o retrocesso
MANUEL NOBRE

12. SETORES

País exige estratégia científica autónoma e duradoura

14. FOLHA VERDE

A chave para combater a desinformação e preparar as novas gerações
JOSÉ JANELA

61. NACIONAL

Prémio Urbano Tavares Rodrigues 2025

63. CULTURAIS

Jazz em Agosto: 14 concertos



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretora: Anabela Sotaia | Subdiretores: Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Guerra (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Rogério Ribeiro (SPN); Nélia Vitorino (FENPROF), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo Fotos: Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



Posição da FENPROF sobre o resultado das Eleições Legislativas de 18 de maio

No dia 18 de maio, realizaram-se eleições para a Assembleia da República. Eleições que ocorreram num **quadro internacional** particularmente complexo e imprevisível, e num momento em que, no **plano nacional**, persiste uma governação que não deu respostas aos problemas dos trabalhadores e do país, aprofundando o ataque aos serviços públicos e abrindo caminhos de retrocesso nos direitos sociais.

No que à Educação diz respeito, e como já referido pela FENPROF, a queda do governo impediu, por ora, a concretização de medidas gravosas do seu programa, das quais se destacam: **a substituição da graduação profissional por critérios carregados de subjetividade na colocação de professores; a profissionalização da gestão escolar; o aprofundamento do processo da municipalização; a redução do papel do Estado a mero regulador do sistema educativo; a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo; a liberalização dos negócios na educação e no ensino, facilitando a privatização do sistema educativo.**

A manutenção destes objetivos, presentes no programa eleitoral da AD, implica a necessidade de alerta e de disponibilidade para resistir e lutar, o que a FENPROF e a generalidade dos docentes devem ter presente desde já.

Em relação aos resultados eleitorais, destacam-se os seguintes aspetos:

- ✘ Uma taxa de abstenção na ordem dos 40%, a que não é alheio o quadro de degradação da qualidade da nossa democracia;
- ✘ A recusa de um cenário de maioria absoluta;
- ✘ A subida da extrema-direita, à boleia de um discurso populista e assumindo posições xenófobas, racistas, intolerantes e de natureza fascista, que passará a ser a segunda maior representação parlamentar. Uma extrema-direita que tem um discurso que se repete como estratégia para ganhar votos pelo medo. Uma extrema-direita que pretende pôr em causa não só as funções sociais do Estado e os serviços públicos que as proporcionam, como a própria Democracia.



A FENPROF, organização cujo propósito político é a defesa intransigente dos legítimos direitos dos docentes e dos investigadores e da Escola Pública, conquista fundamental de Abril, realizou o seu 15.º Congresso em 16 e 17 de maio. Nele, mais de 600 delegados, a maior parte diretamente eleitos nas escolas, definiram e aprovaram as linhas mestras da ação reivindicativa dos docentes e dos investigadores.

O Congresso confirmou que a FENPROF não faria depender as suas ações e iniciativas dos resultados eleitorais de 18 de maio, ao aprovar, no dia anterior às eleições, por unanimidade, uma Resolução sobre a Ação Reivindicativa que constitui o guia imediato para a ação sindical e para as reivindicações que em breve serão apresentadas aos grupos parlamentares da Assembleia da República e, logo que seja constituído, ao próximo governo.

Valorização, já!

Recorda-se que, num momento em que a falta de professores se agrava, o Congresso reiterou a necessidade de valorização da profissão docente como medida estruturante para a resolução do problema, pelo que, para a FENPROF, a revisão do Estatuto da Carreira Docente será a prioridade da sua ação junto do próximo governo.

Assim, num quadro político reconhecidamente complexo e ainda mais adverso, a FENPROF, centrada nos problemas concretos dos docentes e da Escola Pública, dos investigadores e da ciência, apresentará à próxima equipa que tutelar estas áreas as propostas que permitam a valorização profissional e que quebrem com o subfinanciamento crónico destes subsistemas, para que seja possível uma Educação Pública de Qualidade, uma investigação científica ajustada às necessidades do país e o acesso de toda a população a bens culturais essenciais.



IGEC dá razão à FENPROF

Em dias de greve, é ilegal o funcionamento das AAAF/CAF no período em que ocorreriam as atividades educativas e letivas

A FENPROF saúda a recente decisão da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), que constitui uma vitória inequívoca para os educadores, professores e para o respeito pelo direito à greve. Após várias denúncias e insistência da FENPROF, a IGEC veio finalmente reconhecer, um ano após ser questionada, que, em dias de greve, é ilegal o funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF). Assim, em caso de greve, no período em que deveriam ocorrer as atividades educativas e letivas, não pode ter lugar a sua substituição pelas AAAF ou CAF, “a acontecer, tal traduziria uma tentativa de neutralização dos efeitos da greve, consubstanciando uma eventual situação de substituição de grevistas”.

A FENPROF denunciou esta prática em múltiplas situações em que técnicos das AAAF/CAF, para desenvolverem este trabalho, usufruem de um pagamento extra dos pais e encarregados de educação, contribuindo para esvaziar o impacto da greve e deturpando a natureza das funções destes técnicos.

A IGEC foi clara: as AAAF e a CAF não são atividades educativas, muito menos letivas, e, por isso, os seus técnicos nunca poderão substituir educadores ou professores durante uma greve, mesmo que já se



encontrem ao serviço. Tal atuação viola o direito constitucional à greve, consagrado no artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa.

A posição agora assumida pela IGEC:

- Valida e reforça a posição que a FENPROF sempre defendeu;
- Obriga direções das escolas, autarquias e instituições a respeitar os limites legais no funcionamento das escolas em dias de greve;
- Evita a instrumentalização dos técnicos das AAAF/CAF como substitutos ilegítimos dos docentes;
- Confirma a legalidade e a legitimidade das greves das/os educadoras/es e professoras/es como forma de luta pelos seus direitos.

Esta é, sem dúvida, uma enorme vitória da FENPROF, das/os educadoras/es e professoras/es e da democracia, que protege o direito à greve, enquanto instrumento de reivindicação fundamental para a defesa da Escola Pública e da dignidade da profissão docente.

A FENPROF apela a todos os responsáveis – direções, autarquias, instituições – que respeitem escrupulosamente esta posição da IGEC, pondo fim imediato a práticas ilegais e atentatórias dos direitos dos trabalhadores.

A luta vale a pena!

A razão está do lado de quem a defende com coragem, persistência e justiça. ●

Docentes das IPSS

Uma só profissão, os mesmos direitos!

A FENPROF manifesta o seu empenho na luta pela melhoria das condições de trabalho, valorização da carreira e dos salários dos docentes das IPSS. As propostas apresentadas pela CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) revelam-se profundamente insatisfatórias e desadequadas, não respondendo às justas expectativas dos trabalhadores. A CNIS persiste em ignorar a necessidade de reconhecimento da qualificação, responsabilidade e exigência inerentes ao trabalho desenvolvido com crianças na primeira infância, promovendo uma

discriminação inaceitável entre educadores com as mesmas habilitações académicas, consoante exerçam funções na creche ou na educação pré-escolar. Isso reflete-se na carreira, através de uma norma que vigora há mais de dezoito anos, apesar de ter sido criada como transitória, e que limita a progressão na carreira dos educadores de infância em creche para além dos dezanove anos de serviço. Esta postura é particularmente grave num contexto em que a CNIS beneficiou, recentemente, do maior aumento de financiamento público dos últimos anos. Nunca, como agora, o

financiamento do Estado ao setor social foi tão elevado, o que torna inadmissível que esse reforço não se traduza em melhores condições de trabalho e melhores salários para os docentes, tendo em vista uma verdadeira aproximação ao que é aplicável aos docentes do ensino público. A FENPROF continuará a lutar com determinação por propostas que dignifiquem verdadeiramente a profissão e reconheçam o papel fundamental dos docentes. Perante a ausência de respostas concretas e justas, a Federação não exclui a possibilidade de recorrer, de novo, a formas de luta. ●

Ao Plano + Aulas + Sucesso faltou... + Professores

A escassas semanas do final do ano letivo, é, segundo a FENPROF, tempo de avaliar aquela que foi a única medida do governo para combater o problema da falta de professores: o Plano + aulas, + sucesso.

O balanço é muito claro: “olhando para os números de horários disponibilizados para contratação de escola, faltou sucesso”. E confirmou-se que a falha que a FENPROF denunciou no seu lançamento, a ausência da expressão + professores, “era mesmo relevante”.

Destacando que “a falta de professores é, sem dúvida, um dos maiores problemas na Educação e na Escola Pública”, como sublinhou o recente 15.º Congresso, a Direção da FENPROF observa nesta tomada de posição divulgada no passado dia 28 de maio:

“Com o ano letivo a terminar torna-se imperativo analisar o impacto das medidas tomadas pelo MECI para mitigar o número de docentes em falta nas escolas, que se reflete no número de alunos sem pelo menos um professor a uma disciplina. Numa primeira análise foi necessário recorrer a dados sobre as ofertas de escola, uma vez que se desconhecem os resultados da auditoria encomendada pelo MECI à consultora KPMG, anunciada em novembro de 2024, prevista inicialmente para março, posteriormente adiada para abril, depois para maio e agora com a indicação de que talvez não seja possível conhecer a conclusão.”

Atrasos na divulgação dos resultados da auditoria...

Para a FENPROF “é incompreensível a demora do MECI em divulgar os resultados da auditoria, visto que os Agrupamentos de Escolas/Escolas não Agrupadas possuem dados concretos sobre a falta de professores. Assim, tendo em conta uma estimativa realizada pela FENPROF recorrendo aos horários disponibilizados para Contratação de Escola, o número de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina, num determinado momento do ano letivo, sofreu um aumento em relação ao ano anterior.”

“Relativamente à estimativa elaborada para o terceiro período, tomando as primeiras três semanas completas do mês de maio como indicador, verifica-se que o número de alunos afetados no presente ano (85 250 alunos) é superior ao verificado no ano transato (80 550 alunos). Esta constatação é igualmente verificada nos dados finais do

primeiro e segundo períodos”, esclarece a nota sindical.

A FENPROF realça ainda que “as medidas tomadas ao longo do ano letivo foram incapazes de dar a resposta necessária para resolver a situação problemática resultante da falta de professores. A estimativa feita pela FENPROF aponta para os trinta mil alunos a quem tem faltado pelo menos um professor.”

Pouca ambição

A Federação reitera que “o Plano + Aulas + Sucesso foi pouco ambicioso e tem várias reservas quanto ao resultado da maioria das suas medidas”. “Os números conhecidos”, destaca, “revelam o fraco impacto das medidas aprovadas pelo governo, com a adesão dos docentes aposentados a ficar-se pelos 56 e o número de novos docentes, na sequência do concurso externo extraordinário, a cifrar-se em 265”. E acrescenta a tomada de posição sindical:

“Desconhece-se o resultado de outras medidas, tais como a contratação de docentes do ensino superior e investigadores, doutorados e mestres com habilitação própria, bolsheiros de doutoramento ou imigrantes devidamente qualificados.

“Desconhece-se ainda”, acrescenta a Federação, “o número de docentes que adiaram a aposentação (situação algo comum entre os docentes de forma a não prejudicar os alunos no final do ano letivo) e o número de docentes profissionalizados que decidiram regressar ao ensino (dos quinze mil que abandonaram a profissão nos últimos seis anos).”

“O problema da falta de professores”, lê-se mais adiante, “acabou por ser atenuado e menos visível para o exterior, através do número brutal de horas extraordinárias atribuídas aos docentes, do aumento de contratação de docentes com habilitação própria e do recurso a pessoas sem qualquer requisito habilitacional (habilitação profissional ou própria), contratando-os como “técnicos especializados”.

Valorizar a profissão, eliminar a precariedade

Como a FENPROF referiu em diversos momentos, “o combate efetivo ao problema não poderá materializar-se sem que os professores o queiram ser. Terá então de passar, obrigatoriamente, pela criação de medidas estruturais que confirmem atratividade à profissão docente e à carreira:

- Eliminação da precariedade;
- Regulamentação de horários e condições de trabalho justos;



“Relativamente à estimativa elaborada para o terceiro período, tomando as primeiras três semanas completas do mês de maio como indicador, verifica-se que o número de alunos afetados no presente ano (85 250 alunos) é superior ao verificado no ano transato (80 550 alunos).”

- Recuperação integral do tempo de serviço dos professores;
- Fim das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões;
- Um regime de aposentação adequado às especificidades da profissão.”

“Não há manobra de diversão que o negue: só com a valorização do Estatuto da Carreira Docente (ECD) será possível resolver o problema da falta de professores. Rever o ECD deve ser a prioridade para o próximo governo. Valorização, já!”, conclui. ●



Provas ModA

Causas e consequências

FRANCISCO GONÇALVES (Secretário-Geral da FENPROF)

habilitações dos pais, retenções dos alunos), num denominado “Ranking da Superação”, não é ciência: é apenas sofisticação. Para além de ser extremamente redutor avaliar as aprendizagens dos alunos com uma prova ou exame, importa não esquecer que o meio social de origem, a intricada rede e as inúmeras variáveis que contempla, continuam a ser o principal fator determinante do sucesso escolar dos alunos.

No entanto, como a ordem é conseguir um referencial para contratuar resultados e financiar os agrupamentos de escola, vale tudo para aplicar as Provas ModA. Pouco importa se os professores ficam ainda mais sobrecarregados; se as aulas e outras atividades são anuladas; se as provas não são aplicadas em condições de igualdade; se não ocorrem simultaneamente; se a

duração da prova é desrespeitada; se os equipamentos não funcionam; se o sinal de rede é insuficiente...

O propósito da tutela é só um: que 2024/2025 permita, se assim se entender, fazer rankings das Provas ModA do 4.º e 6.º anos. Nos anos seguintes, com a publicação anual dos resultados dos 4.º, 6.º, 9.º anos e do ensino secundário, uma eventual revisão da Constituição da República Portuguesa e o entendimento da AD, da IL e do Chega no que ao financiamento público do ensino privado diz respeito, fará com que, num instante, se chegue à celebração de contratos de financiamento por objetivos, desviando dinheiro da escola pública para interesses privados, decalcando na Educação o que se fez na Saúde com as Unidades de Saúde Local (USL) tipo 1, tipo 2 e tipo 3. ●

As Provas ModA - em boa verdade os seus resultados - são essenciais para a criação de *rankings*, que são, por sua vez, instrumentos de classificação de alunos e professores, de ordenação de turmas e escolas e, cereja no topo do bolo, referenciais para contratos por objetivos, sejam eles medidos em resultados brutos ou em resultados esperados.

O conceito “resultado esperado” e, como vimos nos últimos tratamentos jornalísticos dos Rankings de Escolas, a consideração de algumas variáveis do contexto escolar (ASE,

5 de junho: Conferência Nacional da CIMH

O mundo do trabalho e as condições de vida das mulheres trabalhadoras

CATARINA TEIXEIRA (Membro do SN da FENPROF)



No fecho desta edição do JF, estávamos quase no dia 5 de junho, data em que a FENPROF e os seus sindicatos iriam participar na 9ª Conferência Nacional da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN, sob o lema “Igualdade no Trabalho | Liberdade na Vida | Tempo de luta | Futuro de paz. Organizar para avançar!”, que irá realizar-se em Lisboa.

A Conferência, que se realiza de quatro em quatro anos, tinha por missão analisar e discutir a situação política e social que se vive, com especial enfoque na questão da igualdade no mundo do trabalho e nas condições de vida das mulheres trabalhadoras e, partindo dos seus problemas e reivindicações, delinear áreas de intervenção e prioridades de trabalho para o novo mandato.

Plano de ação e linhas prioritárias de intervenção

Os/As delegados/as eleitos/as para a 9ª Conferência irão eleger a nova Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN, debater e aprovar os documentos que contêm as linhas de ação sindical para o próximo quadriénio, o Plano de Acção e as Linhas Prioritárias de Intervenção, documentos que se inserem nas linhas de trabalho estratégicas do Programa de Ação aprovado no XV Congresso da CGTP-IN de 23 e 24 de fevereiro de 2024 e abordam temáticas como a ação sindical pela igualdade, as condições de trabalho, a estabilidade no emprego e a igualdade salarial, as funções sociais do Estado, o combate à ofensiva ideológica, as formas de discriminação e violência, a conciliação da vida profissional com a vida pessoal, os direitos de maternidade e paternidade e as doenças profissionais das trabalhadoras no nosso País.

Combate à discriminação

Uma Conferência que se realiza 51 anos após o 25 de Abril e que defende a igualdade entre mulheres e homens na família, no trabalho, na vida política e social, tal como a Constituição da República Portuguesa de 1976 consagra, definindo linhas de intervenção sindical para que ela seja uma realidade na vida, fomentando a ação e luta a partir dos locais de trabalho, no combate à discriminação das mulheres para a efetivação do princípio da igualdade entre mulheres e homens em todas as áreas laborais e sociais, valorizando e dignificando o papel das mulheres no trabalho e na sociedade. | 2 de junho de 2025 ●



Municipalização

“Não podemos parar a luta para a combater!”

“A municipalização da educação não representa uma verdadeira descentralização, como tem sido proclamado pelos sucessivos governos. Trata-se, antes, de uma desresponsabilização do Estado, recorrente desde a Primeira República, mas sempre enfrentada e travada pelos professores — em 1984/85, 2014/15 e mais recentemente” — quem o afirma é Francisco Almeida, coordenador desta frente na FENPROF.

O governo de António Costa deu continuidade ao processo, sem transferir poder real para as escolas ou autarquias. Pelo contrário, retirou às escolas as poucas competências que tinham, entregando-as às câmaras municipais — uma forma de (re)centralização e não de descentralização. A única transferência efetiva foi a responsabilidade pelas obras e manutenção dos edifícios escolares dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, ou seja, o governo apenas passou encargos financeiros.

Francisco Almeida declarou ao congresso que embora algumas autarquias tenham contestado este modelo, nem todas partilham as preocupações dos professores. Algumas defendem, inclusive, a transferência dos docentes para os quadros das câmaras, o que incluiria a sua colocação, avaliação, progressão,

carreira e organização curricular. “Isso comprometeria gravemente a Escola Pública, descaracterizando-a”.

E esclarece que a FENPROF propõe, em alternativa, um aumento do financiamento da educação para 6% do PIB, um modelo de gestão democrática e a real autonomia das escolas. No entanto, o atual governo pretende aprofundar a municipalização, o que poderá vir a significar uma transferência dos docentes para os mapas de pessoal das câmaras municipais.

A luta contra este processo tem sido constante, com forte mobilização por parte da FENPROF desde 1984, incluindo ações locais e nacionais, petições, reuniões com autarcas e protestos. “Apesar de ainda não termos revertido o processo”, disse, “a resistência continua e será vitoriosa. A municipalização da educação não serve a Escola Pública. Por isso, a luta prossegue”. | LL ●



impressões

MARTA CRUZ (membro do SN da FENPROF)

Celebrar a liberdade nas portas abertas da prisão



Realizou-se, no passado dia 24 de maio, no forte de Peniche – hoje Museu Nacional Resistência e Liberdade –, sob o lema Afirmar Abril, Cumprir a Constituição, o encontro sindical da CGTP-IN, com o objetivo de encerrar o programa de comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e, ao mesmo tempo, dar início ao programa dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa (CRP).

Vindos de vários pontos do país, dirigentes, delegados e ativistas sindicais, assim como membros de comissões de trabalhadores e resistentes antifascistas, marcaram presença no encontro.

José Ernesto Cartaxo, sindicalista e ex-prespo político também em Peniche, saudou a escolha do local para o encontro, já que a história do Forte está umbilicalmente ligada à Revolução libertadora do 25 de Abril e esta à Constituição da República Portuguesa. Vencou o poder simbólico do local, que guarda memórias sofridas de um tempo que exigiu coragem, entrega e valentia, com a recordação de que a sua consagração, apenas em 2016, a museu,

só foi possível, mais uma vez, com uma importante mobilização e luta de muitos democratas e antifascistas, após ter sido proposto, pelo Governo de António Costa, a concessão a privados para fins hoteleiros. Considerou que são exemplos como este que o regime democrático deve preservar e lembrar, impedindo o silenciamento e apagamento da memória coletiva que outros pretendem.

No pátio do Forte de Peniche, emoldurado pelas altas paredes com janelas gradeadas, o resistente antifascista falou, com base numa pesquisa feita por militantes da URAP, mas também na primeira pessoa, sobre o que foi a resistência e a luta antifascista, nomeadamente na histórica Fortaleza, onde funcionou uma das mais severas cadeias do regime, encarcerando 2.626 presos políticos, muitos deles sindicalistas, condenados a muitos milhares de anos de prisão.

Tiago Oliveira, secretário-geral da CGTP-IN, vincando também a resistência e a luta dos que ali passaram e sem os quais não teria havido 25 de Abril, nem dele teria brotado

uma Constituição que consagra direitos laborais e sociais, denunciou a ofensiva ideológica que procura, agora e de há muito, branquear o passado fascista de Portugal. Apagar essa memória e deturpar o conteúdo, objetivos e valores de Abril inscritos na CRP que, apesar de tantas revisões e amputações, continua a ser um farol de futuro, visam reabilitar e promover o poder do grande capital que, antes da Revolução como agora, é o verdadeiro centro de comando da política imposta ao povo.

Usando exemplos concretos da atual privação de direitos consagrados na Constituição, Tiago Oliveira desmontou a perversa artimanha que leva a sustentar a sua eliminação da lei fundamental do país de forma a que esta se coadune com a prática, afirmando antes a imperiosa necessidade – e possibilidade – de que estes sejam efetivamente cumpridos na vida de todos os dias.

Quem lá esteve, teve direito a ouvir as duas belíssimas intervenções, fortemente aplaudidas, e que podem agora ser lidas na página cgtp.pt. ●



duas palavras

MANUEL NOBRE (spzs.nobre2@gmail.com)

Lutar pelo progresso Combatendo o retrocesso

Os resultados das últimas eleições legislativas espelham o crescimento da direita e da extrema-direita, quer na formação de governo, quer na composição da Assembleia da República. Resultado de anos e anos de políticas erradas e penalizadoras para quem vive do seu salário, como é o caso dos professores, de políticas reféns de interesses da UE, desenvolvidas pelos vários governos que continuam a insistir nos baixos salários, nos cortes de direitos, desinvestindo nos serviços públicos (enfraquecendo-os para depois parecer inevitável a sua privatização, onde se inclui a escola pública). A isto junta-se a opção pela constante redução do financiamento através do Orçamento do Estado, o avanço para a municipalização, o aprofundamento do modelo de gestão das escolas que se afasta da Democracia, o modelo de concursos, a continuação da

precariedade, a manutenção das injustiças e os bloqueios na carreira docente. Mas como se isto não fosse suficiente, assistimos a constantes ataques à Constituição, às conquistas de Abril e ao regime democrático, quase sempre em horário nobre nas televisões e linhas editoriais, através de horas e horas de comentários e comentadores, entre tantos outros meios, que ajudam a explicar o avanço dos projetos da direita.

Se dúvidas existirem sobre o caminho que esses projetos políticos levam, basta ver o que se passa nos países onde a direita e a extrema direita avançaram, e o enorme retrocesso que isso representou para a vida dos trabalhadores. Na Argentina por exemplo, as consequências das políticas neoliberais implementadas pelo governo de Javier Milei, impõem a degradação dos salários, o aumento do custo de vida, a precariedade laboral e os cortes em pensões e reformas, e a degradação

do sistema educativo. Ao mesmo tempo que o governo reprime as manifestações, recorrendo a detenções, prisões e agressões a quem pensa diferente; face a esta atuação do governo, o movimento sindical responde de forma firme e com coragem.

Perante toda esta situação, o caminho é lutar pelo progresso – combatendo o retrocesso.

Os professores portugueses sabem que tem sido através da luta que os docentes, organizados nos seus sindicatos da FENPROF, têm conseguido avanços para a profissão, para a Escola Pública e para o regime democrático. Assim foi na conquista do ECD, da LBSE, no fim das categorias, no fim das BCE, na recuperação do tempo de serviço. Os professores e a FENPROF sabem que quando a luta é justa, organizada e necessária, os resultados são consequentes. Vamos então à luta que os tempos não são para retrocessos! ●

Milhares de professores continuam a aguardar a recuperação do tempo de serviço.

CARTOON
Henrique Monteiro





Dia Nacional dos Cientistas País exige estratégia científica autónoma e duradoura

“É preciso inverter a trajetória de desinvestimento e desvalorização da ciência que constitui um ataque à dignidade dos investigadores, impossibilitando o desenvolvimento da ciência e os seus retornos sociais”.

Quem fala assim é a FENPROF, a propósito do Dia Nacional dos Cientistas, assinalado no passado dia 16 de maio e que, naturalmente, não foi esquecido pelo 15º Congresso.

Em tomada de posição divulgada pelo Secretariado e pelo Departamento do Ensino Superior e Investigação, a Federação salienta a importância dos investigadores para a sociedade portuguesa, realçando que tem estado sempre na linha da frente da luta pela dignificação do trabalho científico, pela valorização da carreira de investigação e no combate a todas as formas de precariedade laboral.

A FENPROF “renova o compromisso em continuar a trabalhar para a construção de soluções definitivas para os múltiplos problemas que afetam a ciência em Portugal, desde logo a precariedade laboral, exigindo ao próximo governo e a todas as forças políticas que venham a ter assento na Assembleia da República que assumam um compromisso claro com a valorização da atividade científica e com a dignificação das condições de trabalho dos seus profissionais. O desenvolvimento da ciência portuguesa, ao longo das últimas décadas, é inegável.”

“Os indicadores revelam um aumento expressivo da produção científica, em termos

quantitativos e qualitativos, sendo evidentes os contributos da comunidade científica nacional para o avanço do conhecimento, o desenvolvimento tecnológico e a elevação cultural dos portugueses”.

Elevadíssima precariedade laboral
Noutra passagem, o SN e o Departamento comentam:

“Os investigadores têm visto os seus trabalhos científicos reconhecidos e valorizados pela sociedade. Os resultados do eurobarómetro sobre “Conhecimento e atitudes dos cidadãos europeus em relação à ciência e à tecnologia”, divulgado em 2021, mostram que 49% dos portugueses considera “muito positiva” a influência da ciência e da tecnologia na sociedade, refletindo uma crescente valorização da ciência por parte da população. No entanto, apesar destes progressos, o trabalho científico em Portugal continua a ser feito em condições de elevadíssima precariedade laboral.”

Segundo o estudo “Trajetórias laborais nas instituições de ensino superior e ciência: excelência e precariedade”, coordenado por Ana Ferreira, e publicado pela FENPROF, a maior parte dos trabalhadores científicos permanece refém de modalidades atípicas de contratação, que incluem bolsas de investigação, contratos a termo certo ou incerto, vínculos pontuais como recibos verdes ou atos únicos, e até situações em que o trabalho é realizado sem qualquer remuneração. Estas formas de vínculo afetam investigadores e professores convidados, leitores, gestores e comunicadores de ciência das instituições públicas e privadas, acrescenta.

“Essa diversidade de vínculos precários”, observa a FENPROF, “resulta em trajetórias profissionais marcadas por instabilidade e incerteza. Muitos profissionais alternam entre diferentes tipos de contratos e períodos sem remuneração, o que dificulta a planificação de carreiras e projetos de vida. Além disso, a ausência de integração nas carreiras de investigação científica ou docência estáveis limita as oportunidades de progressão e reconhecimento profissional”.

Persistente desvalorização das remunerações

Este panorama, aponta a FENPROF, “evidencia a necessidade urgente de políticas que assegurem a estabilidade laboral e valorizem adequadamente o trabalho desenvolvido no setor científico e académico. A persistente desvalorização das remunerações e correspondente perda de poder de compra ao longo de décadas, os inúmeros bloqueios e obstáculos ao desenvolvimento de uma carreira científica estável e o subfinanciamento crónico do sistema científico e tecnológico em Portugal — os 3% do PIB permanecem, ainda, uma longínqua miragem — têm contribuído para a consolidação de um modelo de desenvolvimento da ciência assente na captação de financiamento competitivo, sobretudo proveniente de fundos europeus, e menos de investimento estruturado previsto no orçamento do Estado”.

“Esta lógica, reforçada pelas reconhecidas insuficiências no financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e no financiamento das unidades de investigação

por esta avaliadas, compromete a capacidade do país para definir e sustentar uma estratégia científica autónoma e duradoura, fazendo da ciência um parente pobre da política nacional”, acrescenta.

Investimento em ciência e inovação tem retorno positivo

Salientando que “manter a situação atual é um erro estratégico com custos elevados para o país”, a FENPROF destaca:

“O investimento em ciência e inovação tem retorno positivo e é uma alavanca comprovada de crescimento económico e bem-estar social. Segundo estudos recentes da Comissão Europeia, cada euro investido em investigação e inovação ao abrigo do programa “Horizonte Europa” pode gerar até 11 euros de retorno económico até 2040. Os investigadores não podem continuar a ser esquecidos neste processo”.

Como alerta a Federação, “não pode continuar o desperdício de quadros altamente qualificados, que tanta falta fazem ao país para que consiga alterar o perfil de especialização da economia, reposicionar-se no panorama científico e tecnológico global, e projetar um modelo de desenvolvimento social e económico sustentável e com futuro”.

Na perspetiva sindical, “é importante valorizar a ciência em todas as suas dimensões, da ciência fundamental à aplicada, passando pelas ciências naturais e as ciências sociais,

“**É importante valorizar a ciência em todas as suas dimensões, da ciência fundamental à aplicada, passando pelas ciências naturais e as ciências sociais, até às humanidades e às artes. Todas as áreas científicas são importantes para construir uma sociedade equilibrada, de cidadãos plenos, de crianças, jovens e adultos informados, cultos e esclarecidos.**”

até às humanidades e às artes. Todas as áreas científicas são importantes para construir uma sociedade equilibrada, de cidadãos plenos, de crianças, jovens e adultos informados, cultos e esclarecidos.”

Defender uma verdadeira carreira de investigação científica

Por tudo isto, “é preciso inverter a trajetória de desinvestimento e desvalorização da ciência que constitui um ataque à dignidade dos investigadores, impossibilitando o desenvolvimento da ciência e os seus retornos sociais”. E acrescenta: “É preciso defender a existência de uma verdadeira carreira de investigação científica, o reforço do investimento público em ciência e uma FCT que não seja uma permanente fonte de incerteza e imprevisibilidade”.

“A ciência é uma atividade fundamental para a construção do diálogo intercultural, para a promoção da paz, para o combate a todas as formas de discriminação e desigualdade, para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, inclusiva e coesa. Não pode, pois, a comunidade científica nacional deixar-se enganar por derivas belicistas que põe em causa o futuro coletivo”, acrescenta a FENPROF, “sempre na linha da frente da luta pela dignificação do trabalho científico, pela valorização da carreira de investigação e no combate a todas as formas de precariedade laboral”. ●



“Pela Paz todos não somos demais”

A FENPROF foi uma das várias organizações que apoiaram a realização do IV Encontro pela Paz, que decorreu no passado dia 31 de maio (sábado) nos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal. Num momento de escalar de tensões, de promoção de conflitos, de aumento do militarismo e de corrida

aos armamentos, o Encontro foi um importante momento para afirmar o caminho da paz e da resolução pacífica dos conflitos. Sob o lema **“Pela Paz Todos Não Somos Demais | Cumprir a Constituição de Abril”**, a jornada do Seixal, que reuniu um milhar de participantes, deu um expressivo

contributo para a reflexão e para a luta pela paz, pela solidariedade e cooperação entre os povos, também por ocasião do 50.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa. José Feliciano Costa, Secretário Geral da FENPROF, foi um dos presentes na Mesa do encontro. ●

Educação Climática:

A chave para combater a desinformação e preparar as novas gerações

JOSÉ JANELA (QUERCUS)



A Internacional da Educação, de que a FENPROF é membro, organizou no dia da Terra a conferência “Combater a desinformação e reforçar as competências dos docentes para um futuro sustentável”.

Dessa conferência destacou-se que num mundo cada vez mais afetado pelas alterações climáticas, a desinformação tornou-se um dos maiores obstáculos à ação eficaz. A disseminação de informações falsas ou enganosas, seja intencional (desinformação) ou não (informação errada), compromete a compreensão pública sobre o clima e enfraquece os esforços para mitigar os impactos da sua alteração.

O Papel da Educação no Combate à Desinformação Climática

A educação climática emerge como uma ferramenta essencial para enfrentar este desafio. Ao apetrechar os alunos com conhecimentos científicos sólidos e competências críticas, a educação permite-lhes distinguir factos de ficção e tomar decisões informadas.

Estudos recentes revelam que cerca de 70% dos jovens não conseguem explicar adequadamente o que é o aquecimento global, enquanto 65% expressam o desejo de aprender mais sobre os seus efeitos no futuro do planeta e da sociedade. Além disso, 95% dos professores do ensino básico e secundário consideram importante ensinar sobre as alterações climáticas, embora apenas 30% se sintam preparados para o fazer.

Fontes de Desinformação e a Necessidade de Literacia Climática

A desinformação climática infiltra-se nas salas de aula através de diversas fontes: materiais escolares desatualizados, influências familiares, redes sociais e até mesmo campanhas de desinformação promovidas por interesses económicos. O site de extrema-direita Breitbart News faz parte de um conjunto de media que difundem desinformação sobre as alterações climáticas online. Há companhias petrolíferas nos Estados Unidos da América com programas de péto-pedagogia, como a BP que alcança

só nos EUA quase 20 mil escolas, 80 mil professores e 1,4 milhões de alunos. Este ambiente confuso dificulta a formação de uma compreensão clara e impede os jovens de desenvolverem competências ambientais essenciais para as profissões do futuro.

A Organização Internacional do Trabalho estima que a transição para uma economia verde poderá criar cerca de 100 milhões de novos empregos. No entanto, quase metade dos jovens sente que não possui as competências necessárias para aproveitar estas oportunidades.

Ações concretas para uma educação climática eficaz

Para fortalecer a educação climática e combater a desinformação, é fundamental:

- Atualizar os currículos escolares para incluir conteúdos sobre alterações climáticas baseados em evidências científicas.
- Oferecer formação contínua aos professores, capacitando-os para abordar o tema com confiança e precisão.
- Promover a colaboração entre escolas, comunidades e organizações ambientais para desenvolver projetos educativos práticos e envolventes.
- Incentivar o pensamento crítico e a literacia mediática entre os alunos, permitindo-lhes avaliar a veracidade das informações que recebem.

Conclusão

A educação climática não é apenas uma disciplina académica; é uma ferramenta vital para capacitar as novas gerações a enfrentar os desafios ambientais com conhecimento e responsabilidade. Ao investir numa educação sólida e baseada na ciência, estamos a preparar os jovens para se tornarem cidadãos informados e agentes de mudança num mundo em constante transformação.

Inscrição na CGA

O processo jurídico e o problema político



O próximo Governo e a Assembleia da República que o sustentará terão de resolver politicamente o problema da manutenção da inscrição na CGA dos trabalhadores da Administração Pública, com vínculo contratual com o Estado antes de 1 de janeiro de 2006, adensado pelo imbróglio jurídico criado pela Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro, destaca uma nota de imprensa divulgada recentemente pelo Secretariado Nacional da FENPROF.

A FENPROF, que nunca desistiu da resolução deste problema, fazia assim o ponto da situação (27/05/2025) relativamente ao andamento jurídico desta matéria:

- Estão neste momento pendentes no Tribunal Constitucional (TC) onze recursos que versam sobre a aplicação da Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro. Tais recursos obrigatórios de fiscalização concreta da constitucionalidade foram interpostos pelo Ministério Público sobre onze sentenças proferidas pelo Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Penafiel, que recusou a aplicação do artigo 2.º, n.º 2, da referida Lei, com fundamento na sua inconstitucionalidade por violação do princípio da confiança;
 - Num destes processos, o Ministério Público, junto do TC, já alegou, tendo concluído que o recurso deverá ser considerado improcedente e que o TC deverá julgar a norma em causa inconstitucional, por se tratar de uma disposição inovadora com que, razoavelmente, os destinatários da norma não podiam contar, pelo tempo decorrido entre a entrada em vigor da chamada lei interpretativa e da lei interpretada (19 anos) e pela quebra de uma posição jurídica consolidada e fundamentada assente na inexistência de qualquer conflito jurisprudencial;
 - O TAF de Braga também recusou recentemente, e com o mesmo fundamento, em sentenças proferidas em dois processos cujos Autores são professores associados dos sindicatos da FENPROF, a aplicação do artigo 2.º, n.º 2, da Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro. Estes processos deverão igualmente subir nos próximos dias ao TC;
 - As decisões que o TC vai proferir apenas produzirão efeitos individuais e concretos nos processos objeto de recurso. No entanto, perante três juízos concretos de inconstitucionalidade, o plenário deste Tribunal deverá depois apreciar e declarar, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma, o que, a acontecer, determinará a sua exclusão da ordem jurídica e a destruição dos seus efeitos passados, impondo-se tal decisão a todas as autoridades públicas; tal traduzir-se-á, para os docentes e todos os trabalhadores em funções públicas que tenham sido subscritores da CGA em momento anterior a 01/01/2006, no reconhecimento do seu direito à manutenção desse vínculo.
- Independentemente das curvas e contracurvas destes processos em Tribunal, a resolução do problema fica garantida no dia em que seja assumido que todos os trabalhadores que, antes de 1 de janeiro de 2006, tinham vínculo com o Estado, têm direito a manter a sua inscrição na CGA, realça a FENPROF.



“Porque é que os alunos não querem ser professores?”

A revista “Sábado” entrevistou Francisco Gonçalves, Secretário Geral da FENPROF, que respondeu a várias matérias de atualidade, incluindo as relacionadas com a carreira docente. A jornalista Vanda Marques perguntou a dado passo: “Porque é que os alunos não querem ser professores? A carreira não é atrativa, acha que esse é o problema?”. O dirigente sindical respondeu assim:

“A carreira não é atrativa, aliás, um bom indicador disso é o facto de 15.000 pessoas que eram professores, que têm habilitação profissional e que abandonaram a profissão. São números do Ministério, cerca de 15.000 nos últimos seis anos. Portanto, se o fizeram é porque o que lhes era oferecido não era suficiente. Temos grande falta de professores, essencialmente, na Grande Lisboa, Algarve e Alentejo. Ora, temos um maior número de professores a norte. Portanto, para deslocar professores é preciso criar condições para ser atrativa a profissão. Isso tem a ver com salários, com a própria carreira, com as condições dos horários de trabalho, com a existência ou não de apoios à deslocação e com a existência ou não de incentivos à fixação de professores em zonas onde eles faltam.

E depois, há talvez um outro problema. Aliás, até aqui há pouco tempo, a professora Isabel Flores, numa formação da FENPROF, dava nota disso, que é uma coisa que se nota também noutros países da Europa - há um conjunto de professores que começam a trabalhar e um, dois, três anos depois abandonam a profissão.

Portanto, uma taxa de abandono que tem algum significado, eventualmente terá a ver não só com as razões económicas, mas talvez com o facto de esta profissão ser uma profissão de relação pessoal. Ou seja, diariamente são geridas situações de conflito com os alunos, com os pares, com os encarregados de educação, com a direção das escolas. Nós vivemos numa sociedade que é cada vez mais complexa, com uma população escolar que é cada vez mais diversa e os recursos não são suficientes para dar resposta a essa situação. Por exemplo, temos cerca de 14% da população escolar que é imigrante. Portanto, alunos que não falam sequer o francês ou o inglês, que são de outras proveniências, e que falam línguas que cá não há qualquer domínio sobre elas. Além disso, faltam professores de português língua não materna. A juntar as próprias situações de desigualdades sociais, económicas e tudo leva a que esta profissão seja muito exigente.” | Francisco Gonçalves



As crianças exigem ação:

Educação pública gratuita, inclusiva e com qualidade!



“A infância não espera. Os seus direitos não se suspendem. A FENPROF exige respeito, justiça e ação”. A propósito do dia Mundial da Criança, assinalado no passado dia 1 de junho, a Federação Nacional dos Professores condena “a hipocrisia dos discursos oficiais que falam em direitos, enquanto negam o essencial: uma educação pública que garanta a todas as crianças igualdade de oportunidades, dignidade e futuro”.

Há que pôr fim “a tantas palavras ocas.” Exigimos medidas concretas, já!:

- **Creche gratuita na rede pública para todas as crianças.** O acesso à educação não pode depender da conta bancária dos pais, mas sim da assunção pelo Estado da sua função de prestador neste domínio que, no plano das suas responsabilidades sociais, é fundamental e deve ser uma prioridade. Continuar a empurrar as famílias para soluções privadas é perpetuar desigualdades e negar um direito fundamental.

- **Professores para todas as crianças, em todas as escolas.** Continuam a faltar milhares de docentes. A precariedade, os baixos salários e as condições de trabalho insustentáveis afastam quem pode ensinar. Como pode o país falar de qualidade na Educação se não garante sequer os professores necessários? É urgente conferir a necessária atratividade ao exercício da profissão docente.

- **Uma escola verdadeiramente inclusiva exige recursos reais.** Psicólogos, técnicos especializados, apoios pedagógicos eficazes, turmas com dimensão humana – tudo isso continua a faltar. A “inclusão” sem meios é um engano, uma fraude. O país tem essa obrigação com cada uma das suas crianças e com a sociedade em geral.

- **Condições de trabalho dignas para professores e alunos.** Há escolas em degradação, salas geladas no inverno e sufocantes no verão, cargas horárias absurdas, falta de pessoal não docente. Falar em bem-estar das crianças, enquanto se abandonam as escolas, é mentir ao país.

Quem nega às crianças o acesso pleno à educação pública está a negar-lhes o futuro. Não aceitamos mais adiamentos, nem pactuamos com políticas que empurram a escola pública para a degradação. Estaremos onde sempre estivemos: na linha da frente da luta por uma Escola Pública que respeite, proteja e valorize cada criança – e quem nelas entrega a sua vida a educar, conclui. ●

O 15.º Congresso Nacional dos Professores, promovido pela FENPROF, decorreu em Lisboa nos dias 16 e 17 de maio de 2025, sob o lema “Valorização, já! Por uma profissão com futuro e uma Educação pública de qualidade!”.

Este evento reuniu centenas de delegados em representação de escolas, jardins de infância e centros de investigação de todo o país e teve como principais objetivos debater os desafios da profissão e delinear estratégias de ação sindical para concretizar direitos fundamentais que têm vindo a ser sonogados por sucessivos governos.

Durante o congresso, foram aprovados documentos fundamentais que se apresentam num extenso dossier que integra esta edição do Jornal da FENPROF, de onde se destacam o Programa de Ação, a Resolução sobre Ação Reivindicativa (ambos aprovados por unanimidade) e diversas moções sobre diversos aspetos de que os docentes e investigadores não podem alhear-se.



Natalidade a diminuir no nosso país há várias décadas

A CGTP-IN deixou recentemente o alerta: a natalidade e a fecundidade estão a diminuir no nosso país há várias décadas. Além de factores sociológicos que explicam essa redução, como as alterações nas expectativas de vida das mulheres relativamente ao seu papel na sociedade, a maior participação no emprego, o prolongamento dos estudos, um maior controlo da fecundidade por via do planeamento familiar, a redução da maternidade precoce - que correspondem a ganhos civilizacionais -, há também condicionantes económicas e laborais,

como o desemprego, a precariedade laboral, os baixos salários, os longos e desregulados horários de trabalho, a dificuldade no acesso à habitação, entre outras, que levam a que a fecundidade desejada não seja muitas vezes concretizada ou que seja adiada, o que tem reflexos na natalidade, aponta a Central unitária.

Acrescenta a Inter: “A natalidade acompanha a situação económica e as condições de vida do país. Desde os anos 70 do século passado, com excepção dos dois anos que se seguiram à Revolução de Abril e na segunda metade dos anos 90, quase não houve crescimento da natalidade

e, quando houve, não se retomaram os níveis anteriormente observados. Em 2022 e 2023 houve alguma recuperação no número de nascimentos, mas em 2024 voltou a diminuir. Neste último ano o número de nascimentos de mães residentes em Portugal foi de 84,6 mil crianças, menos 1,2% do que em 2023. Um terço das crianças eram filhas de mães de nacionalidade estrangeira (mães que não nasceram em Portugal)”.

Ver tomada de posição da CGTP-IN em: www.cgtp.pt/images/imagens/2025/05/natalidade.pdf

Intervenção de abertura, por Mário Nogueira

“A nossa luta é e será sempre por melhor escola!”

Os docentes têm lutado muito, é verdade, mas nunca se despersonalizaram e cumpriram, zelosa e escrupulosamente, a sua função educadora e formadora. Esse foi e continuará a ser o grande exemplo e trunfo dos professores portugueses. A nossa luta é e será sempre por melhor escola, melhor educação e gerações de jovens melhor qualificadas, tornando-se, assim, uma luta de toda a sociedade”.
Palavras de Mário Nogueira na abertura do 15º Congresso Nacional dos Professores, numa intervenção atentamente seguida pelo vasto auditório que sublinhou vários dos seus momentos com fortes aplausos e palavras de ordem.

Chegámos ao 15.º Congresso com um quadro político inesperado no momento da convocatória: depois de amanhã há eleições legislativas. Não é um problema, pelo contrário, ficará ainda mais claro que não nos pronunciamos em função de maiorias parlamentares ou de governos, mas de políticas e, sobre essas, não alteramos posições quando mudam os executores. Decidiremos a agenda reivindicativa e como defendê-la junto do futuro poder político, seja ele qual for.

É, também, esta coerência que torna a FENPROF uma organização reconhecida e respeitada na sociedade portuguesa, traduzidos em apoios e ódios de estimação, fazendo dela a maior, mais importante e mais representativa organização sindical de educadores, professores e investigadores em Portugal.

É esta importância e esta representatividade que também nos torna uma referência, como confirmam os programas eleitorais apresentados pelos partidos para as eleições de dia 18. É a capacidade de reflexão dos quadros sindicais e a discussão permanente com os professores – cujo exemplo recente foram as

quase quatrocentas reuniões realizadas para construir a proposta global para a revisão do Estatuto da Carreira Docente –, que permitem elaborar propostas, bem como mobilizar para lutar pela sua concretização.

Os nossos Sindicatos continuam a crescer

Não é, pois, por acaso, que chegamos a este Congresso e, mais uma vez, verificamos que os nossos Sindicatos continuam a crescer, não obstante o elevado número de aposentações, a crescente falta de professores e as campanhas antissindicais instaladas em redes digitais.

A FENPROF chega ao Congresso reforçada pelas posições que assume e quem afirma, como fez o ainda ministro, que temos outra agenda que não a da Educação, da Escola e dos docentes acaba por cair no ridículo.

A agenda e a nossa força devem-se a todos, em especial a quem, em cada escola, é o rosto da FENPROF. Esses e essas são os dirigentes, os delegados e os ativistas sindicais que nunca viram a cara ao esclarecimento, à participação, à mobilização e à luta. Fazem-no por acreditar que a profissão docente tem futuro e que

o futuro das jovens gerações também depende de si.

A falta de professores

O problema mais visível da Educação em Portugal é a falta de professores. Um problema cuja principal causa é a desvalorização que as políticas de sucessivos governos provocaram na profissão. **Políticas** que desconsideraram os professores, por vezes acompanhadas de campanhas difamatórias junto da opinião pública, desvalorizando-os social e materialmente, agravando condições de trabalho, promovendo elevados índices de precariedade e retirando atratividade à profissão; **governos** que, muitas vezes, desrespeitaram os sindicatos, denegrindo a sua ação e violando as mais elementares normas da negociação e da contratação coletiva, ainda que enchendo a boca de diálogo social.

Confrontados com as evidências, os governantes tiveram de reconhecer que a falta de professores não era um problema pontual, mas estrutural. Infelizmente, quando, oportunamente, a FENPROF alertou para o que já se previa, acusaram-nos de ficcionar problemas para gerar instabilidade. Indiferentes aos alertas, os governantes agravavam horários de trabalho e alteravam currículos com o único intuito de reduzir o número de docentes, medidas que até lhes permitiriam despedir contratados e remeter para a requalificação, antecâmara do desemprego, milhares dos do quadro.

Irresponsavelmente, aconselhavam os jovens professores a emigrar e as instituições de ensino superior a dedicarem-se à formação de outros profissionais. Dessa postura não houve responsabilização, mas há consequências que hoje se abatem sobre as escolas e a sociedade, afetando milhares de alunos que, no final de cada ano, contabilizam semanas ou meses de aulas em falta.

Só não viu quem não quis o abandono de milhares de jovens professores, a par do envelhecimento da grande maioria. Deveriam ser responsabilizados os que, por negligência ou dolo, não atuaram no tempo devido, mas, como sabemos, é sempre mais fácil apontar o dedo a quem alerta e denuncia, até porque os governantes contam com o colinho de vários comentadores de serviço que branqueiam as suas políticas e os reabilitam socialmente.

A falta de professores é um problema, mas outros há que têm estado na origem de muitas das dificuldades que a escola, a Escola Pública em especial, tem vivido, tais como o subfinanciamento, o modelo de gestão ou a progressiva municipalização.

Rankings para distorcer a realidade...

No entanto, apesar das contrariedades, os profissionais da Escola Pública continuam a dar respostas de grande qualidade que, em

nada, ficam aquém das que são dadas no privado. A Escola Pública continua a responder a todos os seus alunos, independentemente das diferenças e necessidades, enquanto a esmagadora maioria dos privados atua em contextos homogêneos, por si selecionados e anda à boleia dessa mentira que são os *rankings*.

Rankings que distorcem a realidade, dificultam o trabalho das escolas, discriminam e desmoralizam alunos, professores e famílias em vez de os estimular. Não nos surpreendemos quando se desvalorizam estudos que concluem que os alunos oriundos de escolas públicas têm mais sucesso no Ensino Superior. É que os *rankings* são um instrumento de classe, usado para atacar a Escola Pública.

Esse ataque tem natureza ideológica, interessando aos detratores pôr em causa o muito bom trabalho desenvolvido nas escolas públicas. Prova disso é a integração de todos os alunos nas escolas públicas, em ambientes tendencialmente inclusivos. E mesmo com falta de importantes recursos, essa integração não tem impedido a franca melhoria dos resultados escolares. Hoje são incomparavelmente melhores do que há 18 anos, em 2007, quando iniciámos a caminhada que nos trouxe até aqui. Também, então, eram muito melhores do que os verificados 33 anos antes, quando Abril despontou, acabando com uma longa noite de trevas, imposta num Estado que só de nome era novo, servido por governos fascistas.

A propósito de verbas para a Educação

Nestes últimos 18 anos, a melhoria dos resultados foi de sentido inverso à do investimento em Educação, o que confirma que, apesar das desajustadas políticas e da falta de investimento, os profissionais, os alunos e as famílias, superando-se, têm feito a diferença. Entre 2007 e 2024, as verbas para a Educação aumentaram 16,9%; nesse período a inflação foi de 32,65%. Em 2007 representavam 3,41% do PIB e em 2024 apenas 2,45%, menos de metade dos 6% recomendados internacionalmente e defendidos pela FENPROF.

Ademais, comparando o número de crianças/alunos de 2007, na Educação Pré-Escolar e nos Ensinos Básico e Secundário, com os de hoje, há um decréscimo de 9%; neste período, o número de docentes diminuiu 14%.

Apesar do subfinanciamento e da desproporcional redução do número de docentes, das escolas saiu a geração de jovens mais qualificada de sempre: mais pessoas com o secundário, mais no ensino superior, mais licenciados, mais mestres e doutorados. O que essa geração não tem são melhores salários, mais estabilidade no emprego e menos desemprego. Portugal é o



“A falta de professores é um problema, mas outros há que têm estado na origem de muitas das dificuldades que a escola, a Escola Pública em especial, tem vivido, tais como o subfinanciamento, o modelo de gestão ou a progressiva municipalização”

4.º país europeu com a taxa de desemprego jovem mais elevada e são cerca de 30% os que emigram.

Mas não ficámos por ali: o abandono escolar precoce baixou de 36,5% para 8,1%; a taxa de retenção no Ensino Básico de 4% para 1,8%; no Ensino Secundário baixou de 24,8% para 8,6%; o número de estudantes no Ensino Superior aumentou em 15,6%.

É, pois, difamatório o discurso detratador da escola, designadamente da Escola Pública, e do empenho dos seus profissionais, acusando-os de passar o tempo em lutas, prejudicando as aprendizagens dos alunos. Lutam, é verdade, mas lutam porque sabem

que a desvalorização da profissão está na origem da falta de professores e essa é que prejudica as aprendizagens.

Momentos elevadíssimos de luta

Desde 2007 houve momentos elevadíssimos de luta com resultados positivos que nos orgulham:

- **Em 2008** foram as primeiras grandes manifestações, com mais de cem mil docentes, de que resultou o fim da divisão da carreira em categorias;

- **Em 2013** foi a prolongada greve às avaliações de final de ano que só terminou quando o governo desistiu de, alterando horários de trabalho, transferir mais de cinco mil docentes dos quadros para a já referida “requalificação”;

- **Em 2023** foram as maiores greves e manifestações de sempre, inicialmente de âmbito distrital, culminando, em 11 de fevereiro, com a maior Manifestação Nacional de Professores e Educadores realizada em Portugal, que juntou mais de 150 000 pessoas na rua, tornando inevitável a recuperação do tempo de serviço, o que veio a acontecer, embora, ainda, com insuficiências. Estas serão resolvidas com o prosseguimento da luta porque é a luta que determina os avanços. Refiro-me, concretamente, à contagem integral do tempo de serviço cumprido e consequente fim das ultrapassagens, bem como à compensação dos que não puderam recuperar.

Outras lutas

Houve outras lutas não menos importantes, umas só nossas e outras também em convergência: acampamento junto ao ministério; caravanas, como as que percorreram o IP3 ou a EN 2; concentrações em dias de reuniões no ministério, junto à Residência Oficial do Primeiro-Ministro ou na Assembleia da República no dia e hora da aprovação de orçamentos do Estado; ações de rua em cada 5 de outubro, comemorando o Dia Mundial do Professor; plenários nacionais; cordões humanos, como o que transportou uma faixa de 1500 metros com fotografias de professores; abaixo-assinados, petições ou conferências de imprensa (recordo a dos mirtilos em que se demonstraram as injustiças existentes na progressão na carreira...); esperas a governantes... e nunca faltámos às lutas mais gerais, no âmbito da Frente Comum e da CGTP.

Uma luta que irá continuar

Os docentes têm lutado muito, é verdade, mas nunca se despersonalizaram e cumpriram, zelosa e escrupulosamente, a sua função educadora e formadora. Esse foi e continuará a ser o grande exemplo e trunfo dos professores portugueses. A nossa luta é e será sempre por melhor escola, melhor educação e gerações de jovens

melhor qualificadas, tornando-se, assim, uma luta de toda a sociedade.

Uma luta que irá continuar, pois a desvalorização da profissão levou quinze mil jovens a abandoná-la, só nos últimos 6 anos. Entre 2010, antes da troyka, e 2025, o valor de escalão intermédio da carreira (5.º escalão) cresceu 10,3% e o do topo 4,5%. Nos mesmos 15 anos, a inflação foi de 31,51%. Mas a quebra salarial foi ainda superior, devido às perdas de tempo de serviço, também contribuindo para a desvalorização a degradação das condições de trabalho, desde logo o agravamento dos horários de trabalho que estão manchados por abusos e ilegalidades vários.

Outros problemas se têm arrastado por opção política dos governos. Já referi alguns, como o regime de gestão das escolas e agrupamentos ou a transferência de competências para os municípios. Mas há, ainda, a ter em conta: a falta de recursos para que a educação seja efetivamente inclusiva; a ausência de medidas no plano curricular que valorizem uma formação abrangente que prepare para o exercício pleno da cidadania e para a desconstrução do discurso populista, aquele que vem impregnado de ódio e intolerância, de hipocrisia e mentira; a falta de medidas que eliminem a indisciplina e previnam atos de violência na escola; a pulverização de medidas, alegadamente visando combater a falta de docentes, mas que mal disfarçam o problema... também estes problemas, a manterem-se, irão fragilizar a Escola Pública e degradar a qualidade da Educação Pública.

Exigir políticas que respeitem a Escola Pública

Porque não é esse o nosso objetivo, continuaremos a exigir políticas que respeitem a Escola Pública, essa importante conquista de Abril que, no essencial, tem conseguido manter vivas as suas cores, as cores da Democracia.

E já que estamos a dois dias de eleições, que ninguém se deixe enganar por discursos de liberalização da Educação que vendem uma alegada liberdade de escolha, reduzindo o papel do Estado a mero regulador. A liberdade de escolha, bandeira do neoliberalismo, não é mais do que uma tentativa de tornar gratuita ou quase a escolha elitista de algumas famílias e seletivas de alguns colégios, à custa da degradação da escola de todos. Essa é a grande aspiração da direita para manter o status quo social, económico e político, formando as elites com o dinheiro dos contribuintes. A revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, prevista em alguns programas eleitorais, tem essa pretensão.

Se o investimento na Escola Pública crescer e os seus recursos se reforçarem, a qualidade será sempre de nível superior para todos, não sendo criadas redomas para alguns

e guetos para outros, como aconteceria com a liberalização e consequente mercantilização da Educação. Esse não é o caminho a seguir pelos que pretendem e lutam por uma sociedade solidária, inclusiva e muito mais democrática.

Falamos da Escola Pública, mas não ignoramos o que se passa no setor privado, incluindo no chamado social. Aí, a desvalorização dos docentes é ainda maior, levando à fuga de milhares para o setor público. Fuga que se deve à grande exploração, aos inúmeros abusos e à imensa falta de respeito que muitas entidades patronais nutrem pelos seus trabalhadores, designadamente educadores e professores.

Não há professores de primeira e de segunda

Para a FENPROF não há professores de primeira e de segunda e, no público ou no privado, carreiras, salários e condições de trabalho deverão ser semelhantes. Isso não se confunde com a defesa da Escola Pública, nos exatos termos em que a Constituição da República a consagra: democrática, de qualidade, para todos, inclusiva e cuja promoção é dever do Estado.

A intervenção e importância da FENPROF não se esgota na Educação Pré-Escolar e nos Ensinos Básico e Secundário, sendo cada vez mais reconhecida e ouvida também no Ensino Superior e na Ciência.

Nestes setores, como nos demais, há um problema de subfinanciamento crónico que se arrasta há anos. Acumulam-se problemas que decorrem da desvalorização e do envelhecimento dos profissionais, da falta de democracia na gestão das instituições e de outras dificuldades que resultam de um regime jurídico cuja revisão não pode servir para consolidar o que deveria ser alterado. Nestes setores, há um problema que se destaca e a FENPROF, como organização sindical, não o esquece, tendo no topo das prioridades a sua resolução: a precariedade que afeta docentes e investigadores. Docentes que são tratados como falsos convidados e investigadores considerados descartáveis que, após algumas utilizações, são, simplesmente, despejados no desemprego.

Deveriam envergonhar-se os governantes quando elogiam o sistema científico e tecnológico nacional, ignorando que são eles e as suas políticas os principais causadores das entropias desse sistema.

Registámos quem, no Parlamento, antes da dissolução, impediu a criação de um regime transitório de integração na carreira dos investigadores com vínculos precários, atirando milhares para o desemprego.

Aposentados deverão merecer

tratamento digno por parte dos governos. Falando de professores e educadores,



“**A valorização da profissão é importantíssima, pois [e passo a citar] “Os professores desempenham um papel crucial na concretização do direito universal à educação, enquanto profissionais do humano, com responsabilidade de orientar e acompanhar os percursos de formação de cada aluno**”

também falamos dos que já se aposentaram. São milhares todos os anos e deverão merecer uma atenção e um tratamento dignos por parte dos governos, mas não lhes tem sido dado.

Muitos desses colegas lutaram pela democracia, enfrentaram os governos fascistas e os seus esbirros da pide, da legião portuguesa ou da mocidade portuguesa, Criaram e envolveram-se nos Grupos de Estudo que foram o embrião de uma FENPROF que deles se orgulha e os homenageia. Foram esses colegas que, derrotado o fascismo, construíram a

Escola Democrática, tornada possível pela Revolução dos Cravos, que abriu portas e oportunidades a todas as crianças e jovens e a muitos adultos.

Foram muitos desses docentes, hoje aposentados, que se envolveram nas lutas em defesa da Escola Pública e nas lutas contra a ingerência da troyka no nosso país e as políticas que provocaram desemprego, reduziram salários, congelaram carreiras e empobreceram os portugueses e Portugal. Nesse grupo, encontramos milhares de docentes que não recuperaram o tempo de serviço perdido e pelo qual também lutaram. Recuperação não conseguida antes por obstinação e subserviência a Bruxelas dos governos de António Costa. A luta conseguiu os resultados positivos que se conhecem, mas podem crer, colegas, que a FENPROF não deixará cair a exigência de reparação para os muitos, os milhares que, injustamente, ficaram de fora, num ato da mais pura ingratidão do governo de Luís Montenegro.

Relação professor-aluno como património da humanidade

A valorização da profissão é importantíssima, pois [e passo a citar] “Os professores desempenham um papel crucial na concretização do direito universal à educação, enquanto profissionais do humano, com responsabilidade de orientar e acompanhar os percursos de formação de cada aluno. A relação professor-aluno é [por isso] um dos

mais importantes patrimónios comuns da humanidade”. Este é um excerto do apelo feito às organizações internacionais, em particular à UNESCO para que reconheça a relação professor-aluno como património da humanidade. Um apelo que conta com os contributos importantíssimos, quiçá, determinantes de António Sampaio da Nóvoa, David Edwards e Isabel Batista, contando com o apoio e envolvimento da FENPROF, que tudo fará para que o justo reconhecimento se torne realidade.

Uma relação que deve contribuir para o desenvolvimento de competências e valores académicos, mas, também, socioemocionais e de cidadania, onde educar para a Paz é, hoje ainda mais, importante missão dos professores.

O cheiro a destruição vai invadindo as nossas casas

O mundo em que vivemos está cada vez mais perigoso e irrespirável e não só por causa dos graves atentados ambientais, também devido às guerras. Guerras que provocam mortos, feridos, destruição, fim da vida social tal como a aprendemos e praticamos; que elimina a vivência democrática e substitui adversários por inimigos; que faz crescer sentimentos de intolerância e semeia ódios.

O cheiro a destruição vai invadindo as nossas casas. Entra por ecrãs que quase nos tornam indiferentes a mísseis, drones assassinos, corpos trespassados por estilhaços, esmagados sob escombros,

espalhados à beira da estrada ou que sucumbem, cedendo à fome e à doença. Porque os senhores que a decidem são poupados e lucram com ela, o investimento na Paz é substituído por gastos com a guerra: 800.000 milhões de euros para armar a Europa; orçamentos dos Estados com elevadas verbas para armamento; reservas alimentares e medicamentosas em casa, fazendo crescer o sentimento de medo e também a ideia da inevitabilidade; militares não para manter a paz, mas para sustentar a guerra, sabendo-se que esta, na sua gula, se alimenta de cadáveres, sobretudo jovens.

100 milhões de pessoas vítimas de guerras

Incluindo a Segunda Guerra Mundial até às atuais já morreram mais de 100 milhões de pessoas vítimas de guerras como a colonial portuguesa, a do Vietname, a guerra civil em Angola, em Timor-Leste, no Sahara Ocidental, no Líbano, no Tigré, em Myanmar, no Golfo, no Iraque, no Afeganistão, em Caxemira, na Ucrânia ou na Palestina, neste caso não se tratando de uma guerra, mas de uma tentativa de genocídio à vista de todos. A destruição e o desespero evidentes nas imagens, a desnutrição extrema de mais de um milhão de crianças à beira da morte, a falta de assistência médica e de medicamentos, o assassinato de profissionais de saúde, de jornalistas, de membros de missões humanitárias e da ONU são atos terroristas do Estado de Israel e do criminoso governo sionista que o serve. A UE limita-se a manifestar alguma preocupação, a NATO não reconhece o genocídio e Portugal continua a não reconhecer o Estado da Palestina.

Para além dos mortos, há ainda, atualmente, mais de 110 milhões de deslocados pelas guerras e milhões de feridos, deficientes e desaparecidos.

Estes números correspondem a pessoas. Pessoas que, quando falta a luz, não se sentam no carro a ouvir rádio e a carregar o telemóvel, nem vão limpar as prateleiras dos supermercados comprando enlatados, águas e fogões a gás, refugiam-se em bunkers escuros e mal-cheirosos; não ouvem as vozes alegres dos jovens por saírem mais cedo da escola, sofrem com o silêncio que só é quebrado pelo som estridente das sirenes e da destruição; não ficam preocupados com o estado dos ovos no frigorífico, temem encontrar a sua casa ou, até, o abrigo precário reduzido a escombros; não esperam que retome a rede do operador para falar com os amigos, anseiam por encontrar vivos os amigos e os familiares.

A Educação não pode esperar mais

Defender a Paz não é tomar partido por qualquer beligerante. Educar para a Paz é desígnio da Declaração Universal dos Direitos



Humanos, recomendação da UNESCO, da UNICEF e da IE e apelo de muitos estados, incluindo o Vaticano.

Neste contexto é ainda mais importante o papel dos professores e da escola, da Escola Pública em especial, daí acompanharmos, como habitualmente, as palavras de António Sampaio da Nóvoa: “É tempo de dizer não! Não à degradação da Escola Pública. Não à menorização dos professores. Não a um país sem futuro”. Recordando Sophia de Mello Breyner, concluiu Nóvoa: “Perdoai-lhes Senhor, porque eles sabem o que fazem!”.

Se o Senhor, na sua onisciência, talvez lhes perdoasse, nós não perdoamos. Lutaremos pelo futuro e, por isso, acompanhamos o Secretário-Geral da IE, David Edwards, quando afirmou que a Educação não pode esperar mais e destacou a importância dos sindicatos para uma recuperação sustentável e democrática da Educação. Cito-o: “Após décadas de negligência, a Educação não pode mais esperar. Há uma necessidade urgente de mobilização. Não há um dia que passe sem que eu fique impressionado e honrado pelo comprometimento dos professores e dos seus sindicatos. Somos poderosos. Somos resilientes. A solidariedade é o nosso desafio e a nossa missão”, disse David Edwards.

Completamente de acordo, David, a Educação não pode esperar mais, adiada por despesas destinadas a sacar votos, por políticas inscritas na agenda neoliberal ou pelos volumosos gastos anunciados para a guerra.

A Paz e o entendimento pelo diálogo deverão ser o sonho de cada um de nós, como imaginou John Lennon, afirmou Martin Luther King, também ele um sonhador, e concretizou Nelson Mandela que nos deixou um extraordinário legado de paz, coragem e união.

Os mesmos princípios, valores e objetivos

Como é público, após este 15.º Congresso deixarei de exercer o cargo de Secretário-Geral. Agradeço aos professores e professoras que, nestes 18 anos, me ajudaram nas funções que me foram confiadas. Procurei honrá-las, sendo porta-voz de posições que construímos e defendemos juntos. Foi esse exercício coletivo que fez sempre a diferença e tornou a FENPROF na organização que é. Coletivo que António Teodoro e Paulo Sucena coordenaram antes, que eu, com orgulho e caminho aberto, prossegui e que outros e outras continuarão com entrega, dedicação e sabedoria. Certamente de forma diferente, mas respeitando os mesmos princípios, valores e objetivos que continuam a ser os fundadores desta grande organização sindical.

Em 2022 decidimos inovar, avançando com uma coordenação diferente das anteriores, composta por um secretário-geral e dois secretários-gerais adjuntos. Correu muito bem porque colaboração e lealdade selaram a nossa relação. Para o próximo mandato, trazemos uma proposta que constitui outra novidade: uma coordenação que, continuando a ser colegial, conte com dois secretários-gerais, cuja experiência de trabalho conjunto foi adquirida nos últimos três anos, bastando-lhes aprofundá-la e consolidá-la. Quanto à colegialidade, é prática bem-sucedida nos nossos sindicatos, onde a praticamos; em relação aos camaradas propostos, porque os conheço bem do trabalho que fizemos, sei que darão a excelente resposta que os professores esperam e necessitam.

Para o futuro, continuaremos a valorizar o importante papel das mulheres na nossa profissão, pelo que se propõe que o órgão máximo de direção entre congressos, o

Conselho Nacional, continue a ser presidido por uma professora. E, se houver consenso entre os Sindicatos, no próximo mandato as representações na executiva da CGTP e no plano internacional continuarão a ter o rosto de professoras. Não o fazemos por folclore, nem por imposição estatutária ou legal. São opções naturais que decorrem do elevado grau de envolvimento das professoras na vida da FENPROF.

Saída não é abandono

A saída não é abandono porque não poderia abandonar quem tem 46 anos e 10 meses de sindicalizado, mais seis meses do que tempo de serviço; quem integrou os primeiros corpos gerentes do SPRC, em 1982, e no 1.º Congresso Nacional dos Professores, constituinte da FENPROF, foi delegado e eleito para o Conselho Nacional; quem se dedica ao sindicalismo a tempo inteiro há mais de três décadas sem se fechar em gabinetes, antes mantendo uma estreita relação com aqueles que temos a responsabilidade de representar; quem, durante dezoito anos, assumiu a função de Secretário-Geral da FENPROF e a representou, durante dezasseis, na Comissão Executiva da CGTP-IN, passando, ainda, década e meia, pelo Conselho Nacional de Educação.

A nossa FENPROF foi e continuará a ser trabalho nas escolas, debate, reflexão, construção, negociação, mobilização e luta. Será tudo isso, mas continuará a reservar tempo e espaço para o Concurso Literário, já na décima terceira edição, homenageando António Gedeão, Urbano Tavares Rodrigues e todos os professores e professoras que são escritores; para a Corrida do Professor e da Educação que irá, este ano, para a sétima edição, tendo crescido de uma para a seguinte; para a organização de um Ciclo de Debates que teve, na 5.ª edição que terminou há duas semanas, a participação regular de mais de 2200 colegas sindicalizados; tempo e espaço para criar o Centro de Formação José Salvado Sampaio e modernizar o Centro de Documentação; para organizar encontros, seminários, conferências e outras iniciativas fundamentais para a reflexão, o debate e a elaboração de propostas que são, depois, os objetivos da ação reivindicativa de docentes e investigadores; tempo e espaço para a solidariedade com os outros trabalhadores, para com pessoas que lutam por causas justas, como as do ambiente, o combate à pobreza e à exclusão ou pelo reconhecimento dos mesmos direitos para todas as pessoas, sem discriminações de tipo algum, bem como para a solidariedade internacional

com aqueles que sofrem e são vítimas da maldade humana.

18 anos de luta em 5 minutos de imagens

Para terminar vamos, em cinco minutos, visitar momentos que marcaram estes dezoito anos. Houve outros, mas não cabem todos. Justificava-se que fossem acompanhados por música revolucionária, mas optei por uma balada coimbrã, quebrando o politicamente adequado e o sindicalmente correto. Pretendo, com a escolha, agradecer à organização que me fez sindicalista, o SPRC, e homenagear a cidade que me adotou há cinquenta anos.

Agradecer e também homenagear os e as colegas que deram vida às ações que as imagens registam. A balada é uma, entre outras, cantada pelos estudantes que passam por Coimbra.

Estudantes de uma Academia com 138 anos, da qual vários de nós fomos dirigentes de secções culturais ou desportivas, de uma vetusta Universidade que se orgulha dos 735 anos, já completados, e que há 12 anos é Património Mundial da Humanidade. As imagens são de todos nós. ●

* Subtítulos da responsabilidade da Redação do JF

Melhorar a Educação e a Ciência

Um rumo que deverá suportar-se em 8 elementos estruturantes

“Para o futuro, há um rumo que as políticas nacionais deverão seguir para melhorar a Educação e a Ciência”, sublinhou Mário Nogueira na etapa inicial do 15º Congresso. E pormenorizou assim esse “rumo que deverá suportar-se em oito elementos estruturantes”:

1. Um financiamento adequado que atinja, até final da Legislatura, os 6% do PIB na Educação e 3% na Ciência;
2. A valorização dos profissionais da Educação e da Ciência como prioridade, tornando atrativa a profissão docente e de investigação, o que implica a urgente revisão dos estatutos de carreira de docentes e investigadores;
3. A garantia de elevada qualidade na formação de docentes em todas as suas modalidades, condição necessária para garantir a qualidade do ensino;
4. A aprovação de modelos democráticos de gestão, criando condições para a participação de todos nas decisões e o exercício de uma real e adequada autonomia;
5. A reversão do processo de transferência de competências para os municípios, que ameaça avançar em passos largos para a total municipalização;
6. A devolução de identidade às escolas e agrupamentos, desmantelando os mega-agrupamentos, esse absurdo pedagógico;

7. Uma ação social escolar que garanta uma efetiva discriminação positiva, assegurando equidade no acesso e no sucesso de todos e cada um;

8. A criação de condições, quer ao nível dos recursos, quer dos currículos, para que a educação seja efetivamente inclusiva não só na ótica da deficiência, mas acolhendo e respondendo adequadamente a todo o tipo de diversidade, desde a que decorre da chegada de muitos milhares de imigrantes às escolas ao indispensável respeito, por exemplo, pela identidade de género.

Sobre imigração, causa repúdio ouvir discursos marcados pelo ódio por pessoas que fogem da guerra, do terrorismo e de perseguições, que trabalham e que procuram uma vida melhor do que a que tinham nos países de origem. Discursos proferidos por políticos de um país de emigrantes, como o nosso, mas que tratam os que aqui chegam como gente espúria e descartável que se usa e devolve à procedência. Os imigrantes deverão ser tratados de forma digna, integrados e incluídos. Se deixarmos o discurso xenófobo e racista andar à solta, ainda teremos quem se atreva a propor a proibição do casamento entre portugueses e certos imigrantes, mimetizando a lei de 1935 aprovada na Alemanha nazi. | MN ●

10h20. Música na abertura do 15º Congresso



A Orquestra Verney, constituída por dezenas de jovens músicos, alunos do Agrupamento Luís António Verney (Lisboa), inicia a sua apresentação perante o vasto auditório do 15º Congresso Nacional de Professores.

Momento vibrante, a apresentação desta orquestra, dirigida pelo maestro Vitor Feitor, foi calorosamente aplaudida por todos os presentes (delegados e convidados), que reforçaram os aplausos com palavras de ordem como “a cultura é um direito, sem ela nada feito”.

“Isto é que deveria orgulhar o nosso país”

Como registou Mário Nogueira, “isto é que deveria orgulhar o nosso país - a escola pública que tem”. Por seu turno, o Diretor do Agrupamento, Valdemar Rente deixou algumas palavras sobre “este projeto inovador, de cidadania ativa”, que “representa um ADN que devemos manter”, realçando o empenhamento e a dedicação de toda a comunidade educativa.

Em conversa com a reportagem do JF, o Diretor sublinhou que o Agrupamento Luís António Verney “vive em comunhão com uma ambição maior: desafiar os limites de um território exigente, construindo um caminho com o potencial das artes performativas”.

Os alunos do curso de ensino artístico de música dos 5º, 6º, 7º e 8º anos, integrantes da Orquestra Verney, encantaram o público no seu primeiro concerto do ano, em fevereiro passado, com direção musical de Daniel Frazão. No espetáculo, apresentaram um repertório cuidadosamente selecionado, composto por peças que fazem parte do currículo da disciplina de Classe de Conjunto, demonstrando a sua evolução técnica, musicalidade e o resultado do trabalho ao longo das aulas.

No passado dia 30 de abril, às 21h00, o Teatro Ibérico foi palco do concerto “Motus Inclusive”, apresentado pela talentosa Orquestra Verney. Este espetáculo integrou as comemorações da “Semana da Juventude”, promovida pela Junta de Freguesia do Beato. Em 8 de julho, a orquestra estará na Aula Magna. | JPO ●



David Edwards, Secretário-Geral da Internacional de Educação:

“Sem docentes não há escola. E sem escola pública, não há democracia”

David Edwards, Secretário Geral da Internacional da Educação, levou ao 15º Congresso da FENPROF a “saudação fraternal da nossas 375 organizações filiadas, que representam mais de 33 milhões de docentes e outros trabalhadores da educação em todo o mundo”. E deixou também algumas reflexões muito significativas no momento que estamos a viver: “Merecemos respeito e um salário digno. Temos a experiência, a dedicação e o conhecimento para conduzir a nossa profissão e construir um futuro justo e solidário”.



Antes de começar, David Edwards disse “algumas palavras sobre o nosso companheiro Mário. É alguém que conheço há muitos anos, anos de luta e militância. Do Mário admiro profundamente a visão estratégica e o seu compromisso com a justiça social, os direitos humanos e o movimento sindical. Mário é um grande pedagogo, é alguém que pensa e analisa. Entende os desafios da nossa profissão, conhece a história e sabe como construir o futuro”.



“Mário, de todo coração, e em nome da Internacional da Educação e dos nossos colegas em todo o mundo, agradeço-te. O teu exemplo e o teu trabalho marcam-nos e inspiram-nos. Muito obrigado.”

25 de Abril, uma lição para o mundo

Mais adiante, o dirigente da IE afirmou:

“É para mim um prazer e um orgulho poder estar hoje aqui convosco, em Lisboa. Terra de dignidade e memória, onde há cinquenta anos um povo saiu às ruas com cravos nas mãos, não com armas, para vencer uma ditadura e abrir o caminho para a democracia.

“Aquele 25 de abril foi uma lição para o mundo. Uma revolução sem ódio, sem vingança. Uma revolução com futuro”.

E por isso, “estar aqui hoje, no Congresso da FENPROF, tem um significado especial. Porque vocês, companheiras e companheiros, são o legado dessa revolução”.

Depois de salientar que “hoje é necessário olhar para esse legado e vencer o medo”, o dirigente sindical referiu:

“Encontramo-nos num momento em que a educação pública está a ser atacada em muitas partes do mundo. Governos como o dos Estados Unidos estão a atacar o direito à educação. Com ameaças e medidas antidemocráticas querem que os/as docentes deixem para trás os seus valores de inclusão, igualdade e diversidade e o seu compromisso com os/as estudantes mais vulneráveis”.

E alertou: “Estão a impor políticas que enfraquecem os direitos laborais, a favor de uma oligarquia que procura concentrar o poder e a riqueza nas mãos de poucos. Neste capitalismo sem compaixão, com as suas políticas de ódio e discriminação, caem trabalhadores e famílias migrantes, detidos sem acusações e expulsos sem sequer um processo legal digno”.

Sim à educação, não à deportação!

David Edwards realçou a capacidade de mobilização e de luta dos professores portugueses e sublinhou a dado passo:

“Frente às forças autoritárias que desprezam os direitos humanos, a justiça social e a memória coletiva, olhamos para o legado de luta em Portugal e dizemos, mais uma vez: **Não passarão!**”

“Como dizia Paulo Freire, tão querido nesta terra: “Todo ato educativo é um ato político.”

“Isso é o que vocês fazem todos os dias. Isso é o que defendemos na Internacional da Educação. Isso é o que nos reúne aqui hoje”.

Mais adiante, o responsável da IE observou: “O tema deste Congresso é claro: Valorizar a profissão docente. Investir na educação pública.

“E é urgente fazê-lo. Porque, no contexto das múltiplas crises em que nos encontramos, enfrentamos também uma crise global na educação. Hoje, segundo a UNESCO, faltam mais de 44 milhões de docentes no mundo...”

Salientou ainda:

“Quem está na profissão, denuncia há anos a sobrecarga de trabalho, os salários insuficientes e a falta de respeito e valorização.

“E quem pensa em ingressar na profissão, afasta-se da educação, pois não vê futuro numa tarefa tão fundamental para as nossas sociedades”.

“Sem docentes, não há escola. E sem escola pública, não há democracia. Merecemos respeito e um salário digno. Temos a experiência, dedicação e conhecimento para liderar a nossa profissão e construir um futuro justo e solidário”, realçou David Edwards.

‘Go Public! Fund Education’

O Secretário-Geral da IE falou da “nossa campanha mundial: ‘Go Public! Fund Education’”. Uma campanha que nasce do coração da solidariedade docente e que já está a dar frutos: em 127 países de todos os continentes, os nossos afiliados uniram-se para dizer a uma só voz que a educação deve ser uma prioridade para todos os governos. Porque, embora as

nossas realidades sejam diferentes, a nossa luta é uma só”.

“A FENPROF apoia esta campanha desde o seu lançamento e, há poucos dias, estiveram connosco para fortalecê-la, junto de colegas de vários países vizinhos da Europa. Obrigado por fazerem parte da nossa luta” (David Edwards deixa nesta altura da sua intervenção uma saudação especial a Manuela Mendonça, da Executiva da IE, presente na tribuna). “Dois anos após o lançamento, a campanha está a dar resultados que superam todas as expectativas”, destacou o dirigente sindical, que acrescentou, a propósito:

“Vimos aumentos salariais, contratos permanentes para docentes em situação precária e o crescimento dos nossos sindicatos.

- No **Nepal**, a ação sindical no âmbito da campanha conseguiu melhorias salariais e melhores condições para o pessoal de apoio educativo.

- No **Uruguai**, a mobilização do movimento educativo foi decisiva para a eleição de Yamandú Orsi, docente e sindicalista, como presidente do país. A sua vitória é uma conquista histórica para quem defende uma educação pública com qualidade social.

- Na **Mongólia**, conseguiu-se um aumento salarial e também um reforço no investimento em refeições escolares para

os alunos mais vulneráveis. Porque a nossa campanha é para toda a comunidade escolar.”

Uma só voz

David Edwards prosseguiu:

“Temos ferramentas e propostas. As 59 Recomendações das Nações Unidas sobre a Profissão Docente são também a nossa folha de rota. Reclamam salários dignos, condições de trabalho justas, respeito, autonomia e desenvolvimento profissional, financiamento educativo estável, diálogo social e negociação coletiva. E, sim, também o direito à greve. São reconhecimentos históricos. Agora é hora de os tornar realidade.”

“Portugal sabe disso. A FENPROF tem demonstrado isso. As greves, as marchas, as ações legais, não são apenas formas de protesto: são expressões de amor pela escola pública. E vocês não estão sozinhos nisso. Na IE, reafirmamos a nossa solidariedade internacional. Do México a Angola. De Buenos Aires ao Nepal. Somos uma só voz!”

Pela Palestina

“Desde o início desta guerra, milhares de docentes e estudantes foram (e continuam a ser) assassinados. Escolas e universidades totalmente destruídas pelos bombardeios. O direito à educação foi suspenso à força e mais de 500.000 pessoas enfrentam a

fome devido ao bloqueio militar”, afirmou o responsável da IE.

A Internacional da Educação, sublinhou, “tem estado ativa e comprometida desde o primeiro momento”. E acrescentou David Edwards: “No seu 10.º Congresso Mundial em Buenos Aires adotou uma resolução exigindo um cessar-fogo imediato e permanente, o levantamento do bloqueio pelo governo de Israel e o cumprimento do direito internacional. Além disso, a IE mobilizou as suas organizações afiliadas para apoiar os docentes palestinianos. Fê-lo com ajuda financeira direta e apoio psicossocial para estudantes e professores em Gaza”.

“Estive pessoalmente na Palestina duas vezes desde a retomada do conflito. Primeiro numa missão de solidariedade com os nossos afiliados na educação. Pudemos ver em primeira mão as terríveis condições e ouvir os testemunhos do sofrimento dos nossos colegas e dos seus estudantes. O presidente da Internacional da Educação, Mugwena Maluleke, esteve presente. Saímos com uma profunda admiração pelos nossos colegas na Palestina. Professores e professoras que tentam manter viva a chama da educação entre os escombros... Também viajámos com uma delegação de líderes do movimento sindical global”. ●



Rawan Sulaiman, Embaixadora da Palestina em Portugal:

“Todas as vidas humanas têm o mesmo valor. As vidas palestinianas são tão valiosas como as outras”

“É uma grande honra estar hoje convosco para comemorar o 15º Congresso da FENPROF.”

Foi assim que a embaixadora da Palestina, creditada em Lisboa, iniciou a sua saudação ao XV Congresso da FENPROF, acompanhada de fortes e prolongados aplausos e palavras de ordem de solidariedade com o povo palestino.

“É reconfortante para mim estar entre professores, alunos e também lutadores pelos direitos de todos a uma boa educação”, sublinhou a diplomata na sessão de abertura do Congresso.

Escolas da UNRWA em ameaça

Rawan Sulaiman afirmaria mais adiante: “A educação é parte integrante de um futuro melhor para as gerações mais jovens. A proteção deste direito não é apenas uma responsabilidade moral, mas também uma obrigação jurídica que todos partilhámos e devemos respeitar. Não sou professora, mas lembro-me que a primeira oferta de

emprego que recebi foi para ser professora; infelizmente recusei a oferta e decidi fazer política.”

“Não tenho a certeza se tomei a decisão certa. Mas sou uma mãe orgulhosa de um rapaz e de uma rapariga que são parte de uma geração palestiniana mais jovem e brilhante, uma fonte de orgulho e inspiração para mim. Sou também filha de uma mãe falecida que foi professora em escolas da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), que enfrenta hoje em dia uma ameaça existencial devido às políticas ilegais de Israel”.

Nakba, a Catástrofe

A embaixadora recordou, depois, um momento especial e doloroso da história do povo palestiniano:

“Todos os anos, no dia 15 de maio, nós, palestinianos, comemoramos a Nakba, a Catástrofe, que resultou na situação difícil do povo palestiniano. A Nakba, que está em

curso, é um ato sistemático de deslocação e transferência do povo palestiniano da sua terra natal, com o objetivo de apagar a nossa existência, história e cultura, e criar o mais longo problema de refugiados do mundo.”

E acrescentou:

“Para nós, a Nakba não se trata apenas da deslocação forçada que ocorreu em 1948, é a nossa memória coletiva sobre a forma como os nossos avós, pais e muitos de nós vivíamos antes da expulsão de muitos palestinianos para campos de refugiados e para a diáspora. São as histórias sobre a terra das laranjas, os pomares, o mar, as aldeias, o comércio, a linha ferroviária. É dar nomes às nossas filhas, ruas e instituições em homenagem a lugares perdidos como Yafa. É viver ao lado e casar com rapazes e meninas de famílias que vieram das mesmas vilas e cidades. É também a memória da nossa saga após a nossa desapropriação.

“As histórias de horror sobre os massacres, a destruição de famílias, a

Uma campanha, 4 prioridades

“A nossa campanha ‘Go Public! Fund Education’ encarna as quatro prioridades estratégicas da Internacional da Educação. São os pilares de tudo o que fazemos”, lembrou o **Secretário Geral da IE na tribuna do 15º Congresso da FENPROF, que sintetizou assim essas prioridades - os 4 “P”:**



Primeiro, a Profissão

Defender condições laborais dignas, reverter a escassez de docentes e fortalecer a autonomia profissional são tarefas urgentes. Sem docentes valorizados, bem formados, com estabilidade no emprego e com voz nas decisões, não há educação de qualidade.

Quando falamos da nossa profissão, sabemos que é um trabalho insubstituível.

É uma relação entre docentes e estudantes. Não é uma transação!

É uma relação que vai muito além da transmissão de números e dados. É um vínculo humano, ético, afetivo.

É essencial para construir cidadania e formação em valores.

Por isso dizemos que esta relação é um património cultural imaterial da humanidade.

Nestes tempos de inteligência artificial desregulada, defender a educação pública é reafirmar o valor do humano no ato educativo. Esta relação é o coração das nossas comunidades educativas. E defendê-la é defender a educação como processo transformador.

A educação é o nosso legado, que ganha vida em cada estudante.

Quero agradecer-vos pelo vosso trabalho em Portugal para impulsionar o reconhecimento deste património pela UNESCO.

Ainda não chegámos lá, mas estamos no caminho.

Segundo, o Público

Exigimos um maior financiamento estatal, sustentado e com foco na equidade, para a educação pública.

Educar não é despesa: é investimento democrático.

Não aceitamos que os recursos públicos acabem nas mãos de corporações privadas e oligarcas. Se há dinheiro para a guerra que destrói, tem de haver dinheiro para a educação que constrói.

Terceiro, as Pessoas

No centro da nossa ação estão os direitos humanos, os direitos sindicais e a justiça social. Educamos e também lutamos.

Quarto, o Planeta

Não há educação possível sem justiça climática, sem paz, sem democracia. Como docentes, educamos para transformar. E por isso lutamos por um mundo onde a esperança esteja acima do ódio, e onde a solidariedade seja a nossa bandeira. | *David Edwards* ●

perda de meios de subsistência e a perda de propriedades e terras. É também uma lembrança constante da nossa experiência contínua de perda, dor, injustiça, desapropriação, colonização, ocupação e genocídio. É para nós um doloroso lembrete de que aqueles que perpetraram crimes contra o povo palestino antes e depois da Nakba continuam a desfrutar de total impunidade.”

Ninguém foi poupado

A intervenção da diplomata, atentamente seguida pela assembleia magna da FENPROF, realçou mais adiante:

“Estamos a assistir à repetição da história, pois vivemos em tempo real a Nakba de 1948 e a Naksa de 1967 novamente. Imagens de desapropriação, deslocação forçada, massacres, angústia e desespero enquanto civis inocentes fogem das suas casas, propriedades e terras. Só que desta vez a escala de agressão e destruição é enorme, brutal e completamente desumana. Nada mais é sagrado. Ninguém foi poupado; homens, mulheres, crianças, médicos, enfermeiros, paramédicos, professores, trabalhadores humanitários, funcionários da ONU e jornalistas foram mortos. Muitas pessoas continuam desaparecidas debaixo dos escombros. A morte dos palestinos tornou-se tão normalizada que somos mencionados apenas em números.

“Os nossos filhos estão a escrever os seus nomes nos seus corpos para serem identificados quando morrerem. Grave devastação e destruição de propriedades e infraestruturas em toda a Palestina. Desde outubro de 2023, Israel, a potência ocupante, matou milhares de estudantes, professores e funcionários universitários palestinos. Muitos dos que conseguiram sobreviver ficaram feridos ou terão de viver o resto da vida com deficiências, incluindo doenças psicológicas. Mais de 1.200 postos de controlo ilegais foram montados em diferentes cidades da Palestina, em particular em Jenin, Nablus e Tulkarem, para garantir que os estudantes palestinos não têm acesso às suas escolas e universidades.”

Números dramáticos da ofensiva militar de Israel

Noutro momento da sua intervenção, Rawan Sulaiman deu números que evidenciam as práticas criminosas da ofensiva militar de Israel:

“As escolas e as universidades não foram poupadas ao brutal bombardeamento. 146 escolas na Cisjordânia, juntamente com oito universidades e institutos, em Gaza, 241 escolas e 89 escolas da UNRWA foram destruídas, vinte universidades e

institutos foram bombardeados e 60 foram completamente destruídos.”

“Seis escolas da UNRWA em Jerusalém Oriental foram forçadas a encerrar após a decisão nula e sem efeito de proibir a UNRWA de exercer o seu mandato de acordo com o direito internacional”, sublinhou a embaixadora, para, de imediato, interrogar:

“Mas desde quando é que Israel está comprometido com as suas obrigações ao abrigo da lei internacional?”

Respeito pelo direito internacional

Como disse o Sr. Philippe Lazzarini, Comissário-Geral da UNRWA, “invadir as escolas e obrigá-las a fechar é um flagrante desrespeito pelo direito internacional. Estas escolas são instalações invioláveis das Nações Unidas. As escolas da UNRWA devem continuar abertas para proteger uma geração inteira de crianças”.

Referindo que “a Humanidade é um princípio universal que une os humanos em todo o mundo” e que “não é seletivo”, a embaixadora palestina observou:

“O respeito pelo direito internacional é essencial. A proteção e a defesa das suas instituições, incluindo o TPI e a UNRWA, são uma responsabilidade moral e legal. Acabar com a ocupação e as suas políticas ilegais não é uma escolha, é uma obrigação. Todas as vidas humanas têm o mesmo valor. As vidas palestinas são tão valiosas como as outras.”

A ação do Papa Francisco

Rawan Sulaiman destacou, noutra passagem, as preocupações do Papa Francisco em relação à Palestina e à Faixa de Gaza, declarando:

“Há algumas semanas, o mundo perdeu um líder raro e corajoso que acreditava verdadeiramente na paz, na justiça e na humanidade. O Papa Francisco visitou Belém, o local de nascimento de Jesus Cristo na Palestina, em 2014. No caminho, parou inesperadamente o comboio de segurança e colocou a mão no muro de segregação que Israel construiu ilegalmente em terras palestinas. Parou para rezar e disse: “devíamos construir pontes, não muros”.

“O Papa Francisco telefonava ao meu povo em Gaza quase todas as noites, mesmo quando estava no hospital. Queria saber se estavam em segurança, se tinham comido...O Papa Francisco não se esqueceu de Gaza no seu Testamento, queria que o carro que utilizou durante a visita fosse utilizado para assistência humanitária ao meu povo em Gaza. O Papa Francisco morreu e Gaza está devastada, o Papa Francisco morreu e Gaza está a passar fome...”

“O Papa Francisco morreu e a Palestina

“Os nossos filhos estão a escrever os seus nomes nos seus corpos para serem identificados quando morrerem. Desde outubro de 2023, Israel, a potência ocupante, matou milhares de estudantes, professores e funcionários universitários palestinos”.



continua sob ocupação. O Papa Francisco estava a enviar uma mensagem de que a paz na Palestina é a paz no mundo”.

Solidariedade coletiva global

Na ponta final da sua intervenção, a embaixadora falou sobre “a importância da solidariedade coletiva global”, salientando:

“Desde a agressão genocida de Israel, muitas pessoas saíram às ruas, organizaram

eventos, fizeram lobby, manifestaram-se em apoio da nossa causa justa e do nosso povo e pressionaram os seus governos a tomarem posições éticas.

“Quero agradecer de todo o meu coração a todos vós por terem enviado esta importante mensagem aos líderes mundiais, lembrando-lhes e tranquilizando o povo palestino de que não estamos sozinhos nem esquecidos. Esta é uma

mensagem de esperança que não pode ser expressa com a frequência suficiente.”

“O vosso apoio mostra que a luta pela justiça e pela igualdade é universal, une as pessoas contra a opressão, a discriminação e o racismo”, concluiu.

No final da intervenção, um artista palestino interpretou uma canção tradicional, momento igualmente sublinhado por fortes aplausos. ●

O genocídio continua

N o momento em que decorria o 15.º Congresso da FENPROF, a imprensa internacional dava mais pormenores sobre a nova ofensiva desencadeada pelo exército israelita, com “ataques em grande escala” em Gaza, numa “intensificação da sua ofensiva no território palestino devastado pela guerra, onde vários dias de bombardeamentos intensos fizeram (mais) centenas de mortos”.

Entretanto, a ONU rejeitou no passado dia 16 de maio o plano privado, apoiado por Washington e Israel, para distribuir ajuda humanitária em Gaza e exigiu que o Governo israelita permita sua atuação imediata na Faixa de Gaza.

“Para aqueles que propõem um mecanismo alternativo para a distribuição de ajuda, não percam tempo: já temos um plano”, disse Tom Fletcher, subsecretário-geral para os Assuntos Humanitários e Coordenador de Ajuda de Emergência, em comunicado, numa altura em que Israel bloqueava a entrega de ajuda humanitária a Gaza pelo 75.º dia consecutivo.

“O plano tem o apoio de uma coligação de doadores e da grande maioria da comunidade internacional. Está pronto para ser ativado - hoje -, se nos deixarem fazer o nosso trabalho”, afirmou Fletcher, qualificando-o como um plano “neutro e independente”.

Fletcher recordou que a ONU dispõe de pessoal, redes de distribuição, “a confiança das comunidades”, 160 mil paletes de ajuda humanitária prontas a serem distribuídas e o apoio da “grande maioria da comunidade internacional”, acrescentando que cerca de nove mil camiões estão prontos para entrar no enclave.

“Limpeza étnica”. O Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, afirmou na sexta-feira (16/05) que “esta última vaga de bombardeamentos, que obrigou as pessoas a se deslocarem sob a ameaça de ataques ainda mais intensos, a destruição metódica de bairros inteiros



Fotografia: Hatem Mousa/AP

e a recusa de ajuda humanitária sublinham que parece haver um impulso para uma mudança demográfica permanente em Gaza, que (...) equivale a uma limpeza étnica”.

Nota da CGTP-IN. Nos 77 anos da Nakba, a Central unitária portuguesa denuncia o genocídio contra o povo palestino e apela ao reforço da solidariedade. “Desde outubro de 2023 são já mais de 50 mil palestinos assassinados da faixa de Gaza – entre eles mais de 15 mil são crianças. Quase 2 milhões de refugiados. Somam-se ainda mais de mil assassinados na Cisjordânia, vítimas de bombardeamentos em zonas residenciais e campos de refugiados. Vítimas da agressão genocida de Israel, que pretende completar a limpeza étnica iniciada em 1948, não só à bomba e ao tiro mas impondo a fome e a doença. O cerco à faixa de Gaza impede, na prática, a entrada de bens essenciais, com mais de 500 mil palestinos a enfrentarem a fome, que ameaça chegar a mais 1 milhão de pessoas caso a ajuda humanitária não seja desbloqueada”.

“Continua a aumentar o número de vítimas no território palestino da Faixa de Gaza. As últimas informações apontam para as mortes de mais 19 pessoas e dezenas de feridos, em vários ataques israelitas ocorridos durante a noite. A organização Defesa Civil de Gaza garante que a maioria das vítimas eram crianças. O território vive um cenário de catástrofe humanitária, com a ameaça de morte devido à falta de alimentos” | Antena 1, 21/05/2025 ●

Um Congresso (também) de Paz!



Para o universo sindical, os valores da Paz e da Solidariedade estão sempre presentes. O 15.º Congresso Nacional dos Professores não foi exceção. Como se lê no Programa de Ação aprovado por unanimidade, “educar para a paz é um imperativo ético dos professores, mas é também, na sociedade atual, um ato de coragem e um exercício revolucionário”.

Mesmo antes de começar, no encontro de sindicalistas da CPLP/Educação e no seminário internacional realizado na sede do SPGL/FENPROF em Lisboa com a participação das delegações estrangeiras, as temáticas da luta pela Paz e da construção da Solidariedade com os povos e organizações sociais estiveram em foco em várias intervenções, com destaque, por exemplo, para a dirigente sindical da Argentina e da Internacional de Educação, Sónia Alesso.

Nos dois dias do Congresso, a Paz e a Solidariedade estiveram mesmo, em determinados momentos, no centro das atenções, do debate e da reflexão dos delegados, momentos esses sublinhados por fortes aplausos e palavras de ordem,

como sucedeu na intervenção /saudação da embaixadora da Palestina em Lisboa e na comunicação de David Edwards, Secretário Geral da Internacional de Educação (IE).

Vários documentos aprovados, incluindo moções, e intervenções de delegados reafirmaram a determinação do grande coletivo que é a FENPROF no capítulo da solidariedade ativa, quer no plano nacional, quer internacional, lembrando a sua participação em múltiplas ações realizadas em solidariedade com o Povo da Palestina ou do Saara Ocidental.

Educar para a Paz

Como destacou Mário Nogueira na abertura dos trabalhos, “defender a Paz não é tomar partido por qualquer beligerante. Educar para a Paz é desígnio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, recomendação da UNESCO, da UNICEF e da IE e apelo de muitos estados, incluindo o Vaticano”.

No Programa de Ação aprovado encontramos referências à necessidade de reforçar a Solidariedade e exigir a Paz em todos os países e territórios afetados pela violência e as agressões e o desrespeito pelos direitos humanos, “com destaque

para os povos palestino e o saharauí”. O 15.º Congresso lembrou ainda “os atos de terrorismo organizado, como acontece em Moçambique, na Etiópia ou no Iémen, ou de atos de grosseira violação dos direitos humanos, como decorre do criminoso bloqueio imposto há 66 anos pelos Estados Unidos da América ao povo cubano”.

A FENPROF “estará solidária com as organizações sindicais que, nos seus países, lutam contra governos que desenvolvem políticas que põem em causa os direitos dos trabalhadores, incluindo os direitos sindicais, como acontece, por exemplo, na Argentina de Milei ou nos Estados Unidos de Trump”.

“A FENPROF também se manterá firme na defesa da Paz, até porque, em contextos de guerra, como atualmente acontece, recursos financeiros que deveriam ser investidos em áreas como a educação, a saúde ou a segurança social são consumidos na indústria da guerra. Ademais, a morte de pessoas, atingidas pela fúria belicista, não pode ser justificada por razão alguma; será, sempre, ato criminoso”.

Da Ucrânia à Palestina, passando pelas ameaças expansionistas de Trump

Citando de novo o Programa de Ação aprovado no Fórum Lisboa, “é urgente encontrar soluções diplomáticas que resolvam o conflito bélico na Ucrânia, que se agravou com a invasão russa de parte do seu território; é preciso manter, em definitivo, o cessar fogo na Palestina e reconhecer o Estado Palestino, não competindo a Israel ou aos Estados Unidos ditar ordens e decidir quem pode ou não entrar naquele território, incluindo as agências humanitárias sob a égide da ONU”.

Para a Federação Nacional dos Professores, “é necessário garantir segurança aos povos que continuam a ser alvo de ataques de milícias étnicas ou alegadamente religiosas, mas que, na verdade, não passam de movimentos terroristas. Neste domínio, a FENPROF contesta atos e ameaças expansionistas, como os perpetrados pela administração dos Estados Unidos em relação a diferentes territórios terrestres e marítimos”.

O 15.º Congresso decidiu ainda que “a solidariedade da FENPROF continuará a manifestar-se pela participação em atos públicos, pela tomada de posição e também, quando necessário, através de entidades credíveis, como a IE, a HELPO ou outras, contribuindo com recursos financeiros e/ou materiais, se estes forem solicitados. No plano interno, a FENPROF manter-se-á disponível para colaborar com o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), o Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM) e a CGTP-IN nestas frentes da sua ação”. ●



Programa de Ação da FENPROF 2025/2028

FENPROF continuará a dar Rosto ao Futuro!

João Loureiro apresentou ao 15.º Congresso a proposta do Secretariado Nacional que viria a ser aprovada por unanimidade. Independentemente da necessária consulta do documento integral, apresentamos aqui a síntese que este dirigente fez e que se centrou nos aspetos essenciais, percorrendo todo o texto de uma forma clara.

O título da proposta remete para a urgência de valorização que é convergente nos âmbitos dos trabalhadores – e áreas de trabalho – que a FENPROF e os seus sindicatos representam: “Valorização, já!”.

“Identificam-se os nove capítulos da proposta, cada um deles a abordar blocos de temas, sem que, como é evidente, eles sejam esgotados; crê o Secretariado Nacional que analisam, ainda assim, com consistência os assuntos tratados.

- O primeiro capítulo reflete sobre o papel insubstituível dos professores em contextos de crescente complexidade: na educação e no ensino, para as aprendizagens, no combate fundamental às desigualdades, na educação para a cidadania democrática, em especial perante ameaças que são cada vez mais fortes (xenofobia, intolerâncias com a diversidade, ou o discurso de ódio instilado pela extrema-direita).

- Segue-se outro capítulo que se ocupa da situação dos professores e educadores, com referências também aos investigadores: a condição atual da profissão, o número de docentes no país, o gravíssimo problema da falta de professores e, claro, as circunstâncias próprias no ensino superior e na ciência.

- Terceiro capítulo – a urgência cunhada no título do programa remete para a valorização das carreiras e das profissões em realce: partindo de breves subsídios históricos sobre a luta pela consagração dos estatutos, são refletidos avanços, recuos e exigências atuais, alargando a atenção para domínios como o da situação e discriminação dos docentes do ensino privado, o ensino superior e a ciência, os avanços e constrangimentos verificados nas regiões autónomas e, ainda, o ensino português no estrangeiro, escolas portuguesas e leitores em universidades estrangeiras.

- O quarto capítulo olha para um requisito fundamental para a qualidade do ensino e para a dignidade da profissão que é o da qualificação dos professores, que se quer elevada e que tem que ser garantida na formação inicial e, depois, através da formação contínua e da formação especializada.

- O quinto ocupa-se das condições de trabalho, em particular dos docentes, apreciando vários temas que geram justificado desassossego na profissão e importantes reivindicações destacadas na luta sindical: sobretrabalho e burocracia, constituição

e dimensão das turmas, diversidade e inclusão, recursos e qualificação das escolas, indisciplina e violência, transição digital, questões do desempenho na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário e, ainda, o preocupante desgaste físico e a exaustão emocional que clamam por medidas, entre elas o reconhecimento de um regime de aposentação adequado.

- No capítulo seguinte, o sexto, o respeito pelos professores, que continuamos a reclamar, é perspetivado em áreas que ali são sublinhadas: concursos para a colocação dos docentes, proteção na doença, atração de jovens para a profissão, recuperação de quem a abandonou e as circunstâncias dos nossos aposentados e reformados.

- No sétimo, a Escola Pública – assim é, também, com a Ciência – existe, desenvolve-se, resiste e progride no contexto atual marcado por perigos e potencialidades que cumpre ter presentes, entre eles os que se prendem com a pressão do neoliberalismo na educação, o populismo e a extrema direita, o subfinanciamento, a municipalização, o modelo de gestão e a ausência de democracia nas escolas, o desrespeito pela lei e a carência de recursos para a inclusão, os obstáculos às demandas da equidade, da igualdade e da inclusão, as dos currículos e da avaliação das aprendizagens, o adiamento das efetivas valorizações do ensino profissional, do ensino artístico especializado, da educação de adultos e da aprendizagem ao longo da vida, tudo isto num quadro que tem de ser de defesa da Constituição e da Lei de Bases do Sistema Educativo que estão sob ataques aleivosamente descritos como para a modernização ou para reformas estruturais.

- No penúltimo capítulo, oitavo, expõem-se em termos gerais as propostas para valorizar as profissões docente e de investigação, para valorizar a Escola Pública, para valorizar a educação, o ensino e a ciência. O Secretariado, como se compreende, espera que o Congresso,

mais do que aprovar, assumam tais propostas. Volto a lembrar que estas, de caráter genérico, serão complementadas pelo que for aprovado no documento da resolução sobre a ação reivindicativa.

- Por último, no nono capítulo, olhar para dentro e para a necessidade que nos há de mobilizar de construirmos uma FENPROF ainda mais forte: a importância dos sindicatos, da sindicalização e dos núcleos sindicais de base, a nossa organização interna, a autonomia, a resposta aos ataques dirigidos ao movimento sindical, à FENPROF, aos seus sindicatos e aos seus quadros, o rejuvenescimento e a renovação, o financiamento, o compromisso sindical, a nossa natureza de classe, a representatividade e o combate ao divisionismo, a defesa da liberdade e dos direitos sindicais, a atividade internacional da FENPROF, o relacionamento institucional da Federação e, por último, o compromisso obrigatório para uma organização com a essência, o posicionamento e a responsabilidade de quem representa professores, educadores e investigadores que é o compromisso da solidariedade nos planos nacional e internacional e, em grande evidência, a defesa da Paz."

Na apresentação feita ao Congresso, João Louceiro, chamou ainda a atenção para um conjunto de aspetos:

"Quis o quadro político em que se realizou o Congresso que ele terminasse na véspera das eleições legislativas. Na FENPROF não falamos de ação e de luta apenas às vezes, mas sempre, em função das necessidades, das aspirações, das reivindicações e dos justificados anseios dos professores, dos educadores e dos investigadores.

Para nós, a luta nunca está suspensa. De pouco serve lutarmos intensamente para, em momentos como o da escolha dos deputados nos nossos círculos eleitorais, como vai ser no domingo, postergarmos a ação e guardarmos a luta na gaveta.

Na ação da FENPROF, dos professores, educadores e investigadores, logo a seguir a este 15.º Congresso, o apelo para cada um e cada uma de nós é para prosseguir a luta com o voto, ajudando a criar as melhores condições para que a ação da FENPROF no próximo mandato alcance os resultados que queremos, que são justos e necessários para os trabalhadores que representamos e para o país que amamos".

Texto a partir da intervenção realizada por João Louceiro, membro do Secretariado Nacional



Programa de Ação
2025/2028
- versão integral

<https://tinyurl.com/programaAcaofenprof>



Resolução sobre a Ação Reivindicativa – Valorização, Já!

FENPROF preparada para continuar a agir em defesa da profissão e da Escola Pública

No dias 16 e 17 de maio de 2025, véspera de Eleições Legislativas, teve lugar, em Lisboa, o 15.º Congresso Nacional dos Professores (FENPROF), com a participação de mais de 600 delegados de todos os distritos do continente e das regiões autónomas, bem como do estrangeiro, a maior parte diretamente eleitos nas escolas, representando todos os níveis de educação e ensino e investigadores científicos. No âmbito da discussão realizada, destaca-se a aprovação por unanimidade de uma importante Resolução sobre a Ação Reivindicativa da maior e mais representativa organização sindical de professores, educadores e investigadores.

1 Após o fim das restrições da pandemia, a FENPROF retomou a atividade sindical plena, nunca tendo suspenso a sua ação mesmo nos momentos mais críticos.

2 Durante o governo do PS, os professores protagonizaram uma das maiores lutas da história recente, com destaque para a exigência de recuperação do tempo de serviço congelado e a defesa da graduação profissional nos concursos. A luta incluiu greves distritais, manifestações históricas e ações de grande mobilização, obrigando o governo a recuar em várias medidas negativas.

3 Mesmo sem assinar acordos com o governo da AD, a FENPROF obteve importantes avanços, como o apoio a docentes deslocados e melhorias na mobilidade por doença. No entanto, subsistiram ameaças graves, como o fim da carreira docente enquanto corpo especial e a sua integração na Tabela Única Remuneratória, bem como a da eventual revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, ou agora mais recentemente, a da revisão da Constituição da República.

4 A crescente falta de professores tornou-se um problema estrutural, agravado pela falta de atratividade da profissão, tendendo até a agravar-se. A FENPROF rejeitou medidas avulsas e continua a exigir soluções estruturais, defendendo firmemente a carreira docente, a Escola Pública e o sistema científico nacional.

Princípios centrais da ação da FENPROF

A A FENPROF reafirma que a ação reivindicativa dos próximos anos deve centrar-se na valorização da profissão, na luta contra as desigualdades e na defesa da Escola Pública. Propõe um aumento do financiamento da Educação para 6% do PIB e a recuperação integral do tempo de serviço, incluindo compensações a aposentados, mas também a eliminação das perdas decorrentes de alterações à estrutura da carreira, ou seja, o fim das ultrapassagens. Defende a revisão do ECD, com foco no fim das quotas na avaliação e das vagas para progressão, uma aposentação justa (36 anos de serviço ou 40 de descontos) e a negociação do regime de pré-reforma.

B Reivindica o cumprimento do horário legal de 35 horas, a melhoria das condições de trabalho, igualdade entre setores nas componentes letiva e não letiva, a revisão dos concursos, com valorização da graduação profissional, combate à precariedade e integração nos quadros de docentes com três ou mais anos de serviço. Propõe ainda a eliminação do período probatório e a aplicação plena da Diretiva 1999/70/CE a outros grupos profissionais onde a transposição não se verificou.

C Exige igualdade de condições para contratados, revisão da formação contínua, criação e reestruturação de grupos de recrutamento, reposição da gestão democrática das escolas e reversão do processo de municipalização. Defende a criação de uma rede pública de creches, sob tutela do MECI, o fim dos rankings, mais investimento no ensino artístico e reforço da autonomia pedagógica. Por fim, reclama respeito pelos direitos sindicais e pela representatividade da FENPROF.

Situações específicas

ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO
O Congresso destacou a importância estratégica do Ensino Superior e da Investigação para o país e defende políticas públicas que valorizem os profissionais e promovam a autonomia e a qualidade das instituições. Propõe: **integração de docentes e investigadores precários nas carreiras; financiamento permanente aos concursos do DL57/2016; atualização salarial e equiparação entre politécnico e universitário; revisão dos estatutos das carreiras docentes e de investigação;**



regularização da figura do professor convidado; combate à precariedade; revisão do RJIES, com reforço da gestão democrática e revogação do regime fundacional; e aumento do investimento público em I&D até 3% do PIB até 2030.

ENSINO PRIVADO

O 15.º Congresso não esqueceu os professores do ensino privado, pelo que defende:

- A contratação coletiva no EPC, IPSS e Misericórdias, com melhores condições laborais o que requer a revogação de normas gravosas. **Propõe um CCT que inclua os Ensinos Profissional e Artístico, revisão do financiamento, atuação diligente da ACT/IGEC, certificação do tempo de serviço e direitos, deveres e condições em igualdade com o ensino público.**

NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Congresso da FENPROF aprovou a exigência de:

- **Uma revisão salarial que faça face à inflação, maior justiça fiscal no IRS, valorização e atualização das pensões, defesa da CGA e da gestão pública da ADSE.** Propõe medidas para um envelhecimento digno, com acesso a saúde, habitação e lazer, reforço da Segurança Social, com novas fontes de financiamento, e **criação de uma rede pública de apoio à terceira idade, com maior participação em caso de internamento, e apoio domiciliário significativo pela Segurança Social.**

Agir para obter!

Ações aprovadas concretizam objetivos de luta

Para concretizar os objetivos reivindicativos, o 15.º Congresso aprovou várias ações, de que se destacam:

- Solicitar reunião à nova equipa ministerial

para apresentar a resolução e as propostas concretas;

- Retomar a Petição "Pela valorização da Carreira Docente" na Assembleia da República;

- Manter a greve ao sobretrabalho e exigir medidas que corrijam os abusos nos horários de trabalho;

- **Prevê ações em 5 de outubro, Dia Mundial do Professor, e iniciativas junto ao ME que contribuam para denunciar e resolver problemas específicos de grupos de docentes;**

- Participará em lutas gerais dos trabalhadores;

- Apresentará propostas na AR sobre questões socioprofissionais;

- Manterá acompanhamento da aplicação do DL n.º 54/2018 (Educação Inclusiva);

- Entregará as cartas reivindicativas setoriais aprovadas na sua estratégia de intervenção;

- Entregará um Caderno Reivindicativo ao MECI, onde exigirá regulação das carreiras docentes e científicas no ensino superior privado e a garantia da realização de concursos no âmbito do DL n.º 57/2016.

- Realizará um novo Ciclo de Debates em 2026, sob o tema da Constituição da República Portuguesa, organizado pelo Centro de Formação da FENPROF – José Salvado Sampaio;

- Apoiará causas como a educação ambiental, a paz, a solidariedade e os direitos sindicais;

- Participará ativamente no movimento sindical unitário e internacional.



Resolução sobre a Ação
Reivindicativa – versão
integral

<https://tinyurl.com/resolucaofenprof>



Moções aprovadas

Moção n.º1 Defender a Liberdade e a Democracia; enfrentar o populismo e a extrema direita; combater a ascensão do fascismo

A FENPROF tem como um dos seus princípios basilares a defesa da liberdade e da democracia, também através da Educação, considerando que os docentes, no exercício da sua profissão, deverão assumir os valores que lhes estão inerentes.

Hoje, é com grande preocupação que se assiste à ascensão da extrema direita em diversos países do mundo, também em Portugal, promovendo e disseminando um discurso de ódio, misoginia, xenofobia, racismo, entre outras formas de discriminação que permeiam as sociedades. Problemas que também têm vindo a ganhar espaço na sociedade, havendo quem tenda a normalizar, em nome das elementares regras da democracia, organizações e partidos de extrema direita, neste caso justificando com o facto de elegerem deputados para os parlamentos nacionais.

Em alguns países, inclusivamente, a ascensão de ideologias de extrema direita tem sido acompanhada por ataques contra parlamentos, instituições governamentais e sindicatos.

O agravamento de crises económicas e das desigualdades sociais abre espaço ao discurso populista, próprio das organizações

de extrema direita e gera um risco crescente de ressurgimento de regimes autocráticos e de alianças antidemocráticas em diversos países e, mesmo, entre eles.

O discurso populista da extrema direita transfere-se, não raras vezes, da esfera pública para o ambiente escolar e para as salas de aula. A disseminação desse discurso em meios de comunicação social e em diferentes plataformas digitais fomentam a hostilidade contra imigrantes e refugiados e promovem a misoginia, o racismo, a discriminação de pessoas com deficiência e encorajam ataques contra grupos minoritários, designadamente a comunidade LGBTQI+.

Não faltam exemplos no mundo em que docentes e outros profissionais das escolas são alvos de grupos de extrema direita, atacados por gente que se revê na ideologia da extrema direita, promovendo campanhas, por exemplo, de proibição de livros ou de abordagem de determinados temas, pondo em causa a autonomia profissional e tentando impor um clima de censura que restringe a liberdade e os direitos de crianças e jovens;

A extrema direita insta os estudantes a denunciar professores que expressem opiniões políticas ou uma qualquer "doutrinação de esquerda" nas salas de aula, havendo países em que foram criadas linhas telefónicas, endereços de e-mail e plataformas digitais especialmente para esse efeito. Há investigadores que são ameaçados por grupos de extrema direita que negam factos como a crise climática e questionam a liberdade académica.

A violência, associada à extrema direita, tem impacto negativo sobre os jovens, quer pelo aumento do ódio e de situações de abuso, quer pelos ataques que são desferidos contra pessoas e protestos pacíficos em que se defendem valores democráticos.

Face ao quadro traçado, o 15.º Congresso

Nacional dos Professores considera que:

- O combate ao populismo e à extrema direita deverá ser um dos grandes desafios que se colocam aos trabalhadores e aos sindicatos, designadamente na Educação;
- Os ataques aos sindicatos, à liberdade sindical e ao direito ao livre exercício da atividade sindical é uma das facetas da ascensão dos valores da extrema direita, representando uma séria ameaça à democracia.
- A democratização da escola, desde logo ao nível da sua gestão, a organização do sistema educativo no sentido da promoção de valores humanísticos, democráticos e inclusivos e a garantia de uma Escola Pública de qualidade, para todos e todas, fortalece os valores democráticos na sociedade;

Face às preocupações geradas por esta situação, o 15.º Congresso Nacional dos Professores decide que a FENPROF:

- Mobilize os docentes para a exigência uma Educação pública de qualidade para todos/as, inclusiva e gratuita;
- Convirja com organizações, nacionais e internacionais, na construção de culturas escolares democráticas, no reforço da educação cívica das crianças e dos jovens, no combate ao populismo e à extrema direita e na defesa de leis que assegurem a eliminação de todos os tipos de discriminação, promovam o reconhecimento da diversidade e garantam uma educação verdadeiramente inclusiva;
- Esteja atenta e se organize para responder ao impacto da ascensão da extrema direita sobre os docentes, as escolas e a Educação;
- Discuta e aprove estratégias para combater o populismo, a extrema direita e o avanço do fascismo, colaborando com outras organizações, no sentido de travar esse avanço e os ataques desferidos à democracia e aos direitos dos trabalhadores;
- Se empenhe, no âmbito da Internacional de Educação (IE) e das decisões tomadas no seu 10.º Congresso, no desenvolvimento de iniciativas e campanhas que visem promover os valores da liberdade e a construção de sistemas educativos com bases democráticas, opondo-se, assim, à promoção do ódio, do negacionismo científico ou da falsidade de factos e informações;
- Defenda políticas e medidas orientadas para a validação permanente de práticas curriculares assentes na verdade científica, na cooperação entre profissionais e na construção efetiva de sistemas educativos que promovam valores humanísticos, democráticos e inclusivos para todos/as. •

Lisboa, 17 de maio de 2025

O 15.º Congresso Nacional dos Professores
Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

Moção n.º2 Pela democracia, defender os valores de Abril

Defender a democracia não é apenas proclamá-la. Não bastam declarações sobre a superioridade da democracia representativa, sobre o cíclico exercício do voto, ou grandes tiradas sobre as liberdades de expressão e de informação, que são essenciais, mas frequentemente contrariadas nos meios da comunicação social hegemónica.

A defesa da democracia é todo um programa que tem de estar atento aos legítimos interesses e aspirações do povo, da grande maioria da população, que considera e se foca nos anseios de uma vida melhor, de justiça social e económica, um programa que responda aos problemas concretos que constroem a vida das pessoas, da grande maioria das pessoas. A defesa da democracia não é uma mera proclamação.

O crescimento da extrema direita, com a aceitação social que lhe dá força, incluindo a normalização e desculpabilização de comportamentos e posições intoleráveis, ameaça a democracia que vai sendo desacreditada e desvalorizada por revoltas e desencantos que ficam sem resposta.

Se a democracia está em risco, há causas que contribuem para tal. Promessas que recorrentemente não são cumpridas, arrastamento e agravamento de problemas a que as forças que têm sido eleitoralmente dominantes não respondem com o poder que lhes é conferido; salários e pensões insuficientes, condições de vida que não melhoram, pobreza, limitações imensas com a habitação, direito básico posto em causa para milhões de famílias; desinvestimento e dificuldades nos serviços públicos e, portanto, para a esperada concretização de direitos universais; desigualdades e injustiças gritantes: fomentam deceções e frustrações, promovem, mesmo que erradamente, a desvinculação com a democracia.

Sim, é preciso preservar valores que são os da rutura com o passado fascista que foi derrotado em 1974, garantir os da instauração do regime democrático, os das amplas liberdades, do direito de opinião, das liberdades de imprensa, de manifestação, de criação de partidos.

Mas, para uma democracia sólida, é indispensável tornar reais outros valores imprescritíveis que vieram com Abril: da soberania nacional e da produção nacional, da participação direta, da prestação de contas do exercício do poder, da submissão do poder económico ao poder político democrático, da propriedade social dos setores básicos e estratégicos da economia e do papel essencial do Estado neste domínio, do emprego com

direitos e com dignidade, das remunerações adequadas e justas, do direito à habitação, dos serviços públicos, sejam os da saúde, da educação ou outros, da segurança social pública e universal, do efetivo acesso à criação e à fruição culturais; da Paz, um valor que os tempos atuais dão ainda maior importância, um dos que, com a experiência próxima da guerra colonial, foram lucidamente impressos na Constituição da República Portuguesa de que, no próximo ano, serão celebrados 50 anos sobre a sua aprovação.

O 15.º Congresso Nacional dos Professores expressa:

- Preocupação com as ameaças crescentes à democracia, espelhadas, desde logo, no crescimento da extrema-direita e na desvinculação de muitos/as cidadãos/ãs do compromisso vital com a democracia, virtuosamente alcançada com a Revolução de Abril de 74;
- Firme convicção em que a valorização da democracia, tendo de ser muito mais do que anódinas declarações, faz-se através de políticas e ações que concretizem os valores de Abril em toda a sua amplitude, respondendo a necessidades e resolvendo problemas concretos da maioria das pessoas e das populações;
- Um forte apelo a que professores/as, educadores/as e investigadores/as, pelos relevantes papéis que têm na sociedade, se afirmem como defensores/as esclarecidos/as e determinados/as da democracia e de todos os valores progressistas que o 25 de Abril possibilitou e ergueu, consagrando referenciais que é preciso concretizar sem tibiezas nem adulterações. •

Lisboa, 17 de maio de 2025

O 15.º Congresso Nacional dos Professores
O 15.º Congresso Nacional

Moção n.º3 Investir na Paz e na Educação, não na Guerra!

O 15.º Congresso Nacional dos Professores reafirma que são os trabalhadores e os povos as principais vítimas das guerras, com a destruição de escolas, fábricas, hospitais, vias de comunicação, infraestruturas e espoliação de recursos naturais. A situação mundial é marcada por uma profunda instabilidade, inseparável da natureza do sistema capitalista e da ação cada vez mais agressiva e predadora, assim como de agressão, de que são exemplos a invasão russa da Ucrânia ou o genocídio provocado pelo governo sionista de Israel, entre outros, do imperialismo dos EUA e dos seus aliados da NATO, prosseguida e aprofundada pela administração Trump.

Tendo em conta a situação no

Médio Oriente, que assume particular preocupação, exige-se total condenação. Face ao prosseguimento do massacre do povo palestino e da política de genocídio do governo israelita, violando o acordo de cessar-fogo e impedindo a ajuda humanitária, impõe-se a solidariedade com o povo palestino, com a criação do Estado da Palestina, de acordo com as resoluções da ONU.

Face à guerra na Ucrânia, exige-se um diálogo construtivo e urgente, entre as partes envolvidas, para a sua resolução pacífica. É necessário, desde logo, pôr fim às linhas de confrontação e promover iniciativas sérias que conduzam a um cessar-fogo e a uma paz negociada e duradoura.

Em sentido oposto, a recente aprovação de um pacote de 800 mil milhões para "rearmar a Europa" representa mais um passo na escalada armamentista e belicista, contrário aos interesses dos trabalhadores e dos povos na busca de paz. Desviam-se verbas que poderiam ser aplicadas na melhoria das condições de vida das populações, investindo na saúde, na educação, na habitação, nos serviços públicos e funções sociais do Estado.

Uma escalada que promove os lucros do complexo militar industrial, sacrifica os povos e aumenta o perigo do incremento e generalização da guerra. Para além da guerra na Palestina e na Ucrânia, não podemos esquecer também a situação dos povos do Iraque, Líbia, Síria, Iémen, Afeganistão, Myanmar, Caxemira, Sudão do Sul, Tigré, Líbano, Mali, República Centro Africana, do Sahara Ocidental ou do Curdistão, entre outros, porque todos os povos merecem ser respeitados e devem poder decidir o seu futuro.

A Constituição da República Portuguesa consagra os princípios da independência nacional, do respeito pelos direitos humanos, pelos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade. Reafirmamos, por isso, que somos contra a guerra, contra invasões, agressões, bloqueios e ingerências, assumindo a centralidade de uma cultura e educação para a paz, valorizando a cooperação e os direitos humanos.

Face ao que se expõe, o 15.º Congresso Nacional dos Professores, apela:

- à abertura de canais para o diálogo diplomático, garantindo o estabelecimento de acordos que assegurem a paz na Palestina e na Ucrânia;
- ao Governo português para que atue no quadro da Constituição da República Portuguesa, no meadamente com o seu art.º 7.º, no respeito pela Carta das Nações Unidas e pela Ata Final da Conferência de Helsínquia;
- ao respeito pelos povos, soberanias e Direito Internacional, vigorando sobre unilateralismos, recolocando a ONU na sua



função moderadora e de garante da paz;

- à mobilização das comunidades educativas no apoio aos Povos sujeitos a agressões ilegítimas contra a sua soberania e o seu direito a decidirem sobre os seus próprios destinos;
- aos professores/as, educadores/as e investigadores/as para que não se esqueçam que a educação para a Paz é também da sua responsabilidade. •

Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

Moção n.º 4 Pela Igualdade Mulheres-Homens

Neste ano em que se comemoram os 50 anos das primeiras eleições livres e democráticas para a Assembleia Constituinte, em que, pela primeira vez em Portugal, foi consagrado o voto universal para mulheres e homens, o 15.º Congresso realça as muitas conquistas e os direitos alcançados pelas mulheres portuguesas desde o 25 de Abril, com enormes significados de desenvolvimento e progresso na sociedade portuguesa. Fruto de lutas prolongadas e muitas vezes difíceis, a verdade é que a igualdade entre mulheres e homens está consignada no Artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa.

Mas uma coisa é a lei, outra é a vida e todos sabemos que os direitos conquistados não são definitivos, se não continuarmos a lutar por eles. Têm de ser continuamente defendidos, preservados e aprofundados.

Hoje estamos a viver, a nível mundial e em Portugal, também, ataques profundos aos direitos e uma vaga conservadora e

retrógrada de grande envergadura. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos é espezinhada, porque a Democracia está debaixo de fogo. A direita e a extrema-direita têm como um dos seus alvos preferenciais os direitos das mulheres e os seus ataques são marcados por um profundo desejo de regresso ao passado que julgávamos impensável. Inimigos da igualdade e da diversidade, foram buscar a marca “ideologia de género”, cunhada pelas forças mais reacionárias, para atacar direitos e, na Escola, tentar eliminar o trabalho de inclusão, de desconstrução de mitos, preconceitos e estereótipos baseados no género. A recente aprovação do projeto do CDS-PP, com os votos do PSD, para “retirar conteúdos ideológicos da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento” corresponde a esse desejo da direita e a uma visão passadista e retrógrada.

A escola tem um papel essencial na transformação social e os profissionais da educação devem assumir essa responsabilidade com o mesmo empenho com que realizam as tarefas de transmissão de conhecimentos e de apoio aos/às alunos/as. A Escola evoluiu muitíssimo e não aceita um regresso a um passado que segregava, que valorizava os rapazes e excluía as raparigas. Os sindicatos têm, também nesta matéria, um papel muito importante, cabendo-lhes dar sinais, quer no âmbito da formação que organizam e proporcionam, quer através da sua ação, quer ainda através do seu próprio exemplo.

Considerando o acima exposto, o 15.º Congresso Nacional dos Professores assume o seu empenho:

- Na luta pelo fim da discriminação, por uma sociedade igualitária e diversa;
- Na luta por uma Educação e Ciência livres de estereótipos de género;
- No reforço do papel da Educação e

da Ciência para a promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens;

- No reforço da formação de docentes e investigadores/as nas áreas da igualdade de género e da não discriminação;
- Nas lutas sindicais contra as discriminações de género, pugnando também por uma representação paritária a todos os níveis da vida sindical;
- Na luta contra todas as formas de assédio e violência;
- Na exigência de dotação das escolas e instituições de investigação científica de recursos humanos e materiais que possibilitem a melhoria do trabalho nesta área;
- Na luta pela efetiva conciliação entre a vida profissional e pessoal de todos/as os/as profissionais da educação. •

Lisboa, 17 de maio de 2025

O 15.º Congresso Nacional dos Professores
Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

Moção n.º 5 Em defesa da Diversidade, da Equidade e da Inclusão; contra todas as discriminações!

O respeito pela diferença humana está a ser posto em causa! O respeito pela dignidade do outro está a ser posto em causa!

Toda a pessoa, independentemente da sua naturalidade, nacionalidade, religião, género, condição económica, identidade ou orientação sexual, ideologia, diversidade funcional (condição física ou psíquica), idade, cor, entre outras características individuais, nasce livre e igual em dignidade e em direitos (art.º 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Com a ascensão do populismo e das ideologias de extrema direita, os direitos humanos estão em risco, principalmente quando se trata de respeitar qualquer pessoa que demonstre uma diferença, seja ela qual for, em relação ao estereótipo dominante.

Os direitos das mulheres, das pessoas com deficiência, das minorias étnicas, das pessoas LGBTQIA+, dos migrantes, entre outros, estão a ser postos em causa por quem perfiha ideologias que defendem, entre outros aspetos, a chamada família natural ou o impedimento de as empresas contratarem pessoas diferentes da “norma”. São posições e discursos que pretendem inculcar na sociedade sentimentos de ameaça e de desconsideração perante a diversidade, contribuindo para legitimar, falsamente, divisões e desigualdades sociais e económicas.

A FENPROF exorta à defesa de uma Escola Pública de qualidade onde todas

as pessoas têm o direito ao acesso e ao sucesso, valorizando e enaltecendo as suas características individuais.

- Nesse sentido, o 15.º Congresso Nacional dos Professores assume os compromissos de:
- Continuar a desempenhar a função de ativistas dos direitos humanos, no combate intransigente pela dignidade humana;
 - Intensificar a luta contra a discriminação, a segregação, o assédio e a violência sobre qualquer ser humano;
 - Valorizar e celebrar a diversidade dos seres humanos nas escolas e na sociedade;
 - Exigir e lutar em defesa do aprofundamento dos valores democráticos e da inclusão na formação inicial e contínua dos docentes e no funcionamento, na organização e resposta educativa, em particular, da Escola Pública;
 - Assumir a profissão como determinante na promoção, junto das crianças e dos jovens, de uma cidadania assente naqueles valores democráticos. •

Lisboa, 17 de maio de 2025

O 15.º Congresso Nacional dos Professores
Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

Moção n.º 6 Garantir a qualidade e o equilíbrio ambiental

Comemoramos o 50.º aniversário da Assembleia Constituinte, que aprovou em 2 de abril de 1976 a Constituição da República Portuguesa (CRP), importando assinalar que o seu artigo 66.º, n.º 1, determina que «todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender». Para assegurar aquele direito fundamental, atribui ao Estado um conjunto de incumbências a realizar por organismos próprios e com a participação dos cidadãos.

A experiência demonstrou que apenas através de medidas vigorosas e estruturalmente consequentes se pode garantir a qualidade ambiental, preservando os valores naturais e prevenindo a sua degradação. A omissão de decisões ou a legitimação de práticas nocivas revelam-se, por isso, inaceitáveis.

Contudo, as políticas ambientais têm sido frequentemente subordinadas aos interesses económicos, funcionando não como fim em si mesmas, mas como instrumento para captação de receitas ou oportunidades de negócio. Essa distorção compromete os princípios constitucionais e agrava os desequilíbrios ecológicos.

É necessário reconhecer que, mesmo dentro da transição energética — embora crucial — se têm verificado impactos significativos. Projetos como as barragens

do Tua, do Sabor e do Pisão, ou a instalação indiscriminada de campos fotovoltaicos em zonas agrícolas e ecossistemas sensíveis, com abate de sobreiros e outras espécies protegidas, ilustram que também as energias renováveis, quando mal planeadas, geram danos ambientais. A produção de painéis solares, turbinas eólicas e baterias implica extração intensiva de recursos naturais e, muitas vezes, poluição em países vulneráveis.

Da mesma forma, a proliferação de monoculturas superintensivas, a eucaliptização e a expansão desregulada de estufas em áreas frágeis provocam erosão dos solos, degradação da biodiversidade e esgotamento dos recursos hídricos.

Ao nível da mobilidade, o desinvestimento na ferrovia e o encerramento de linhas contradizem qualquer discurso ambiental sério, num momento em que o transporte coletivo é reconhecidamente essencial para a redução de emissões e de consumo energético.

A tudo isto soma-se uma política de desresponsabilização do Estado, com cortes nos recursos humanos e materiais, concentração administrativa e municipalização de áreas sensíveis como as áreas protegidas, comprometendo a sua gestão, vigilância e conservação.

Estas opções não apenas degradam o desempenho ambiental do país, como favorecem a concentração de lucros nos mesmos grupos económicos que lucram com a exploração intensiva dos recursos naturais. Isto ocorre num contexto de alterações climáticas globais, perda acelerada de biodiversidade, acidificação dos oceanos e riscos crescentes de atingir pontos de não retorno ecológicos, que poderão comprometer irreversivelmente a habitabilidade do planeta.

Por isso, torna-se imperativo romper com a lógica da subserviência aos mercados e reconhecer que crescimento económico não é sinónimo de desenvolvimento. O verdadeiro desenvolvimento será aquele que garantir bem-estar, justiça ecológica e sustentabilidade para as gerações atuais e futuras.

Assim, o 15.º Congresso Nacional dos Professores, com fortes preocupações e com base nos princípios da CRP, exige:

1 – A alteração do paradigma de desenvolvimento centrado no PIB, para um modelo que incorpore o conceito de desenvolvimento sustentável, baseado num índice que integre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as funções dos ecossistemas e a resiliência social e ambiental;

2 – O investimento firme na proteção e recuperação da biodiversidade e dos serviços ecológicos essenciais à vida humana;

3 – A inclusão sistemática dos riscos ambientais associados às tecnologias ditas verdes em todas as fases de planeamento, para evitar falsas soluções e garantir uma transição verdadeiramente justa.

4 – A criação de um plano nacional para uma transição energética sustentável que respeite os limites ecológicos, minimize impactos locais e privilegie a eficiência energética e as comunidades de energia;

5 – A promoção de uma economia e sociedade baseadas na produção e consumo locais, responsáveis e circulares, com reformulação da organização das cantinas escolares segundo o princípio “Produzir e Consumir Local”;

6 – A resolução urgente dos passivos ambientais ainda existentes, como a remoção de amianto em escolas e outros edifícios públicos;

7 – Uma educação ambiental para todos, com o acesso a formação gratuita de todos os docentes, de todos os graus de ensino, no tema da Educação Ambiental para a Sustentabilidade;

8 – O reforço da gestão pública dos recursos essenciais, como a água, assegurando que esta não fique sujeita a interesses financeiros e mantendo-como bem comum;

9 – O desenvolvimento de redes de transporte público acessíveis, sustentáveis e articuladas, reduzindo o uso de transporte individual e a pressão sobre os territórios; •

Lisboa, 17 de maio de 2025

O 15.º Congresso Nacional dos Professores
Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

Moção n.º 7 Por uma ADSE ao serviço dos beneficiários

A ADSE é um subsistema público de saúde pago pelos trabalhadores da Administração Pública. Ao contribuir para facilitar o acesso a cuidados de saúde a mais de um milhão e trezentos mil beneficiários, tem aliviado a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde e facilitado as respostas que este tem de dar a toda a população.

Em 2024, a receita corrente da ADSE ultrapassou os 907 milhões de euros, com as comparticipações dos beneficiários a atingir os 860 milhões de euros, quase 95%.

O Estado – que é, na verdade, o patrão dos beneficiários que suportam o subsistema ADSE –, não obstante ter assumido, finalmente, a obrigação de pagar a política social relativamente aos seus trabalhadores isentos (cerca de 23 milhões de euros anuais), pouco contribui para a manutenção e reforço da ADSE.

Importa dizer que os 47 milhões de euros de diferença entre a receita corrente total e as comparticipações dos beneficiários nesse mesmo ano de 2024 resultam, essencialmente, dos juros dos cerca de 1100 milhões de euros



de capital da ADSE aplicados pelo Governo no ICGP e que vêm contribuindo para a tão celebrada diminuição do défice das contas públicas do Estado.

A despesa efetiva da ADSE em 2024 atingiu os 790 milhões de euros, o que permitiu um saldo em torno dos 117 milhões de euros. Convém ter em conta o impacto positivo da entrada recente dos trabalhadores com contrato individual de trabalho, após muitos anos de luta sindical, mas, tendo em conta as intenções dos últimos governos, tal impacto não irá repetir-se nos próximos anos.

Apesar do aumento anual das despesas em saúde na ordem dos 5%, não está em causa, no presente e no futuro imediato, a sustentabilidade da ADSE, mas é preciso que o Estado volte a assumir responsabilidades também neste subsistema. Aliás, é justo que assuma garantias que permitam limitar as comparticipações dos beneficiários titulares a 12 meses e reconduzi-las dos atuais 3,5% ao valor que tinham antes do período da troika.

Dando a atenção que é necessária à situação da ADSE, o 15.º Congresso Nacional dos Professores defende:

a) A rigorosa manutenção da ADSE na esfera pública, garantindo-a como um direito dos trabalhadores no ativo e aposentados da Administração Pública;

b) A conservação da matriz da ADSE, enquanto subsistema complementar que garante a solidariedade interprofissional e intergeracional;

c) Uma gestão séria e desgovernamentalizada ao serviço dos trabalhadores no ativo e aposentados da Administração Pública.

Assim sendo, o 15.º Congresso exige que:

- O Estado, enquanto maior entidade empregadora do país, assegure as responsabilidades que lhe cabem, voltando

a contribuir financeiramente para a ADSE, o que também criará condições para que os beneficiários voltem a descontar sobre 12 meses e vejam gradualmente diminuídas as contribuições mensais que tinham antes do período da troika;

- Sejam travados os sucessivos aumentos dos copagamentos suportados pelos beneficiários, nomeadamente sobre as consultas;

- Sejam criadas rapidamente as condições para que o governo permita que a ADSE use os seus recursos para assegurar os meios humanos e técnicos necessários à sua atividade, combatendo a fraude e a sobrefaturação, e contribuindo para o cumprimento atempado de reembolsos;

- O conselho diretivo da ADSE promova a diversificação de convenções, evitando a sua captura pelos grandes grupos privados da saúde e garantindo uma efetiva cobertura nacional que responda aos beneficiários em todo o território nacional;

- O conselho geral de supervisão da ADSE assuma uma expressiva capacidade de iniciativa, incluindo o contacto com os trabalhadores da Administração Pública.

No atual contexto, o 15.º Congresso Nacional dos Professores, defendendo uma ADSE ainda mais ao serviço dos beneficiários, não deixa de proclamar a centralidade do Serviço Nacional de Saúde, conquista fundamental de Abril que cabe a todos/as defender, ademais em tempos em que os ataques que sofrem são tremendos. Este compromisso de defesa do SNS é, também, um compromisso para que o 15.º Congresso mandata a FENPROF. ●

Lisboa, 17 de maio de 2025

O 15.º Congresso Nacional dos Professores
Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

Moção n.º 8 Saudação aos trabalhadores/as do congresso

Os delegados e delegadas ao 15.º Congresso Nacional dos Professores saúdam calorosamente todos os trabalhadores e trabalhadoras dos sindicatos e da Federação que, com dedicação, competência e elevado sentido de responsabilidade, tornaram possível a realização deste Congresso.

Em grande parte, o êxito deste Congresso deve-se ao profissionalismo e à incansável disponibilidade demonstrada por todos os que garantiram que tudo estivesse à altura da importância do momento.

A todos e a todas, o nosso muito obrigado! ●

Lisboa, 17 de maio de 2025

O 15.º Congresso Nacional dos Professores
Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

Moção n.º 9 Saudação aos trabalhadores do congresso

Os Delegados ao XV Congresso Nacional dos Professores saúdam todos os trabalhadores envolvidos na sua preparação e concretização, cujo esforço e dedicação foram fundamentais para o êxito deste Congresso. ●

Primeiro subscritor:

Carlos Vasconcellos + 23 subscritores.
Lisboa, 17 de maio de 2025

O 15.º Congresso Nacional dos Professores

Moção n.º 10 Solidariedade com o Povo Palestino Fim ao genocídio

Os Delegados ao XV Congresso Nacional dos Professores, perante a tragédia humana que continua a ocorrer em Gaza, decidem:

A - Condenar inequivocamente a campanha genocida de extermínio, conduzida pelas forças israelitas, no território de Gaza.

B - Reafirmar o seu apoio à criação de um Estado Palestino livre e independente.

C - Instar o próximo Governo português, para que Portugal reconheça, urgentemente, o Estado da Palestina. ●

Primeiro subscritor:

Carlos Vasconcellos + 25 subscritores. Lisboa,
17 de maio de 2025

O 15.º Congresso Nacional dos Professores

Moção N.º 11 Pela União dos Povos - Por um Futuro de Paz, Justiça e Sustentabilidade

Considerando que:

- O planeta é de todos e é também

nossa responsabilidade contribuir para um futuro de paz, justiça e dignidade para as próximas gerações;

- Os crescentes desafios globais - das alterações climáticas à persistência de conflitos armados, passando pela desigualdade social - exigem uma resposta assente na solidariedade, na cooperação internacional e na ação consciente de cada cidadão, comunidade e organização;

- Os trabalhadores e as suas organizações representativas desempenham um papel central na construção de um mundo mais pacífico e sustentável;

- O movimento sindical português, neste caso concreto a FENPROF, tem uma longa tradição de defesa dos valores da paz, da solidariedade internacional e dos direitos humanos;

- A ação local com visão global "pensar globalmente, agir localmente" é fundamental para enfrentar os grandes desafios do nosso tempo - promovendo uma cidadania ativa e solidária, desde a escola e o local de trabalho até ao plano internacional;

- O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, apelou a que 2025 seja um novo começo para a Humanidade, "não como um mundo dividido, mas enquanto nações unidas";

O Congresso da FENPROF delibera:

1. Expressar o seu total apoio ao apelo do Secretário-Geral das Nações Unidas para que 2025 seja um ponto de

viragem na história da Humanidade, com base nos princípios da união entre os povos, da cooperação global e da justiça intergeracional;

2. Apelar aos trabalhadores, às suas famílias e comunidades, em Portugal e no mundo, para que se mobilizem por um futuro de paz, justiça social e sustentabilidade ambiental, reforçando a solidariedade ativa entre os povos;

3. Reafirmar o papel da educação como pilar essencial na construção de uma cultura de paz, de responsabilidade planetária e de cidadania global, promovendo nas escolas e nas comunidades valores de solidariedade, diálogo e cooperação entre os povos;

4. Comprometer-se a divulgar, junto dos seus associados e da sociedade em geral, iniciativas que contribuam para um mundo mais justo, igualitário e habitável, alinhando a sua ação sindical com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Por um futuro onde todos tenham lugar.

Por um planeta em Paz. A FENPROF apela à união na ação de todos os povos! ●

Primeiro subscritor:

Hugo Waver + 25 subscritores
Lisboa, 17 de maio de 2025

O 15.º Congresso Nacional dos Professores

Bloco de notas

"Caderneta de leituras"



Foi divulgado no Congresso o livro "Caderneta de leituras", de Paulo Sucena, antigo Secretário-Geral, que reúne as suas opiniões, transmitidas nos momentos de apresentação das obras premiadas nas várias edições do concurso literário da FENPROF. O Prémio Literário António Gedeão, instituído pela FENPROF, e patrocinado pela SABSEG – Corretor de Seguros, destina-se a galardoar uma obra de poesia em português e de autor português, publicada integralmente e em 1.ª edição. Este prémio, recorde-se, tem como finali-

dade distinguir obras literárias, de poesia e ficção narrativa, em anos alternados, de professores no ativo ou aposentados, de qualquer grau de educação e de ensino, público ou privado, e também de docentes deslocados em outros serviços ou funções. ●



Um modelo para servir a cadeia de comando

O modelo de organização e gestão das escolas desempenha um papel essencial na prossecução do pensamento e dos objetivos do neoliberalismo na educação. Com sucessivas alterações legislativas, desde 1976, e com o impulso decisivo

dado pelo governo de José Sócrates e Lurdes Rodrigues, as escolas têm hoje um regime de organização e gestão de inspiração empresarial, burocratizado e de poder unipessoal e centralizado. É um modelo para servir a cadeia de comando. Não há lugar para a participação e para a democracia e o controlo de tudo o que se faz nas escolas, outrora feito em proximidade pela estrutura político-administrativa do ministério, passou a ser feito remotamente e de forma mais apertada, com recurso a inúmeras plataformas. Aquele governo operou um recuo de décadas na Escola Pública, responsável pelo clima de tensão, conflito e competição que hoje se vive nas escolas e acompanha o exercício da atividade docente. ●

Do Programa de Ação aprovado pelo 15.º Congresso



José Feliciano Costa, Secretário Geral da FENPROF:

Na luta pelo direito dos portugueses a uma escola pública

Na sessão de encerramento, José Feliciano Costa falou de “um Congresso apontado para o futuro” e de uma FENPROF que “sempre colocou a profissão docente no centro da sua reivindicação”. E lembrou que a Federação, tal “como está consagrado na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo, sempre lutou pelo direito dos portugueses a uma escola pública gratuita, democrática, inclusiva e plural.”

Como já foi dito e confirmado neste congresso, a FENPROF não fará nunca depender os seus objetivos reivindicativos em função da maioria parlamentar que resultar deste ou de qualquer ato eleitoral”, garantiu. “A Educação não pode estar submetida às leis da oferta e da procura, aos lóbis empresariais da Educação, a essa instituição educativa neoliberal cuja intenção é destruir o ensino público, privatizando os benefícios e socializando os custos”, salientou José Feliciano Costa.

A falta de professores

Referindo que “Portugal, fruto de opções políticas intencionalmente tomadas por sucessivos governos, tem desinvestido na educação”, o dirigente sindical lembrou que “estamos confrontados com um grave problema: a falta de professores”, que “não se resolve com panaceias, mas sim com medidas concretas que implicam um compromisso para o futuro”.

“O lema deste congresso é a Valorização já! e essa é a primeira, a mais importante, a mais destacada reivindicação”, sublinhou.

“Por isso”, acrescentou, “vamos exigir um compromisso inquestionável, que passa pela valorização da carreira docente e em que a revisão do Estatuto da Carreira Docente é uma peça fundamental. A revisão global do ECD que queremos e que tem por referência a proposta da FENPROF aprovada no Plenário Nacional de Professores e Educadores, que decorreu em 7 de março passado após a realização de mais de 380 reuniões por todo o país, com a participação de milhares de docentes.”

Continuar a luta contra a municipalização

O Secretário Geral da FENPROF destacou a exigência de “recuperação de todo o tempo de serviço trabalhado e não contado, que, além do tempo congelado, o que implica também o tempo de serviço perdido em transições de carreira” e abordou temas que marcam a esfera da educação e da ciência, a vida nas escolas e a situação dos professores e investigadores.

Alertou para o desinvestimento, falou das condições de trabalho, da formação inicial de professores, do ensino particular e cooperativo, do ensino superior, da aposentação, da gestão democrática e de outras matérias, a que a FENPROF está atenta e em relação às quais tem propostas objetivas.

“Continuaremos a estar envolvidos na reversão do processo de transferência de competências para os municípios (municipalização) em matéria de educação”, realçou o dirigente sindical. ●

“**Estamos disponíveis para a negociação e para uma efetiva negociação. Mas, se tal não acontecer e também como sempre fizemos, vamos dizer que os professores estão também disponíveis para a ação e para a luta e é isso que faremos sempre que necessário”.**



Francisco Gonçalves, Secretário Geral da FENPROF:

FENPROF: o rosto coletivo de uma luta com futuro

No encerramento do 15.º Congresso da FENPROF, Francisco Gonçalves, Secretário-Geral da FENPROF, reforçou aquilo que distingue esta federação sindical: um rosto coletivo, uma ação enraizada nas escolas e uma luta que se projeta no futuro.

Deixando bem claro que a FENPROF não se define por lideranças individuais, afirmou que a sua força reside nos milhares de ativistas, sindicalistas e funcionários dos sindicatos que, no quotidiano, informam, apoiam e mobilizam professores, educadores e investigadores em todo o país – e também no estrangeiro.

É essa presença contínua e comprometida que torna possíveis os grandes momentos de mobilização. E lembrou as manifestações históricas de 2023 — em todas as capitais de distrito — foram expressão de um descontentamento profundo, mas também do trabalho invisível e persistente que dá corpo a um sindicalismo que não se limita à contestação. A FENPROF propõe, debate, estuda a política educativa e está diariamente nas escolas, em plenários, visitas e reuniões com profissionais da educação.

“Formar novos quadros”

Mas Francisco Gonçalves quis deixar outra ideia importante: com este Congresso, inicia-se também um novo ciclo: uma transição geracional inevitável. Muitos professores e dirigentes aproximam-se da aposentação, e com isso surge o imperativo de formar novos quadros. O Secretário-Geral sublinha que essa renovação não é apenas necessária – é já possível. Há cada vez mais jovens interessados, participativos, e disponíveis

para pensar o futuro da profissão docente e do movimento sindical. A presença ativa de jovens nas comemorações do 25 de Abril prova que os valores da democracia permanecem vivos.

“Precisamos”, destacou o Secretário-geral da FENPROF, “de formar quadros sindicais. Sabendo que a formação de um quadro sindical tem dois ingredientes fundamentais - a prática sindical e o tempo -, é importante destacar que temos bons quadros para passar o testemunho: gente de uma geração que viveu intensamente a construção da democracia em Portugal, esse projeto, afinal, tão recente e ainda inacabado. E temos um grande legado: a marca da FENPROF que, com a sua forma de fazer sindicalismo, com a sua imagem, vai muito para além desta sala”.

Apesar das dificuldades, há sinais de esperança: cresce o número de sócios jovens, aumenta a procura pelo apoio sindical e multiplica-se a participação em reuniões, presenciais ou online. Há um caminho a fazer junto das instituições formadoras de professores e dos estagiários, num esforço contínuo de aproximação e envolvimento.

“O futuro está sempre por fazer”

A fechar ficou a mensagem e o compromisso de luta. A FENPROF tem uma marca própria: combativa, mas construtiva; crítica, mas propositiva. A sua identidade não se resume a uma estrutura — vive no compromisso dos que a constroem todos os dias, nos bons e nos maus momentos, um futuro melhor.

Essa é a sua imagem, a sua razão de ser. O seu rosto é o de todos os que, dia após dia, constroem esta luta coletiva. Há legado. Há força. Há futuro. E há um propósito que continua a mover todos os seus rostos: a

defesa intransigente da escola pública e da dignidade da profissão docente. Francisco Gonçalves afirmou, a propósito:

“O futuro, camaradas, está sempre por fazer. Há potencial de sindicalização. Há campo de recrutamento. Temos legado. Temos rostos. Temos imagem, marca ou o que lhe queiram chamar. E temos o mais importante: a FENPROF, a mais representativa federação sindical de professores do nosso país, aquela que tem na defesa intransigente dos direitos dos professores e da escola pública de qualidade o seu único propósito político. Vamos a isso!” ●

“**A FENPROF tem uma marca própria: combativa, mas construtiva; crítica, mas propositiva. A sua identidade não se resume a uma estrutura – vive no compromisso dos que a constroem todos os dias, nos bons e nos maus momentos, um futuro melhor.**

Tiago Oliveira, Secretário Geral da CGTP-IN:

“A garantia do direito à educação é um elemento central para o desenvolvimento do país”

“A força demonstrada ao longo dos últimos dois dias, as conquistas e defesa de direitos, o património de luta que está presente neste Congresso, confirmam o papel insubstituível da FENPROF, a maior organização sindical de professores e investigadores no nosso país”, salientou Tiago Oliveira no início da sua intervenção na sessão de encerramento do 15.º Congresso.

Depois de referir que o Congresso revela “o poder da força organizada, o poder dos professores e investigadores, unidos neste coletivo, feito de homens e mulheres que dão o melhor de si para elevar as condições de trabalho e de vida dos que ensinam”, o Secretário-Geral da CGTP-IN afirmou que “a defesa da escola pública, gratuita, democrática, inclusiva e plural é impossível sem a valorização dos professores e dos investigadores, e de todos os trabalhadores não docentes. O ataque aos direitos destes trabalhadores é, em si, um ataque à escola pública”.

“O adiar para o “dia de são nunca à tarde” a valorização profissional, é a negação de uma educação de qualidade, e a negação deste direito tem consequências diversas”, acrescentou.

Tiago Oliveira observou que “não tem o mesmo impacto a degradação do ensino para os filhos dos trabalhadores e para os filhos dos que recorrem ao ensino privado, líder de rankings como o do elitismo, da exclusão, do individualismo, da meritocracia que desde pequeno vai sendo distorcida para perpetuar a divisão entre os poucos que tanto têm e os tantos que produzem essa tanta riqueza”.

Como afirmou o Secretário Geral da CGTP-IN, “a garantia do direito à educação é um elemento central para o desenvolvimento do país, e tanto se avançou nos últimos 51 anos, quando a Revolução de Abril herdou um país onde ler e escrever não era para todos, onde muitos dos que aqui estamos somos “filhos dos homens que nunca foram meninos”.

Salientando que “é preciso avançar e combater o retrocesso que querem impor neste e nos demais direitos sociais que conquistámos”, que “são direitos que querem transformar em negócio, para colocar no mercado aquilo que conquistámos e não



é mercadoria”, Tiago Oliveira deu dois exemplos bem expressivos:

- É assim na educação, é assim também na saúde, onde o negócio da CUF do grupo José de Mello, ou da Luz Saúde da Fosun, dona da Fidelidade, ou dos Lusíadas Saúde, do grupo francês Vivalto Santé, ou do Trofa Saúde, da família Vila Nova e ainda do HPA Saúde, do português João Bacalhau, “começam a conquistar terreno nos negócios nacionais e a crescerem a bom ritmo”, assim diz a revista Forbes, ao ritmo da degradação do SNS, dizemos nós, porque sem tal degradação o crescimento do negócio “destas famílias de bem”, seria impossível.

- É assim na Segurança Social, onde mesmo perante saldos de milhares de milhões de euros positivos a cada ano, com mais de 34 mil milhões no Fundo de Estabilização, nos querem fazer crer que é insustentável e tentam empurrar o dinheiro dos beneficiários para sistemas privados. Por ano, os descontos dos trabalhadores para a Segurança Social e a CGA são superiores a 32 mil milhões de euros, e é a este dinheiro, que é nosso, que está no sistema universal, solidário e público, que o sector financeiro e quem o domina quer deitar a mão.

O negócio de meia dúzia...

“Na educação, na saúde e na Segurança Social”, destacou o dirigente sindical, “aquilo que se exige é defesa, reforço e melhoria na prestação pública e não destruição e degradação para fomentar o negócio de meia dúzia. São décadas de mercantilização, especulação e de negócio, que estão na base dos problemas hoje sentidos na garantia do direito à habitação”.

“Não é por excesso de presença pública, mas sim porque foi deixado ao privado e à sua lógica, que hoje temos tantos problemas no acesso a uma habitação, como vós professores, muitos deslocados, sabem e sentem na pele”, acrescentou.

Noutro momento da sua intervenção, Tiago Oliveira realçou que “nestes tempos, em que, como bem assinalam no Programa de Ação que aprovaram, são marcados pelo neoliberalismo e a promoção do individualismo, a ação coletiva, unida e organizada, esclarecida e combativa, ganha ainda maior relevância”.

Preocupações e lutas comuns

E acrescentou:

“A unidade dos professores, dos investigadores, dos não docentes e de toda a comunidade escolar, na luta pela suas condições de trabalho e de vida ganha ainda maior expressão quando constatamos que, embora com particularidades, as reivindicações de que somos portadores são comuns à dos restantes trabalhadores, sejam do sector público ou privado, tenham nascido em Portugal ou dos que aqui procuram as condições que não têm nos seus países, sejam católicos, muçulmanos ou não tenham religião, é muito mais o que nos une, do que aquilo que nos querem fazer crer para nos separar.”

Como referiu o dirigente da Inter:

- É comum a nossa luta pelo aumento geral e significativo de todos os salários.

- É comum a luta pelo direito a carreiras e valorização das profissões, é comum a luta pela negociação coletiva

- É comum a reivindicação de maior democracia nos locais de trabalho, seja nas escolas onde o modelo imposto a nega, seja nas empresas onde continua a haver patrões que pensam que a democracia fica à porta e lá dentro é poder absoluto. •



Bloco de notas

Em defesa dos investigadores

Como destaca o Programa de Ação aprovado pelo XV Congresso, “para que a evolução dos estatutos das carreiras seja bem sucedida, é necessário um compromisso político claro, que promova a estabilidade, a dignificação profissional e a valorização do ensino e da investigação, assegurando que as condições laborais dos docentes e investigadores, tanto do ensino público, quanto do privado, sejam melhoradas de forma tangível”. No primeiro dia do Congresso foi assinalado em várias regiões do país o Dia Nacional dos Cientistas. A FENPROF e os seus sindicatos salientaram, em comunicado do SN e do Departamento, “a importância destes trabalhadores para a sociedade portuguesa e o seu futuro. Renovamos também o nosso compromisso em continuar a trabalhar para a construção de soluções definitivas para os múltiplos problemas que afetam a ciência em Portugal, desde logo a precariedade laboral, exigindo ao próximo governo e a todas as forças políticas que venham a ter assento na Assembleia da República que assumam um compromisso claro com a valorização da atividade científica e com a dignificação das condições de trabalho dos seus profissionais”. •

Desinvestimento na Educação = Falta de professores

“A falta de professores é um resultado objetivo do desinvestimento na Escola Pública e da consequente desvalorização da profissão docente. Para a resolver são necessárias medidas estruturais – e não avulsas – que garantam a atratividade da profissão docente através da valorização da carreira e das condições de trabalho”. •

Do Programa de Ação aprovado



O grande desafio dos Sindicatos

“A estrutura sindical, tal como o corpo docente, está envelhecida, ou não fosse construída no seio daqueles que representa. Assim, o grande desafio dos sindicatos para esta década é o de rejuvenescer e renovar toda a estrutura, dos delegados aos dirigentes, das responsabilidades locais às nacionais. É uma necessidade política sindical que também vai impor-se por força da entrada, nos próximos anos, de um número crescente de docentes mais jovens na profissão”. •

Do Programa de Ação aprovado

Sistema científico e tecnológico nacional

“Deveriam envergonhar-se os governantes quando elogiam o sistema científico e tecnológico nacional, ignorando que são eles e as suas políticas os principais causadores das entropias desse sistema.” •

Mário Nogueira, na intervenção de abertura

Luta pela justiça

“O vosso apoio mostra que a luta pela justiça e pela igualdade é universal e une as pessoas contra a opressão, a discriminação e o racismo.” •

Rawan Sulaiman, Embaixadora da Palestina em Portugal



8 medidas

Apontadas à valorização da educação, do ensino e da ciência

No sentido de valorizar a educação, o ensino e a ciência, a FENPROF defende:

1 O reforço do **financiamento público da educação**, devendo as verbas previstas em orçamento do Estado corresponder a 6% do PIB;

2 O **financiamento público da ciência** com verbas correspondentes a 3% do PIB;

3 A criação de uma **rede pública de creches** e o alargamento da rede pública de educação pré-escolar;

4 A aposta firme na **educação para o exercício de uma cidadania democrática**, ainda mais importante num tempo em que forças de extrema-direita, populistas, intolerantes perante as diferenças e promotoras de ideologias de cariz fascista e, mesmo, neonazi, avançam também no nosso país;

5 A clarificação de diversos aspetos relativos ao **currículo**, designadamente sobre programas, flexibilidade e matrizes curriculares;

6 A aprovação de medidas de adequada **descentralização**, ao invés de prosseguir com a municipalização, que é um processo promotor de assimetrias e discriminação;

7 A manutenção e o reforço da **matriz democrática da Lei de Bases do Sistema Educativo**;

8 O **reforço da ação social escolar**, para que constitua um fator de discriminação positiva, ainda mais importante num quadro como o atual, em que a pobreza atinge centenas de milhares de famílias.

Do Programa de Ação aprovado (adaptado)



Mensagem do Presidente
da República aos delegados

**“Não há avanço
social, cultural
e humano sem
professores”**

Na impossibilidade de estar presente na cerimónia de abertura, por se tratar de período de campanha eleitoral, Marcelo Rebelo de Sousa enviou, em vídeo, uma “mensagem de saudação e gratidão e também de reflexão”, à FENPROF e aos delegados ao 15.º Congresso Nacional dos Professores.

Marcelo Rebelo de Sousa relacionou os 15 congressos da Federação com o historial e a experiência da organização, destacando as lutas desenvolvidas pelos professores “em vários ciclos da nossa história, em vários momentos e situações, em democracia”.

Na sua mensagem de 6,32 minutos, o PR falou de uma luta com sucesso - pela recuperação do tempo de serviço - mas, lembrou, logo de seguida, que surgem outras questões que exigem respostas no panorama da profissão docente. Falou das alterações demográficas, da evolução do sistema

educativo e, noutra passagem, referiu-se aos jovens professores que entraram no sistema educativo após o 25 de Abril e que hoje atingiram a aposentação.

Rebelo de Sousa falou da necessidade de “renovação educacional” e, baseando-se na sua experiência como docente, lembrou que a preparação das aulas foi conhecendo alterações de acordo com as diferentes fases e momentos.

Missão exigente

Referiu ainda que “este tipo de atividade é mais que uma profissão, é uma missão e muito exigente.” Realçou a importância das comunidades escolares e dos projetos comunitários e de participação. “A realidade social, económica e cultural”, lembrou, “projeta-se na escola”.

Noutro ponto da sua mensagem, o Presidente da República deixou uma vincada saudação a todos os professores e a Mário Nogueira, “que termina, formalmente, com

este Congresso, uma longa carreira como dirigente sindical”.

“Esteve presente ao longo de décadas na vida sindical, na vida da FENPROF e da educação e na vida da democracia. Merece um agradecimento pelo empenhamento muito forte, muito longo e muito difícil em períodos diferentes”, afirmou.

Na ponta final da sua mensagem, o PR deixou “uma afirmação de esperança no futuro”. “A educação é crucial na vida de qualquer Estado, de qualquer sociedade”, destacou. Há que “apostar em vós e nos outros agentes educativos”; “o vosso papel é crucial”.

“Não há avanço social, cultural e humano sem professores com um estatuto que lhes permita olhar para o futuro com esperança, determinação e com sentido de mudança para melhor. E nós precisamos disso, sempre permanentemente: mudar para melhor na nossa educação para mudar para melhor no nosso Portugal”, concluiu. | JPO •



www.fenprof.pt

Toda a informação.
Atualização diária.



Tribuna
de Imprensa



“Este sábado, 17 de maio, tornou-se oficial: a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) tem dois novos Secretários Gerais, que sucedem ao histórico Mário Nogueira: José Feliciano Costa e Francisco Gonçalves encabeçavam a lista aprovada por unanimidade pelos sete sindicatos da FENPROF e são os novos rostos de um ciclo que põe fim a 18 anos de uma liderança única”.

Diário de Notícias, 17/05/2025



“O Programa de Ação, apresentado pelo Secretariado Nacional e pelos sete sindicatos da FENPROF (“Valorização, já! Por uma Profissão com futuro e uma Educação pública de qualidade!”), foi aprovado por unanimidade esta manhã”.

Lusa, 17/05/2025

“A FENPROF quer medidas que possam “atrair gente nova” para a profissão e “recuperar os 15 a 20 mil professores que a abandonaram” e acreditam que tal só será possível com uma valorização da carreira”.

Lusa, 16/05/2025

“FENPROF pede responsabilização de políticos pela falta de professores. Mário Nogueira, defendeu esta sexta-feira a responsabilização dos políticos que, “por negligência ou dolo, não atuaram no tempo devido” para contrariar a falta de professores, num discurso que marca a sua saída da direção da federação.”

Lusa, 16/05/2025



“Mário Nogueira despediu-se da liderança da Federação Nacional dos Professores recordando “as lutas” de 18 anos (...) Saiu, emocionado, ao som de uma balada coimbrã e sob a ovação, de pé, dos delegados ao Congresso que encheram por completo o Fórum Lisboa”.

JN, 16/05/2025

“A revisão do ECD, que a FENPROF defende como crucial no combate à falta de professores, é a batalha que se segue à recuperação do tempo de serviço. A Federação reivindica, por exemplo, uma carreira mais curta e o aumento dos salários nos primeiros escalões. José Feliciano Costa garante que essa luta começa na segunda-feira, logo após as eleições. É a principal prioridade pela valorização da carreira, insiste”.

JN, 16/05/2025

“Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa vão assumir a liderança conjunta da FENPROF. Foram eleitos este sábado (17/05/2025) e prometem continuar a ser uma estrutura sindical “de protesto e de propostas”.

JN, 16/05/2025



“O 15.º Congresso Nacional da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) arranca esta sexta-feira e marca a saída de Mário Nogueira como Secretário-Geral da maior estrutura sindical representativa da classe docente, depois de 18 anos de liderança. Durante dois dias, 662 delegados de todo o país reúnem-se no Fórum Lisboa para definir as prioridades da FENPROF durante o mandato da nova direção, até 2028, mas também para eleger os novos elementos do Conselho Nacional, da Coordenação do Secretariado Nacional e do Conselho de Jurisdição.”

Rádio Renascença, 16/05/2025

SIC notícias

“Sentou-se à mesa com 7 ministros da Educação. Enquanto Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira sentou-se à mesa com sete ministros: Maria de Lurdes Rodrigues, Isabel Alçada, Nuno Crato, Margarida Mano, Tiago Brandão Rodrigues, João Costa e Fernando Alexandre. No final das reuniões negociais, sempre foram habituais as declarações aos jornalistas em que dizia não ter chegado a acordo, mesmo depois de a tutela ceder em várias reivindicações. Para o representante dos professores, um acordo não pode deixar ninguém de fora. Resultado: muitas negociações terminaram em protestos ou greves nacionais.”

SIC Notícias, com Lusa, 15/05/2025

Expresso

“Após 18 anos como Secretário Geral da Federação Nacional de Professores (FENPROF), Mário Nogueira, um dos mais reconhecidos sindicalistas na área da educação, e não só, passa a pasta à próxima direção de uma das maiores federações sindicais, com cerca de 50 mil sócios”.

Expresso, 8/05/2025



Manuela Mendonça, presidente do Conselho Nacional da FENPROF, lembrou uma declaração recente da Amnistia Internacional, que denunciou “o inferno de morte e destruição em que Israel transformou Gaza” e insistiu que “Gaza é o território mais perigoso do mundo para as crianças”.

Público, 16/05/2025

O 15.º Congresso começou esta manhã com um concerto da Orquestra dos alunos da Escolas Luís António Verney, de Lisboa. O concerto terminou com os presentes a aplaudir de pé e a gritar “a cultura é um direito, sem ela nada feito”.

Público, 16/05/2025



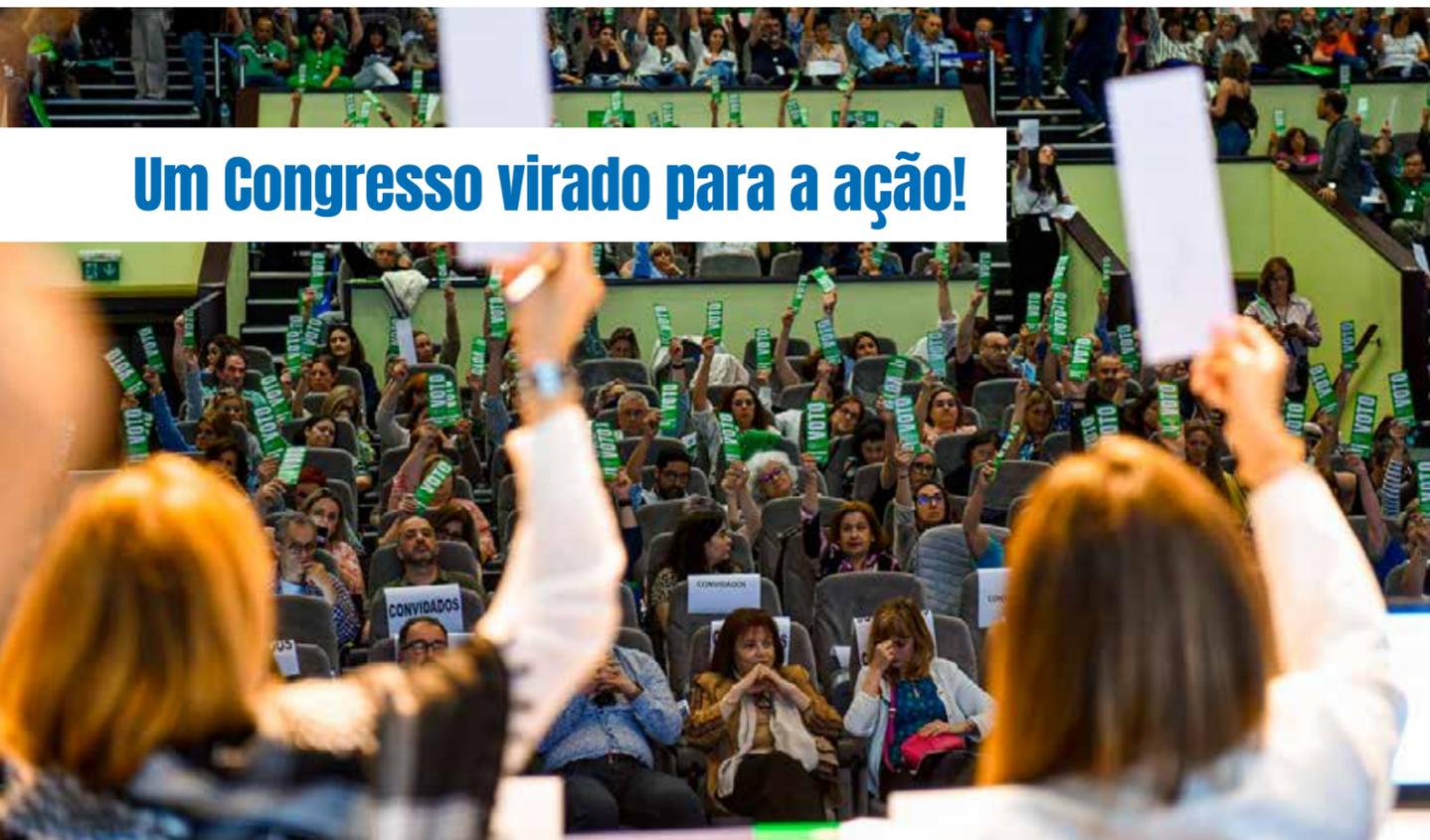
Vídeo-resumo do 15.º Congresso

A página da FENPROF tem toda a informação sobre o 15.º Congresso Nacional dos Professores, a começar pela versão integral do Programa de Ação aprovado pelos delegados, outros documentos e intervenções e álbuns de fotografias. Destacamos ainda o vídeo-resumo (4 minutos e 19 segundos) com momentos bem expressivos do que foi a assembleia magna da FENPROF.

www.fenprof.pt/resumo-do-15-o-congresso-nacional-dos-professores



Um Congresso virado para a ação!



Nos passados dias 16 e 17 de maio decorreu em Lisboa o maior fórum nacional sobre Educação – o 15.º Congresso Nacional dos Professores, com 662 delegados inscritos, oriundos de todos os distritos e regiões autónomas, bem como do estrangeiro, representando todos os níveis de educação e ensino e os profissionais da investigação. “Valorização, já! Por uma Profissão com futuro e uma Educação pública de qualidade” foi o lema que presidiu aos trabalhos, a que assistiram também largas dezenas de convidados.

Depois de aprovar as orientações para a ação e de eleger novos órgãos de direção, a começar pelos Secretários Gerais, José Feliciano Costa e Francisco Gonçalves, a hora é de arregaçar as mangas e continuar a avançar, com determinação, na defesa da profissão docente e da escola pública.

Num momento em que a falta de professores se agrava, o Congresso reiterou a necessidade de valorização da profissão docente como medida estruturante para a resolução do problema, pelo que, para a FENPROF, a revisão do Estatuto da Carreira Docente será a prioridade da sua ação junto do próximo governo.

A grande assembleia reunida no Fórum Lisboa foi um congresso representativo dos docentes e investigadores portugueses, que durante dois dias debateram matérias fundamentais que marcam a vida profissional dos professores e o dia-a-dia das escolas e das instituições de ensino e de investigação, propondo caminhos e soluções objetivas para responder aos problemas, como se destaca na Resolução sobre Ação Reivindicativa, um documento fundamental para o qual, desde já, chamamos a atenção (tratamento nestas páginas e versão integral em www.fenprof.pt).

Várias intervenções e mensagem do PR na sessão de abertura

O Congresso não podia começar da melhor maneira: com a atuação da Orquestra do Agrupamento de Escolas Luís António Verney, numa exemplar participação que revela as potencialidades do ensino artístico e o papel fundamental da escola pública (ver apontamento nestas páginas).

Depois do desfile das bandeiras dos 7 sindicatos da FENPROF em direção à tribuna, seguiram-se várias intervenções, anunciadas por Manuela Mendonça. Os delegados e convidados ouviram a mensagem gravada em vídeo pelo Presidente da República e as intervenções de José Feliciano Costa

(saudação em nome do sindicato anfitrião, SPGL); de David Edwards, Presidente da Internacional de Educação/IE; da embaixadora da Palestina, Rawan Sulaiman; e a intervenção de abertura do Congresso, do (na altura) Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira, que não se limitou a fazer referências ao que foi a ação da FENPROF e dos professores no último triénio, mas antes optou por projetar aquela que deverá ser a intervenção da Federação, dando um especial enfoque ao drama mundial da guerra, da intolerância, do racismo e da xenofobia, dos fascismos e dos ódios. “A Paz e o entendimento pelo diálogo deverão ser o sonho de cada um de nós, como imaginou John Lennon, afirmou Martin Luther King, também ele um sonhador, e concretizou Nelson Mandela que nos deixou um extraordinário legado de paz, coragem e união”, afirmou, já na ponta final da sua intervenção.

O Congresso lembrou e homenageou ainda os dirigentes sindicais que faleceram neste último mandato.

Alteração aos Estatutos

O período da tarde do primeiro dia do 15.º Congresso Nacional dos Professores iniciou-se com a apresentação, debate e votação de algumas propostas de alteração aos

Estatutos, principalmente de modo a acomodar as melhores condições para que o Congresso possa ter maior liberdade na tomada de decisões, designadamente quanto à composição da coordenação do Secretariado Nacional. De seguida, passou-se à apresentação das propostas de Programa de Ação para o próximo triénio, que, sob o lema “Valorização, já! Por uma Profissão com futuro e uma Educação pública de qualidade” foi proposto pelo Secretariado Nacional e subscrito pelos sete sindicatos constituintes da FENPROF, vindo a ser aprovado por unanimidade e aclamação.

Ainda no final da manhã, foram conhecidos os resultados das eleições para os órgãos da FENPROF, tendo sido eleitas por larga maioria as listas para o Conselho

Nacional, órgão deliberativo máximo entre congressos, e para o Conselho de Jurisdição também apresentadas pelo Secretariado Nacional e os sete sindicatos da FENPROF.

Anabela Sotaia, Presidente do CN

Na primeira reunião do Conselho Nacional, órgão deliberativo máximo entre congressos, constituído por 85 elementos, Anabela Sotaia foi eleita Presidente do Conselho Nacional da FENPROF. A nova Presidente do CN da FENPROF é professora do ensino secundário e coordenadora do SPRC. É membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional de Educação. O Conselho Nacional ratificou igualmente o novo Secretariado Nacional (29 elementos), cuja lista era apoiada por todos os sindicatos da FENPROF. O novo Conselho

de Jurisdição, presidido por António Dutra, tem 7 elementos.

Durante a tarde, os trabalhos prosseguiram com a discussão e votação da Resolução sobre a Ação Reivindicativa e das moções estranhas à ordem de trabalhos. Todos estes documentos foram aprovados pelos delegados e podem ser consultados (versões integrais) em www.fenprof.pt

O Programa de Ação e a Resolução foram aprovados por unanimidade e aclamação. O Congresso aprovou ainda 11 moções.

Os novos Secretários-Gerais da FENPROF, Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa, intervieram depois na sessão de encerramento, tal como o Secretário Geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira. | JPO •

Álbum









Seminário Internacional

Representantes sindicais de todo o mundo reuniram em Lisboa para debater a Escola Pública e a Profissão Docente

A luta pela valorização social e profissional dos professores foi um dos temas em debate no seminário internacional que antecedeu o 15.º Congresso. O encontro decorreu na parte da tarde de 15 de maio, na sede da FENPROF, em Lisboa, e reuniu três dezenas de delegações estrangeiras convidadas pela FENPROF, provenientes de países da Europa, África, Ásia, América Latina e América do Norte.

Presentes na Mesa que dirigiu os trabalhos Manuela Mendonça, da Direção da FENPROF e da Executiva da Internacional de Educação (IE); John MacGabhann, presidente do Comité Sindical Europeu da Educação (ETUCE/CSEE); Sónia Alesso, presidente da IE/América Latina e dirigente da Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA); e Mário Nogueira.

Sob o lema "Valorização, já! Pela profissão docente. Pela Escola Pública", o seminário transformou-se num interessante espaço de debate e reflexão, revelando a afirmação e o prestígio da FENPROF no plano das organizações internacionais de docentes. O objetivo principal foi promover a partilha de experiências, realidades e estratégias de intervenção entre os participantes, numa perspetiva de cooperação.

Subfinanciamento da educação

Em debate estiveram os desafios com que os docentes se confrontam em todo o mundo, num contexto global marcado pelo subfinanciamento da Educação e pela desvalorização da profissão docente.

Em foco estiveram matérias como os baixos salários, a degradação das carreiras, a intensificação e desregulação dos horários de trabalho, os ataques aos direitos sindicais e à vida democrática nas escolas.

A falta de professores, os problemas dos jovens docentes, o envelhecimento do corpo docente e a luta pela estabilidade profissional, marcaram várias das intervenções deste seminário, moderado por Manuela Mendonça, que afirmaria a dado passo que, para a FENPROF, "a falta de professores é o problema da década", um problema que "não aconteceu por acaso", referindo, a propósito, situações como "o subfinanciamento crónico" e "a ausência, ao longo dos anos, de uma política construtiva de diálogo social e de negociação coletiva".

Ainda no arranque do debate registaram-se as intervenções do irlandês John MacGabhann e da argentina Sónia Alesso.

"Paguem-lhes decentemente!"

O presidente do Comité Sindical Europeu da Educação sublinhou a importância de políticas que apontem para a valorização social e profissional dos docentes ("os professores são pessoas, são profissionais, paguem-



lhes decentemente!"), dos desafios que se colocam aos jovens professores e da necessária estabilidade profissional.

Referiu-se ainda às exigências da profissão docente e ao desgaste que, a variados níveis, atinge grande parte destes profissionais. "Com 50 anos não se tem a mesma força de quando se tem 30".

John MacGabhann condenou as políticas de mercantilização da educação e, a propósito do financiamento da educação, realçou a meta dos 6 por cento do PIB como legítima aspiração.

Argentina: repressão e resistência

"Vivemos hoje na Argentina um cenário de medo, um momento difícil, duro, de retrocesso social", de um regime com "práticas repressivas" que fazem lembrar a antiga ditadura militar, alertou Sónia Alesso, que mencionou a "construção de uma nova prisão".

"O Governo da Argentina, aliado de Trump", acrescentou, é um governo dos ricos para os ricos". A dirigente sindical falou dos despedimentos de trabalhadores no setor privado e na administração pública, incluindo

os ministérios e da saída de muitos argentinos para a emigração.

Como referiu a dirigente da CTERA, há muita repressão mas também há muita resistência popular e venceu a importância da solidariedade.

O debate prosseguiu com os contributos de muitos dos participantes no seminário, que assim deixaram as preocupações, as experiências e as reflexões das organizações representativas dos docentes nos vários continentes - do Japão à Galiza. | JPO •

Um rosto para sempre ligado ao combate pelo futuro

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



Francisco Almeida. 66 anos. Natural de Vouzela. Professor. Dirigente sindical. Cidadão conhecido e reconhecido no distrito de Viseu. Profundamente ligado às lutas dos professores e a diversas lutas pelos direitos dos cidadãos, pela Democracia, pela Paz, contra o pagamento das portagens nas ex-SCUT ou nas eleições para a Assembleia da República e Poder Local, entre muitas outras.

Soma à sua atividade como dirigente do SPRC e da FENPROF a de coordenador da União de Sindicatos de Viseu/CGTP-IN.

É um dos poucos que participou nos 15 Congressos da FENPROF, desde o constituinte, em 1983, em Lisboa, na Aula Magna - era então um jovem sindicalista de 25 anos - até ao 15.º, também na capital, agora, em 2025.

O único dirigente que integra desde o início o Secretariado Nacional da FENPROF, na altura coordenado por António Teodoro, mantendo-se nesse órgão até hoje.

Da conversa com Francisco Almeida, mantida num dos intervalos do 15.º Congresso, brota uma viagem na história.

Do país. Das lutas democráticas. Do sindicalismo. Da organização dos professores e educadores.

Uma história recheada de etapas e momentos, alguns bem difíceis, de dificuldades e de conquistas, mas sempre com a fibra, o ânimo e a combatividade dos grandes lutadores. Dos que não cruzam os braços.

"Milhares de quilómetros na estrada"

Afirma: "Aprendi quase tudo com Mário Nogueira, Paulo Sucena e António Teodoro. O resto foi a vida, os problemas e as dificuldades que me ensinaram."

Décadas de empenhamento na ação sindical, nas lutas, nas greves, nas manifestações - locais, regionais e nacionais; "milhares de quilómetros na estrada (mesmo numa altura em que quase não havia autoestradas e muito menos telemóveis, nem reuniões on-line)"; milhares de horas de encontros, reuniões, congressos, conferências e debates; milhares de visitas e reuniões nas escolas, em contacto direto com milhares de professores, passando sempre uma

mensagem de determinação e confiança.

Francisco Almeida é, por isso, um dos rostos do sindicalismo docente de classe. Um rosto solidário, para sempre ligado ao combate pelo futuro. Uma vida! •

“Francisco Almeida é um dos poucos que participou nos 15 Congressos da FENPROF, desde o constituinte, em 1983, em Lisboa, na Aula Magna - era então um jovem sindicalista de 25 anos - até ao 15.º, também na capital, agora, em 2025.

Agir Global | Entrevistas



Sónia Alesso – CTERA

Esta entrevista pode ser visionada em:
<https://tinyurl.com/SoniaAlesso>

SÍNTESE: O reflexo das políticas da extrema direita na Argentina e o desmantelamento do ensino público. As políticas devastadoras de Milei, que se assemelham em tudo às políticas desenvolvidas durante a ditadura militar de 1976, têm reduzido brutalmente o financiamento do sistema educativo, no sistema de saúde, nos serviços públicos, têm promovido despedimentos às dezenas de milhar no setor público e às centenas de milhar no setor privado. O recurso à repressão e criminalização do movimento sindical, o protesto social e os movimentos cívicos. A par de tudo isto, a luta dos trabalhadores tem sido exemplar e incessante. ●



Jullien Farges – SNES-FSU

Esta entrevista pode ser visionada em:
<https://tinyurl.com/JulienFarges>

SÍNTESE: O desinvestimento na Educação em França espelha a tendência que se observa em muitos outros países. Os cortes fazem com que o financiamento do PIB para a Educação atinja valores muito baixos, que têm determinado, também, a desvalorização das carreiras profissionais dos docentes, estagnação salarial, turmas sobredimensionadas, imposição de trabalho extraordinário, um modelo de gestão autoritário, com pressões e desgaste físico e mental, facto que tem afastado os jovens da profissão. A solução das políticas liberais em França para este problema não passa por valorizar a profissão ou reforçar o investimento na Educação, mas sim por diminuir a exigência e as qualificações no recrutamento de professores. ●



Suso Bermello – CIG-ENSINO

Esta entrevista pode ser visionada em:
<https://tinyurl.com/SusoBermello>

SÍNTESE: O combate que se está a travar na Galiza conta as políticas do governo conservador galego e o ataque à língua galega. Neste momento, procura-se substituí-la pelo castelhano. Esta é uma das frentes mais urgentes com que os professores, mas também os castelhanos em geral se debatem – a defesa da sua língua, um dos princípios da sua identidade. ●



Wayne Broom – NASUWT

Esta entrevista pode ser visionada em:
<https://tinyurl.com/WayneBroom>

SÍNTESE: Há cerca de uma década e meia, o governo britânico, alegando querer apoiar as escolas que apresentavam mais dificuldades ou piores resultados escolares, abriu a porta para a entrada das autarquias no processo de apoio a essas escolas. Poucos anos depois o governo conservador abriu essa possibilidade a todas as escolas, criando agrupamentos com dezenas de escolas. O sistema não melhorou, mas permitiu o florescimento do negócio da Educação. Os professores tiveram uma ainda maior sobrecarga de trabalho e salários diferenciados, as turmas aumentaram o número de alunos, a autonomia profissional dos docentes desapareceu, as empresas privadas passaram a gerir as escolas numa ótica empresarial e os municípios perderam a possibilidade de intervir. O governo, por sua vez, assumiu um papel de mero regulador. ●



Ensino Superior e Investigação

Reunião internacional na véspera do 15.º Congresso

Precariedade, subfinanciamento, reforço das gestões autocráticas: onde é que já vimos isto?

A biblioteca do SPGL, em Lisboa, acolheu a reunião promovida pelo Departamento de Ensino Superior e Investigação da FENPROF, realizada na manhã de 15 de maio, véspera do 15.º Congresso Nacional de Professores.

Participaram sindicalistas em representação das seguintes organizações:

- Bulgarian Union of Teachers, da Bulgária;
- National Education Association, dos EUA;
- SNTRS-CGT e SNESUP-FSU, de França;
- Teachers Union of Serbia, da Sérvia;

- Egitim Sen, da Turquia.

De referir, também, a participação do atual Presidente do ETUCE/CSEE, John MacGabhann, que abordou a situação do ensino e da investigação na Irlanda e no espaço europeu. Também presentes vários dirigentes da FENPROF, incluindo o coordenador do Departamento, Tiago Dias, além de dois representantes de organizações mais ligadas ao universo dos trabalhadores científicos: Jean Paul Lainé, pela Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC), e Frederico Carvalho, pela Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC).

Na reunião analisaram-se os principais problemas sentidos em cada país pelos docentes do ensino superior e pelos

investigadores científicos, tendo-se concluído que os problemas são semelhantes nas diversas regiões do mundo:

- Elevada precariedade laboral, tanto entre os docentes como entre os investigadores;
- Políticas de financiamento cada vez mais insuficientes e com origem em fontes competitivas, ou seja, não proveniente dos orçamentos de estado dos países, mas sim de programas a que os investigadores e as instituições têm que concorrer;
- Mercantilização do sistema, com o aumento da penetração e domínio dos grandes grupos económicos e da tendência para a privatização;
- Limitação da liberdade académica;
- Erosão da gestão colegial e democrática das instituições, com reforço de gestões autocráticas.

A destacar ainda o relato das representantes dos sindicatos Egitim Sen e National Education Association, que descreveram a difícil situação vivida pelos académicos na Turquia e nos EUA, respetivamente, a par de outros problemas resultantes da gestão autoritária que está a ser lavada a cabo pelos governos e pelos presidentes desses países.

FENPROF vai entregar Caderno Reivindicativo ao novo Governo

A propósito de precariedade e de outras matérias que afetam os docentes do ensino superior e os investigadores portugueses, temas que estiveram em foco neste encontro sindical internacional e, depois, no 15.º Congresso da FENPROF, destacamos esta breve passagem extraída da resolução sobre ação reivindicativa, aprovada por unanimidade, no Fórum Lisboa, em que a Federação se compromete a “entregar ao MECI ou ao ministério que o substituir, caso o futuro governo opte por ministérios separados, um Caderno Reivindicativo que inclua, entre outros aspetos, a revogação do estatuto do bolseiro de investigação substituindo todas as bolsas por contratos de trabalho, a resolução dos problemas de precariedade e garantia de vínculos laborais estáveis, a aprovação de um sistema continuado de recrutamento para a carreira de investigação científica, a revisão urgente do RJIES.” ●

Reunião CPLP-SE

No dia 15 de maio, no âmbito do Seminário Internacional que antecedeu o 15.º Congresso Nacional dos Professores, realizou-se um encontro da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE). No encontro, foi feito um balanço dos sistemas

educativos de cada um dos países da Confederação, dos problemas da carreira docente e dos restantes trabalhadores da educação. Pretende-se continuar a afirmar a CPLP-SE no espaço da Lusofonia, consolidando a língua portuguesa neste espaço e assumi-la como língua do sindicalismo.

Relembrou-se ainda a necessidade de desenvolver contactos com a CPLP (institucional) no sentido de esta reconhecer a sindical da

Educação como seu observador consultivo. Esta é, aliás, uma das ações prioritárias da CPLP-SE, conforme definido no seu programa de ação, designado por Carta de Amarante, aprovado no 1.º Congresso desta estrutura realizado em 2023.

A FENPROF, uma das fundadoras, reafirmou mais uma vez as suas responsabilidades nesta estrutura. | JFC ●



Pré-Escolar

Desinvestimento afeta de forma determinante a oferta pública

É entendimento da FENPROF que o Estado tem obrigatoriamente de assumir a sua responsabilidade através de um claro investimento na construção de equipamentos, com vista à expansão da rede de estabelecimentos públicos de educação pré-escolar, com todas as condições, no sentido de garantir uma oferta educativa e social que promova uma educação de qualidade e combata as desigualdades sociais. Mas, desde a publicação da lei quadro da educação pré-escolar os sucessivos governos, para garantir a expansão da rede da educação pré-escolar, ao viés de apostarem e investirem na rede pública, decidiram financiar entidades privadas, tanto do setor social como do lucrativo.

Nos últimos governos este desinvestimento tem vindo a agudizar-se e com ele vem a inevitável dificuldade de os jardins de infância garantirem, com a qualidade que lhes é reconhecida, todas as respostas que lhes são exigidas. Ano após ano assistimos a diversos atropelos e ilegalidades não só no seu funcionamento como também nas condições do exercício da atividade dos seus docentes. Estas dificuldades têm um impacto tanto no bem-estar dos educadores de infância como na qualidade da educação que conseguem oferecer às crianças. Por isso não pode continuar a ser desvalorizada ou esquecida nas políticas públicas.

É inadiável a sua valorização e, sobretudo, a valorização e reconhecimento do trabalho dos educadores de infância. ●

Cremilde Canoa, na qualidade de Coordenadora Nacional da Educação Pré-Escolar

1.º Ciclo do Ensino Básico

Um rol de problemas sem resposta do Governo

O 1.º CEB levou preocupações ao Congresso que exigem respostas e têm implicação com todo o sistema educativo

No 15.º Congresso da FENPROF, foi dada voz às exigências dos docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico, um setor longamente desvalorizado nas políticas educativas.

Denunciando a sobrecarga dos professores, o envelhecimento da classe, as turmas demasiado grandes, a degradação das condições físicas das escolas e o modelo exaustivo da “escola a tempo inteiro”, a FENPROF apresentou um conjunto de propostas urgentes: redução da componente letiva para 20 horas, cumprimento das reduções previstas no ECD, criação de bolsas para substituições, diminuição do número de alunos por turma, valorização da carreira docente e revisão profunda do modelo educativo.

Reforçando o compromisso com a luta por justiça e dignidade profissional, foi deixada uma mensagem clara: valorizar o 1.º Ciclo é valorizar a Escola Pública — e o tempo é agora. ●

Cátia Domingues, na qualidade de membro do SN da FENPROF e de Coordenadora Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico

2.º e 3.º CEB e Secundário

Horários e condições de trabalho: grande prioridade

Os horários e as condições de trabalho são causas de grande desgaste e cansaço dos professores constituindo também um dos

grandes fatores para a sua falta. Sobre a elaboração dos horários dos 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário importa destacar a persistência de muitas escolas, com a conveniente convivência tácita das várias equipas ministeriais na Educação, em construir horários dos docentes com abusos e ilegalidades o que constitui um gritante desrespeito pela dignidade da profissionalidade docente, incompreensível quando perpetrada por outros docentes, diretores de escolas, que conhecem, ou deveriam conhecer, as condições difíceis que o trabalho da docência nas escolas exige. Exemplifique-se: As horas para reuniões regulares não estarem incluídas na mancha horária dos docentes; o apoio a mais do que a um aluno e as coadjuvações não serem considerados componente letiva; o recurso a criativas expressões redundantes para designar atividades claramente letivas, de modo a serem incluídas na componente não letiva do docente; os excessivos “furos” nos horários, que obrigam os professores a permanecerem dias inteiros nas escolas, muitas das quais sem espaços e o equipamento necessário para a realização de atividades inerentes à componente individual de trabalho do docente; o elevado número de níveis, turmas e funções nas escolas; o abuso e desregulação dos horários dos docentes que lecionam o ensino profissional muitas vezes obrigados a repor horas de formação para além do seu horário semanal e não pagas como horas extraordinárias...

O que não pode nem deve é continuar-se a abusar da vida dos docentes, desregulando, ao nível do absurdo e ano após ano, os seus horários de trabalho evidenciado na percepção do dramático tempo despendido pelos professores destes setores, no trabalho semanal: 50 horas! ●

António Anes, na qualidade de Membro do SN da FENPROF e Coordenador dos 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário

Ensino privado (EPC, EAE, EP, IPSS e Misericórdias)

Pela progressiva equiparação aos direitos e deveres entre subsistemas

Entre 2015 e 2022, com a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do EPC, observou-se a perda de direitos laborais, em parte devido à atuação da FNE e de outros sindicatos com baixa representatividade. Durante esse período, foram impostos horários letivos excessivos, extensões de carreira para 40 anos, discriminações salariais no Ensino

Profissional e normas que permitiam cortes salariais e desconsideração do tempo de serviço prestado noutros estabelecimentos.

Em contraste, a FENPROF sempre se manteve ativa, conquistando em 2022 um novo CCT mais favorável que os anteriores, com progressos como: vigência anual com revisão periódica; tabela salarial única incluindo o Ensino Profissional; reconhecimento parcial do tempo de serviço; eliminação da norma que permitia cortes salariais; e redução do aviso prévio para denúncia contratual.

Em 2024, a nova revisão do CCT garantiu a recuperação de dois anos de tempo de serviço (2015–2022) e aumento de 10% na remuneração inicial da carreira (de 1250€ para 1375€). A FENPROF prepara-se para nova ronda negocial com a CNEF, defendendo: recuperação total do tempo de serviço, posicionamento justo no EP, revisão dos horários no EAE, redução da componente letiva por idade e aumentos salariais adequados.

Crítica-se a postura do diretor executivo da CNEF, que, em declarações públicas, desvalorizou os docentes do setor privado e promoveu uma imagem distorcida da sua realidade profissional e da que se refere aos docentes do ensino público.

No EAE e EP, a FENPROF defende mudanças no modelo de financiamento, essenciais para a valorização da profissão. No setor social (IPSS e Misericórdias), apesar do recente acordo de 220 milhões de euros com o Governo, os representantes destas instituições continuam a propor aumentos salariais irrisórios (cerca de 2%), mantendo condições laborais precárias, especialmente para educadores de infância e professores do 1.º ciclo.

Um caso crítico é o dos educadores de creche, sujeitos há mais de 18 anos a uma discriminação que impede a progressão na carreira após 19 anos de serviço. A FENPROF exige a eliminação desta norma e defende que a tutela das creches passe para o Ministério da Educação.

Urge pôr fim a tão graves discriminações. A mesma profissão, os mesmos direitos, os mesmos deveres. ●

Pedro Nunes, na qualidade de Membro do SN da FENPROF e de Coordenador Nacional do Ensino Privado

Ensino Superior e Investigação

Valorização Já: Respeitar o trabalho e garantir o futuro no ensino superior e na ciência

A desvalorização das carreiras no ensino superior e na investigação científica é o

problema central com que os docentes e os investigadores se confrontam. Isso reflete-se na precariedade laboral, bloqueio de progressões, estagnação salarial, sobrecarga de trabalho e sérios impactos na saúde mental. Uma grande parte dos docentes é contratada como “convitada”, com vínculos precários e a tempo parcial, sobretudo no setor privado, onde ultrapassam os 75%. Na investigação, 90% dos profissionais estão fora de carreira.

Mesmo os integrados nas carreiras enfrentam bloqueios injustificáveis. Desde 2009, as progressões dependem de um despacho conjunto dos ministérios, só publicado em 2024 e sem verbas adicionais, perpetuando a estagnação. Em 20 anos, a perda de poder de compra ultrapassa os 30%. A sobrecarga de trabalho é intensa, com exigência de produtividade sem garantias de direitos, causando ansiedade e burnout.

Valorizar as carreiras exige emprego estável, progressões justas, salários dignos e respeito pelo tempo de trabalho. Significa também reconhecer o papel essencial do ensino superior e da ciência para o futuro do país.

Democracia nas instituições: urgente e essencial

Desde a implementação do RJES em 2007, o poder concentrou-se em reitores e presidentes, esvaziando os órgãos colegiais e excluindo a comunidade académica dos processos decisórios. O regime fundacional aprofundou essa concentração, com instituições regidas por normas de direito privado, fragilizando o escrutínio e a participação democrática.

Além disso, cresceram as Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPSSL), ligadas a instituições públicas, que operam com financiamento público sem garantias de transparência ou direitos laborais. A prometida revisão do RJES nunca se concretizou. A última proposta mantinha o regime fundacional e ignorava os problemas estruturais, como a separação ultrapassada entre universidades e politécnicos.

Democratizar as instituições exige rever profundamente o RJES, restabelecer a voz dos docentes, investigadores, técnicos e estudantes, e reconhecer que estas estruturas não são empresas, mas pilares da educação e da ciência públicas.

Financiamento: condição imprescindível

O subfinanciamento crónico do setor compromete tudo: carreiras, condições de trabalho e qualidade do ensino e da investigação. O investimento público em I&D está abaixo de 1,3% do PIB, longe dos 3% acordado pelos governos portugueses. As instituições dependem de receitas como propinas, transferindo para as famílias o custo que o Estado deveria assumir, agravando

desigualdades e distorcendo a missão das universidades.

A dependência de financiamento competitivo e irregular fragiliza projetos científicos e empurra investigadores para fora do sistema. A FCT, em vez de estabilidade, tem sido fonte de incerteza.

A FENPROF tem sido presença constante e combativa na defesa dos docentes e investigadores, exigindo investimento público estável e valorização das carreiras, em prol de um ensino superior e uma ciência dignos e ao serviço da democracia. ●

Tiago Dias, na qualidade de Membro do SN da FENPROF e Coordenador Nacional do Ensino Superior e Investigação

Educação Inclusiva

Um compromisso com a dignidade e a igualdade

A FENPROF tem uma posição clara e firme: uma sociedade verdadeiramente inclusiva constrói-se desde a primeira infância até ao ensino superior. A Educação Inclusiva não pode existir sem uma resposta sólida no âmbito da Educação Especial. Por isso, defendemos a criação urgente de um grupo de recrutamento específico para a Intervenção Precoce na Infância (IPI), garantindo que crianças dos 0 aos 6 anos e suas famílias sejam acompanhadas por profissionais especializados. A falta de ação política, apesar de recomendações e compromissos assumidos, é inaceitável.

Na Educação Pré-Escolar, e nos Ensinos Básico e Secundário, o quadro agrava-se com a aplicação do DL 54/2018, que confirmou os receios da FENPROF: falta de recursos humanos, aumento de alunos com necessidades específicas e insuficiência de respostas adequadas. A realidade mostra que, sem investimento e condições, a inclusão transforma-se em exclusão.

No Ensino Superior, a ausência de legislação que garanta apoios aos estudantes com deficiência perpetua desigualdades. A autonomia das instituições não pode servir de desculpa para a omissão dos sucessivos governos.

A FENPROF continuará a lutar por uma escola pública inclusiva, onde se respeite o direito à educação de todos os alunos e se garantam condições de trabalho e dignidade para todos os docentes. Porque a Educação é — e deve continuar a ser — um direito humano fundamental. ●

Ana Simões, na qualidade de Membro do SN da FENPROF e Coordenadora Nacional da Educação Especial

NOVOS ÓRGÃOS DIRIGENTES DA FENPROF



José Feliciano Costa
Secretário-Geral



Francisco Gonçalves
Secretário-Geral



Anabela Sotaia
Presidente do Conselho Nacional



António Dutra
Presidente do Conselho de Jurisdição

Secretariado Nacional da FENPROF

Mandato 2025 – 2028

Francisco Gonçalves - Secretário-geral
José Feliciano Costa - Secretário-geral

- Ana Simões (SPZS)
- Anabela Sotaia (SPRC)
- Antónia Fialho (SPZS)
- António Lucas (SPRA)
- Bruno Silva (SPE)
- Catarina Teixeira (SPGL)
- Cátia Domingues (SPGL)
- Dulce Pinheiro (SPRC)
- Francisco Almeida (SPRC)
- Francisco Oliveira (SPM)
- Jackeline Vieira (SPM)
- João Louceiro (SPRC)
- João Pereira (SPGL)
- Joaquim Carvalho (SPGL)
- Jorge Gonçalves (SPGL)
- José Manuel Costa (SPN)
- Luís Lobo (SPRC)
- Luísa Cordeiro (SPRA)
- Manuel Guerra (SPGL)

- Manuel Nobre (SPZS)
- Manuela Mendonça (SPN)
- Marta Cruz (SPN)
- Marta Gisela Martins (SPN)
- Miguel Viegas (SPRC)
- Paulo Campos (SPN)
- Pedro Nunes (SPGL)
- Rogério Ribeiro (SPN)

Conselho Nacional da FENPROF

Mandato 2025 – 2028

- Adérita Fernandes
- Albertina Pena
- Ana Catarina Oliveira
- Ana Cristina Gouveia
- Ana Cristina Martins
- Ana Leitão
- Ana Luisa Cayola
- Ana Paula Maçaira
- Ana Paula Pires
- Anabela Tavares
- António Anes

- António Avelãs
- António Lucas
- António Quitério
- Augusta Santos
- Augusto Figueiredo
- Beatriz Bachá
- Branca Gaspar
- Bruno Soares
- Carla Marques
- Carlos Canhoto
- Carlos Leal
- Céu Silva
- Cidália Camacho
- Cláudio Moreira
- Cremilde Canoa
- Cruz Marques
- Daniel dos Reis Nunes
- Deolinda Fernandes
- Eduarda Ferreira
- Eduardo Jordão
- Élia Alves
- Elisa Queirós
- Elisabete Zagalo
- Elsa Dores
- Emmanuel Luz
- Fernando Vicente
- Francisco Oliveira

- Graça Figueiredo
- Graça Nascimento
- Helena Brites
- Henrique Borges
- Hugo Wever
- Isabel Passos
- João Barros
- João Paulo Dupont
- Leonor Vila
- Lígia Martins
- Lurdes Santos
- Lurdes Veiga
- Manuel Esteves
- Manuel Lopes
- Manuel Nobre
- Margarida Pereira
- Margarida Santos
- Maria João Sales
- Mário Roque
- Mário Santos
- Miguel Cruz
- Nuno Fadigas
- Nuno Violante
- Paula Decq Mota
- Paulo Duarte
- Paulo Félix
- Pedro Reis
- Ricardo Cardoso

- Rogério Reis
- Rosa Almeida
- Rosa Pessoa
- Rosalina Alves
- Rui Teixeira
- Sandro Nóbrega
- Sílvia Timóteo
- Simone Ferreira
- Sofia Monteiro
- Sónia Duarte
- Susana Nogueira
- Tiago Dias
- Vitor Januário

Conselho de Jurisdição da FENPROF

Mandato 2025 – 2028

António Dutra (SPRA) – Presidente

- Ana Aguiar (SPN)
- Augusto Pascoal (SPGL)
- Jerónimo Barroso (SPRC)
- Jorge Lourido (SPZS)
- Lucinda Gabriel (SPM)
- Paulo Macedo (SPGL)



HINO DA FENPROF
Dar um rosto ao futuro

Porque ensinar é dar de nós a vida
dizer que esta partida
é mais do que jogar

Porque aprender
é ter à frente a vida
é ponto de partida
para depois navegar

Uma lição é um presente dado
daquilo que o passado
nos soube ensinar

E uma canção
de dar o que sabemos
de quer dar o que temos
soletrando o verbo amar

Queremos dar um rosto ao futuro
e semear a flor que vai nascer
e construir o jédo de saber
que unidos vamos ter
a força de chegar

Está a tocar
e vamos terminar
dizendo que a esperança
se pode ensinar

Letra: Paulo G. Santos
Música: Satchel



Relação professor-aluno como património da Humanidade

Tanto nos trabalhos do 15.º Congresso como no seminário internacional que o antecedeu, foi abordada a proposta que visa o reconhecimento pela UNESCO da relação professor-aluno como património da Humanidade.

A relação professor-aluno é uma relação de carácter único (âncora de todo o processo formativo); uma relação de carácter transversal a todos os ciclos de estudo; uma relação de carácter universal, comum

na diversidade de geografias e culturas.

O debate em torno desta candidatura poderá contribuir para afirmar o direito universal à educação num quadro de primado da pedagogia, em contracorrente com as tendências de burocratização, automatização e desumanização do ato educativo; poderá contribuir para o reconhecimento da docência como uma atividade específica e socialmente relevante; poderá contribuir para reforçar a exigência de melhores condições de exercício

da profissão, tornando-a mais atrativa para os jovens.

Em articulação com a IE, o primeiro passo para esta candidatura foi dado pelos professores portugueses, indo ao encontro das iniciativas do SG da ONU, o português António Guterres, visando a valorização da profissão docente.

“Os professores desempenham um papel crucial na concretização do direito universal à educação, enquanto profissionais do humano, com responsabilidade de orientar e acompanhar os percursos de formação de cada aluno. A relação professor-aluno é [por isso] um dos mais importantes patrimónios comuns da humanidade”. Este é um excerto do apelo feito às organizações internacionais, em particular à UNESCO, para que reconheça a relação professor-aluno como património da humanidade. Um apelo que conta com os contributos importantíssimos, ou mesmo determinantes, de António Sampaio da Nóvoa, David Edwards e Isabel Batista, contando com o apoio e envolvimento da FENPROF, que tudo fará para que o justo reconhecimento se torne realidade, referiu Mário Nogueira na tribuna do 15.º Congresso.

Trata-se de um processo complexo, para o qual terá de se encontrar mais aliados, mas para cujo sucesso o contributo da IE será decisivo.

Na sessão de abertura do 15.º Congresso, o Secretário-Geral da Internacional de Educação agradeceu o esforço português para reforçar esta proposta junto da UNESCO para que esta “reconheça esse património”.

“Ainda não chegámos lá, mas vamos a caminho”, sublinhou David Edwards. ●

Bloco de notas

Convidados nacionais

O 15.º Congresso registou a presença de um vasto conjunto de convidados nacionais, a começar pelos anteriores Secretários Gerais da FENPROF, António Teodoro e Paulo Sucena, além de outros elementos que desempenharam funções de coordenação e direção, nomeadamente, no Conselho Nacional, órgão máximo da Federação entre Congressos, e no Conselho de Jurisdição (Graça Pedrosa, Mário David Soares, Rita Pestana, João Cunha Serra). Também estiveram presentes elementos dos Grupos de Estudo, embaixos dos Sindicatos de Professores, e antigos funcionários da FENPROF e dos Sindicatos.

Em representação da CGTP-IN, estiveram os antigos Secretários-Gerais (Carvalho da

Silva, Arménio Carlos e Isabel Camarinha) e o atual, Tiago Oliveira, que se dirigiu ao Congresso na sessão de encerramento.

Presentes também representantes da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais; do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL); da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP).

Entre os convidados nacionais também se encontravam representantes de outros Sindicatos de Professores e de várias associações profissionais e científicas, da Associação de Amizade Portugal-Cuba, da Organização de Trabalhadores Científicos (OTC), da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

O PS, o BE, o PCP, o Livre e o PEV também se fizeram representar no Fórum Lisboa, no 15.º Congresso da FENPROF. ●

Saudações

Chegaram ao 15.º Congresso várias saudações, enviadas por sindicatos, núcleos sindicais de escola, estruturas associativas, organizações unitárias e partidos políticos. ●

“A luta continua!”

Intervindo na tribuna do 15.º Congresso, a nova Presidente do Conselho Nacional da FENPROF, Anabela Sotaia, deixou um agradecimento a todos os dirigentes, delegados e ativistas sindicais e destacou “a grande responsabilidade deste cargo”.

Tanto os 17 elementos que deixaram o anterior CN como os que integram o novo elenco (85) foram calorosamente aplaudidos pelos delegados, o mesmo acontecendo com o novo Secretariado Nacional. “A luta continua!” foi a palavra de ordem que se ouviu, nestes momentos finais do 15.º Congresso, no Fórum Lisboa. ●

Iniciativas do CPPC

Concertos pela Paz em Gondomar e em Gaia



Na tarde do passado dia 25 de maio, no Auditório Municipal de Gondomar, decorreu um novo Concerto Pela Paz, organizado pelo CPPC (Conselho Português para a Paz e Cooperação), com o apoio da Câmara Municipal de Gondomar e de vários grupos e artistas de todas as idades.

Atuaram o Coro “Crescendi”, com os seus pequenos cantores entre os 4 e os 15 anos; a Universidade Sénior de Rio Tinto,

com a sua Tuna e o Grupo de Danças de Salão; e os alunos do Conservatório de Música de Gondomar (piano e violinos); e o grupo “Maduro Maio”, dirigido por Guilhermino Monteiro, que interpretou algumas canções do Maestro Lopes Graça.

Foram muitas as vozes que durante vários momentos do Concerto disseram bem alto: **Paz Sim! Guerra Não!**

No dia anterior, o auditório municipal de Vila Nova de Gaia acolheu outro Concerto Pela Paz.

O auditório aplaudiu a Orquestra Ligeira da ACMA (Associação Cultural e Musical de Avintes); o Teatro de Sombras com a peça “Silhuetas de Adriano”; a “Bellive Danceschool”, com dois grupos de bailarinos e ainda o Grupo Dança e Música Andina “Intichaski”.

Alzira Santos, do CPPC, fez a leitura de dois poemas da autoria da presidente da Direção Nacional do CPPC, Ilda Figueiredo. ●



Jovens trabalhadores não cruzam os braços!

“Semana de Agitação”

No fecho desta edição do JF, arrancou a “Semana da Agitação da Juventude Trabalhadora”, iniciativa da organização juvenil da CGTP-IN, a Interjovem. Entre 1 e 7 de junho levou-se à opinião pública uma expressiva mensagem sobre os problemas, as preocupações essenciais, as reivindicações e a luta dos jovens, que, em todo o país, “exigem respeito e trabalho com direitos”. Esta “Semana de Agitação” integrou diversas ações, entre as quais tribunas públicas, plenários e concentrações. ●



Prémio Urbano Tavares Rodrigues 2025



Termina no próximo dia 20 de junho o prazo para entrega de obras concorrentes

A FENPROF, em colaboração com a SABSEG – Corretor de Seguros, criou, em 2012, um Prémio Literário destinado a Professores.

De acordo com o regulamento, este prémio alterna a poesia (Prémio António Gedeão) e a ficção (Prémio Urbano Tavares Rodrigues) e pretende valorizar o trabalho dos professores, também para além do que é a sua exigente atividade na escola. A atribuição do prémio ocorre na data em que se assinala o Dia Mundial dos Professores: 5 de outubro.

Neste ano de 2025, o júri presidido por Paulo Sucena (em representação das entidades promotoras), distinguirá uma obra de ficção, da autoria de um/a professor/a, publicada nos anos de 2023 e 2024.

Os interessados em apresentar obras que se enquadrem no âmbito do regulamento, poderão fazê-lo, no prazo estabelecido (20 de junho de 2025), devendo dirigir os trabalhos concorrentes à FENPROF/Prémio Urbano Tavares Rodrigues, Rua Fialho de Almeida, n.º 3, 1070-128 Lisboa, ou entregá-los nesta morada ou, ainda, nas moradas dos Sindicatos da FENPROF referidos no ponto 6 do regulamento do prémio. ●

Regulamento





Sebastião Salgado

“Obra de resistência e de denúncia das desigualdades no mundo” (CGTP-IN)

Fotógrafo brasileiro, mundialmente conhecido pelo seu vasto repertório fotográfico e documental, faleceu recentemente Sebastião Salgado (1944/2025). Numa nota de pesar, a CGTP-IN lembra que trabalho do prestigiado fotógrafo “testemunhou a guerra, a pobreza, a exploração do homem pelo homem e, também, outras injustiças sociais, num “espólio documental que virou obra de resistência e de denúncia das desigualdades no mundo”.

Em 1998, a Central sindical portuguesa teve a honra de o receber na sua sede, em Lisboa, para a apresentação do seu livro “Terra”, “uma edição sobre a condição de vida dos trabalhadores rurais e do Movimento dos Sem Terra, com um prefácio de José Saramago e, também, poemas de Chico Buarque”. Sebastião Salgado, nascido em Minas Gerais, esteve em mais de 120 países.

“Deixa um legado eterno, impar, carregado de uma sensibilidade visual excepcional sobre a condição e a dignidade humana em diversos lugares e culturas”, sublinha a Intersindical. •



Angra do Heroísmo: “Camões: o eco da alma portuguesa”

A Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, em Angra do Heroísmo, promove uma mostra documental com o tema “*Camões: o eco da alma portuguesa*”, organizada pela Secção de Periódicos da Biblioteca, no espaço Mundo. A exposição pode ser visitada até **31 de agosto**. Segundo os organizadores, “a mostra convida à redescoberta de Luís de Camões, figura emblemática da literatura portuguesa e símbolo incontornável da identidade nacional.

Através de uma seleção de publicações periódicas, monografias e alguma documentação de arquivo, traça-se o percurso e a interpretação do poeta ao longo dos séculos”. Entre edições raras, textos críticos, partituras, homenagens e reflexões históricas, a mostra dá a conhecer as múltiplas formas como Camões foi sendo lido, estudado e celebrado, não apenas como autor de *Os Lusíadas*, mas como uma presença viva no imaginário coletivo português. Mais informação: 295 401 000 •



CASA DA MÚSICA

IBÉRIA – The Last Jam Dedicado a Paco de Lucía

“Três extraordinários músicos, três personalidades, três linguagens. Passados 20 anos, Manuel de Oliveira, Jorge Pardo e Carlos Benavent voltam a transmutar a geografia ibérica, pela paixão, capacidade técnica e criatividade, em mescla, união e síntese de culturas. Sob a égide de Paco de Lucía, saudoso ícone da guitarra flamenca, um reencontro e um novo capítulo colaborativo numa história feliz que já nos legou três álbuns, dois filmes-concerto e um documentário.” É assim que a Casa da Música, no Porto, apresenta o espetáculo “*IBÉRIA – The Last Jam*”, que terá lugar no próximo dia **20 de junho**, às **21h30**, na Sala Suggia. •



O Verão na Casa da Música

Da noite de São João, no cais de carga da Casa da Música, à *rentrée* de setembro na Avenida dos Aliados, a programação de Verão, de junho a setembro, é sinónimo de diversidade de formatos, géneros e palcos, garantem os responsáveis da Casa da Música, que garantem “dezenas de concertos que passam pela música sinfónica, pelas novidades do rock, pop e jazz, sem esquecer a arte do deejaying, as bandas filarmónicas, o fado e muito mais”.

+ INFO <https://casadamusica.com/verao-da-casa-2025>

Jazz em Agosto

14 concertos

Parece que ainda é muito cedo... mas para quem não perde o “Jazz em Agosto” a verdade é que está na hora de marcar na agenda e garantir os bilhetes para os concertos que interessem mais. O verão em Lisboa não passa sem o festival da Gulbenkian e entre 1 e 10 de agosto certamente serão muitos (lisboetas, cidadãos de outras regiões do país e turistas) os que vão procurar a frescura do auditório ao ar livre ou o conforto dos auditórios no interior, nesta 41ª edição. No total, haverá 14 concertos ao longo destes 10 dias. Não resisto a chamar a atenção dos nossos leitores para os sons da bateria de Christian Lillinger e para o cravo de Elias Stemsedfer (apoiados pelo engenheiro de som Marco Pulidori). Atuam no último dia (10 de agosto) no grande auditório. Dos portugueses, o destaque vai para o Luís Vicente Trio (4 agosto). | JPO •

A palavra a José Pinto e Rui Neves (direção artística e programação do festival):



Christian Lillinger e Elias Stemsedfer. Fotografia © Sabrina Santiago

- “Vivemos no deambular de um mundo novo, em que as incógnitas superam largamente as certezas. A música continuará a ter um papel fundamental neste processo, tanto na catarse como na redenção, será sempre um veículo de agregação e de resistência, alternativa e de esperança, enquanto progride e cruza novos limites”.
- “Em 2025, reunimos alguns dos projetos atuais que considerámos importante

destacar, todos eles partilham um denominador comum, os seus músicos são conscientes e informados da tradição, mas recusaram ficar presos ao passado, são músicos curiosos, abertos ao novo e ao desconhecido, procurando consistentemente novos caminhos que reflitam o seu tempo,

+ INFO <https://gulbenkian.pt/jazzmagosto>

Concerto em Albufeira Homenagem a Mozart

“Um programa em forma de homenagem a Mozart e ao estilo clássico, com uma partitura de Ibert que homenageia o génio de Salzburgo. Ainda no mesmo estilo, e antes da mais grandiosa sinfonia de Mozart, há espaço para um dos concertos para violoncelo de Haydn, que tão bem codifica o espírito clássico, e que será interpretado pelo virtuoso português Filipe Quaresma.” O convite da Orquestra do Algarve está feito e não podia ser mais objetivo. Basta acrescentar data, hora e local. Aqui vai: **28 de junho** próximo, **21h00**, Albufeira (auditório principal). Já agora, acrescenta-se o preço dos bilhetes: 5 euros. Mais informação: 289 246 948 •



Filipe Quaresma



Exposição em Lisboa “Caracóis, ondas e outras Histórias”

Até **3 de julho**, pode ser visitada no Espaço António Borges Coelho, na sede do SPGL em Lisboa (Bairro Azul), a exposição de pintura e ilustração “*Caracóis, ondas e outras Histórias*” de Irina Duque, que apresenta assim o seu trabalho: “O mar, os caracóis, a força feminina, os animais e as sereias... Cada peça conta uma história visual, inspirada na natureza e na imaginação, refletindo um universo próprio onde figuras e elementos se cruzam de forma harmoniosa”. •

Concerto no Funchal Homenagem a Mário André



O Teatro Baltazar Dias, no Funchal, anuncia para **22 de junho** um “concerto de homenagem ao professor Mário André, destacando o “sentimento ilhéu”, expresso nas suas canções, como forma de reconhecimento em vida do seu contributo para a cultura regional”. Este projeto celebra os 75 anos de Mário André, um ícone da música tradicional madeirense. Através das duas canções, “expressa-se na identidade de uma região moldada pelo Atlântico, representando a música e a poesia cantada, o património cultural imaterial, o sentido da palavra, da melodia e do ritmo, mantendo viva a tradição do canta-autor”. Além da banda base, participarão cerca de 19 músicos convidados de Mário André que partilham a mesma identidade insular. O concerto está marcado para as 19h00 e terá a duração de 90 minutos. •

+ INFO <https://teatrobaltazardias.funchal.pt>

ctt

Taxa Paga
Portugal
Contrato 577668

Publicações
Periódicas

Pode abrir-se para
verificação postal.
Autorizado a circular
fechado D16002025ES

*Combater
a falta de professores*

VALORIZAÇÃO, JÁ!

**Profissão com Futuro.
Escola Pública
de qualidade.**

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

